UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIVULGAÇÃO DO PASSIVO: UM ENFOQUE SOBRE O PASSIVO
CONTINGENTE NO SETOR QUÍMICO E PETROQUÍMICO BRASILEIRO

Manoel Raimundo Santana Farias

Orientadora: Profa. Dra. Maisa de Souza Ribeiro

São Paulo
2004

Prof. Dr. Adolfo José Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

MANOEL RAIMUNDO SANTANA FARIAS

**DIVULGAÇÃO DO PASSIVO: UM ENFOQUE SOBRE O PASSIVO
CONTINGENTE NO SETOR QUÍMICO E PETROQUÍMICO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Maisa de Souza Ribeiro

**São Paulo
2004**

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela seguinte banca examinadora:

Profª Dra. Maisa de Souza Ribeiro (Presidente)

Prof. Dr. Luis Nelson Guedes de Carvalho (Titular)

Prof. Dr. Álvaro Augusto Ricardino Filho (Titular)

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Publicações e Divulgação do SBD/FEA/USP

Farias, Manoel Raimundo Santana

Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico / Manoel Raimundo Santana Farias. -- São Paulo : FEA/USP, 2004.

140 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2004
Bibliografia.

1. Contabilidade financeira 2. Passivo 3. Indústria petroquímica I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 657.48

**Dedico este trabalho à minha esposa
Kelly, aos meus filhos Renato e
Maria Eduarda, à minha mãe Marta
e a meu pai Manoel (em memória) e
aos meus irmãos Márcia, Miguel,
Moacir, Marina e Naia.**

**“Aqueles que se enamoram da prática sem a
Ciência, são como o navegador que entra no
navio sem timão ou bússola, que jamais tem
certeza de onde se vai. Sempre a prática deve
ser edificada sobre a boa teoria.”**

Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Kelly e a meus filhos Renato e Maria Eduarda pela compreensão da minha ausência e pelo estímulo para continuar a jornada até a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais Manoel (em memória) e Marta pelos ensinamentos que têm sido fundamentais em todos os desafios que tenho enfrentado na vida e por sempre acreditarem no meu potencial.

À minha sogra professora Luzia que, desde o processo de seleção para este curso, incentivou-me a encarar o desafio.

À professora Doutora Maisa de Souza Ribeiro por suas orientações durante a realização desta pesquisa, as quais não se limitaram aos aspectos técnicos.

Ao professor Doutor L. Nelson Carvalho, por sua contribuição na concepção deste estudo e na banca examinadora.

Ao professor Doutor Álvaro Ricardino pelas sugestões feitas no exame de qualificação.

Aos colegas do mestrado da turma de Belém do Pará e a todos os colegas de outros Estados com os quais convivemos, durante os estudos que realizamos no Departamento de Contabilidade da USP.

Aos professores que se deslocaram de São Paulo para ministrar aulas na cidade de Belém.

Ao professor Doutor Ariovaldo dos Santos e à equipe da Revista Exame Melhores e Maiores que permitiram a utilização das demonstrações contábeis, sem o que esta pesquisa não teria sido realizada.

Ao Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, principalmente, ao Professor Doutor Diogo Toledo do Nascimento e a Maria Lúcia (Malu), por todo o apoio e bons serviços prestados.

Ao Centro Universitário do Pará – CESUPA, pelo apoio e compreensão durante as minhas viagens.

E, principalmente, à Faculdade de Estudos Avançados do Pará – FEAPA, pela oportunidade e incentivo que tenho recebido.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. ANTECEDENTES DO TEMA.....	12
1.2. PROBLEMA E HIPÓTESE	15
1.3. JUSTIFICATIVA.....	17
1.4. OBJETIVOS DO ESTUDO	18
1.5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
1.5.1. <i>Delimitação do estudo</i>	19
1.5.2. <i>Estrutura do trabalho</i>	20
2. PASSIVO.....	21
2.1 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
2.2. DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E TIPOS DE PASSIVOS	24
2.2.1. <i>Definições</i>	24
2.2.2. <i>Características</i>	28
2.2.3. <i>Tipos</i>	30
2.2.4. <i>Obrigações Legais, Justas e Construtivas</i>	32
2.3. CLASSIFICAÇÃO.....	46
2.3.1 <i>Objetivos da Classificação</i>	47
2.3.2 <i>Passivo de Funcionamento</i>	50
2.3.3 <i>Passivo de Financiamento</i>	53
2.4. RECONHECIMENTO	54
2.4.1. <i>Regime de Competência</i>	54
2.4.2. <i>Reconhecimento e registro</i>	56
2.5. MENSURAÇÃO	61
2.6. DIVULGAÇÃO	66
2.6.1. <i>Aspectos gerais e formas de divulgação</i>	66
2.6.2. <i>Divulgação transparente</i>	73
2.7. CASOS PARTICULARES DE PASSIVOS	76

3. PASSIVO CONTINGENTE.....	80
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	80
3.2. ABORDAGEM CONCEITUAL	81
3.2.1. <i>Conceitos do Fasb</i>	81
3.2.2. <i>Conceitos do Iasb</i>	82
3.2.3. <i>Conceitos utilizados no Brasil</i>	84
3.3. RECONHECIMENTO E REGISTRO	89
3.4. MENSURAÇÃO	90
3.5. DIVULGAÇÃO	93
4. ESTUDO EMPÍRICO DO PASSIVO	96
4.1. TÉCNICA DE COLETA DOS DADOS	96
4.2. ANÁLISE DOS DADOS	98
4.2.1. <i>Informações Iniciais</i>	98
4.2.2. <i>Análise geral do passivo</i>	100
4.2.3. <i>Análise das informações nas notas explicativas</i>	111
4.2.4. <i>Análise do passivo contingente</i>	113
4.2.5. <i>Análise do conteúdo das notas explicativas sobre contingências</i>	121
4.3. RESULTADOS OBTIDOS	123
5. CONCLUSÕES.....	127
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXO.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os números do setor no contexto das 500 maiores empresas do país..	100
Tabela 2 - Relação do passivo com o patrimônio líquido.....	101
Tabela 3 - Relação entre o passivo circulante e o passivo de longo prazo.....	103
Tabela 4 - Classificação das obrigações em passivo de funcionamento e de financiamento.....	107
Tabela 5 - As formas de divulgação do passivo, encontradas nas demons- trações	108
Tabela 6 - Análise das informações nas notas explicativas sobre o passivo.....	111
Tabela 7 - Empresas que reconheceram e os tipos de passivos contingentes.....	114
Tabela 8 - Participação do passivo contingente em relação ao exigível total.....	116
Tabela 9 - Participação das provisões em relação ao passivo total.....	119
Tabela 10 - Conteúdo das notas explicativas sobre passivos contingentes.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diferenças entre o Passivo e o Patrimônio Líquido.....	23
Figura 2 - Principais diferenças entre provisão para contingências passivas e reservas para contingências.....	29
Figura 3 - Tipos de passivos.....	32
Figura 4 - Obrigações justa e construtiva: evolução conceitual e exemplos.....	45
Figura 5 – Processo Contábil.....	57
Figura 6 - Tipos de passivos contingentes e tratamento contábil.....	85
Figura 7 - Comparação entre os principais conceitos sobre passivos contingentes, segundo o Iasb, o Fasb e a CVM.....	88
Figura 8 - As 50 Melhores e Maiores empresas do setor químico e petroquímico no Brasil.....	99

RESUMO

Este trabalho trata do passivo com enfoque no passivo contingente e tem como objetivo contribuir com os estudos sobre a sua divulgação nas Demonstrações Contábeis visando ao aprimoramento das informações contábeis geradas pelas empresas. O estudo inicia-se com uma revisão da literatura para identificar as principais recomendações dos órgãos normativos nacionais e internacionais de Contabilidade. Nesse sentido, alguns importantes conceitos foram discutidos, como os tipos de passivos: normal e contingente, oneroso e não-oneroso, monetário e não-monetário. O fato gerador dos passivos foi amplamente tratado, a natureza das obrigações: legais e construtivas; os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das obrigações. Em seguida, desenvolve-se uma pesquisa nos balanços publicados no período de 1999 a 2001 para verificar se as empresas do setor Químico e Petroquímico sediadas no Brasil estão divulgando aquilo que as normas recomendam. A pesquisa foi feita com base nas 50 empresas mais bem classificadas no *ranking* anual realizado pela revista Exame Melhores e Maiores, que publicaram suas demonstrações contábeis. Os resultados indicam o seguinte: é grande o número de empresas que reconheceram o passivo contingente nos seus balanços; as contingências mais encontradas decorreram de questões trabalhistas e tributárias e as menos encontradas foram as decorrentes de questões ambientais; em algumas empresas o passivo contingente foi expressivo, representando entre 10% a 28% do total das obrigações; nem todas as empresas elaboraram nota explicativa sobre o passivo contingente; muitas notas explicativas não informaram sobre vários aspectos recomendados, como os critérios de avaliação das contingências, sua natureza, a probabilidade de ocorrência, o valor contábil no início e no final do período, as provisões feitas e o valor baixado ou revertido no exercício. Ressalte-se que tais conclusões se referem, exclusivamente, às empresas pesquisadas e no período indicado anteriormente.

ABSTRACT

This study deals with liabilities, focusing on contingent liabilities and aims to contribute to studies about Financial Statement disclosure with a view to improving companies' accounting information. First, a literature review was carried out in order to identify the main recommendations by national and international regulatory accounting bodies. In this sense, some important concepts were discussed, such as liability types: normal and contingent, onerous or not, monetary and non-monetary. The events that give rise to liabilities were broadly discussed: legal and constructive; liability recognition, measuring and disclosure criteria. Next, we examined the balance sheets published from 1999 to 2001, to verify whether Brazilian Chemical and Petrochemical companies are disclosing what is recommended by regulations. This research was carried out on the basis of the 50 companies with the best ranking in the annual classification published by the magazine *Exame Melhores e Maiores*, which published their financial statements. Results demonstrate that: a large number of companies recognized contingent liabilities in their balance sheets; the most frequent contingencies resulted from labor and tax issues, while the least frequent issues were environmental; significant contingent liabilities were found in some companies, representing between 10% and 28% of total liabilities; not all companies elaborated an explanatory note about the contingent liabilities; many explanatory notes did not inform on various aspects recommended in the standards, such as contingency valuation criteria, kind, probability of occurrence, accounting value at the beginning and end of the period, accrual made and values written-off or reverted during the year. We emphasize that these conclusions strictly apply to the companies that were analyzed in the above mentioned period.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes do tema

Este trabalho se insere nos estudos do Balanço Patrimonial como uma das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas, utilizadas para fornecer aos usuários da Contabilidade informações econômicas e financeiras, que lhes sejam úteis nas suas tomadas de decisões.

Entre seus elementos há o passivo, conceituado como a obrigação atual da entidade, decorrente de eventos passados, que exigirá sacrifícios futuros prováveis por meio da entrega de ativos ou prestação de serviços a uma ou mais entidades.

As obrigações das empresas para com terceiros estão ganhando importância cada vez maior nas pesquisas contábeis, bem como atenção por parte dos órgãos normativos nacionais, principalmente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), e internacionais como o International Accounting Standards Board (Iasb), antigo International Accounting Standards Committee (Iasc) e o Financial Accounting Standards Board (Fasb).

Esse fato está ocorrendo porque os diferentes usuários da Contabilidade, fornecedores, banqueiros, funcionários, consumidores e a sociedade em geral, têm demonstrado interesse e preocupação não somente com a posição financeira, mas também com a continuidade e com a responsabilidade da empresa perante o seu ambiente de atuação, o que tem levado a legislações mais severas relacionadas à defesa dos consumidores, à proteção ambiental, dentre outras.

Além disso, independente das exigências legais, há, também, a necessidade de as entidades zelarem pela sua imagem, assumindo as obrigações por danos causados aos seus funcionários, a outras pessoas em geral e ao meio ambiente, para que continuem tendo seus produtos ou serviços aceitos no mercado. Sobre esse aspecto, Ribeiro (2000) afirma que *“Atualmente, a sociedade em geral é que dá a permissão para a continuidade da empresa, a qual não mais se restringe aos órgãos governamentais.”*

Dentro desse contexto, uma questão importante é o que se deve incluir ou excluir no grupo do passivo de uma empresa. A esse respeito, Iudícibus, afirma o seguinte:

O que deveria ser incluído (ou excluído) das exigibilidades é outra questão. [...] Segundo a interpretação mais restritiva, apenas as dívidas efetivas deveriam ser incluídas. [...] Assim, apenas os valores a pagar decorrentes de algumas transações passadas (já realizadas), com vencimento em um momento específico de tempo no futuro, deveriam ser contemplados. Outros autores incluiriam nas exigibilidades valores devidos, se falharmos no cumprimento de algum ato futuro (lucros diferidos ou passivos contingentes).(IUDÍCIBUS, 2000, P. 146)

A inclusão apenas das dívidas efetivas restringe o reconhecimento dos passivos e deixa de fora muitas obrigações que existem, mas a Contabilidade tem dificuldade em definir o valor e o momento em que elas serão requeridas.

No caso do Passivo Contingente, o seu fato gerador está ligado a alguma transação ou evento passado, porém a definição da data e do valor a ser exigido depende de eventos futuros, sobre os quais a empresa não tem nenhum controle ou influência. Sua inclusão nas Demonstrações Contábeis é determinada por organismos internacionais como Iasb, por meio da NIC (Norma Internacional de Contabilidade), IAS nº 37 (International Accounting Standard) e pelo Fasb Sfas nº 5 (Statement of Financial Accounting Standards), bem como pelas normas contábeis do Brasil.

As obrigações contingentes decorrem, principalmente, de questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, conforme exemplificado adiante.

Processos trabalhistas são bastante comuns no cotidiano das organizações, porém seu tratamento não é dos mais simples, porque nem sempre o

que é reclamado ocorreu de fato ou na proporção alegada, assim como poderá existir acordo entre as partes, o que torna difícil definir qual será o valor exigido.

A complexidade do sistema tributário brasileiro leva a um grande número de ações, questionando alíquotas de impostos, o período em que se deve iniciar sua cobrança, o enquadramento das empresas nessa ou naquela legislação, dentre outros, o que gera dúvidas do tipo: o imposto é devido? Qual valor será determinado pela Justiça? Haverá juros e correções? Quais serão os índices? Quando sairá a decisão?

Outras situações, relacionadas com garantias prestadas por dívidas de terceiros, garantias para cobrir produtos com defeito e outros, poderão envolver a empresa em processos cíveis, por não haver acordo sobre o mérito da questão e/ou o valor que é devido.

Os riscos envolvendo questões ambientais tendem a crescer em função da pressão dos movimentos sociais, exigindo a preservação do meio ambiente, o que tem levado as autoridades governamentais a aprovarem legislações mais rigorosas.

A “consciência verde” é irreversível e tende a influenciar o comportamento organizacional, que já está demandando estudos sobre gestão ambiental, envolvendo o uso de tecnologias antipoluentes, materiais reciclados, reflorestamento e outros. Nesse contexto, surge um ramo contábil chamado de Contabilidade Ecológica ou Ambiental, com o objetivo de identificar, mensurar e divulgar informações sobre as ações das empresas que afetam o meio ambiente.

No Brasil, destacam-se, entre outros, os trabalhos desenvolvidos por Ribeiro e Lisboa em (2000) e por Nossa em (2002) sobre os impactos ambientais provocados pela atuação das empresas, visando identificar qual a responsabilidade de cada uma delas nos danos causados ao meio ambiente e se podem gerar obrigações (passivos ambientais) às mesmas.

De acordo com Ribeiro e Lisboa (2000), o termo passivo ambiental ganhou destaque nas três últimas décadas, principalmente, a partir dos danos provocados pelo vazamento de gás na vila Socó em Cubatão, São Paulo, em 1984, pelos resíduos de materiais nucleares em Chernobil, na Rússia, em 1986, pelo

petroleiro Exxon-Valdez no Alaska, em 1989, pelo vazamento de 1,2 milhões de litros de óleo na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 2000.

O passivo ambiental é uma obrigação atual relacionada com a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, que exigirá sacrifícios futuros prováveis por meio da entrega de ativos ou prestação de serviços para uma ou mais entidades.

Esse tipo de obrigação pode gerar dificuldades porque nem sempre é perfeitamente reconhecida e mensurada ou ainda por envolver contingências que serão resolvidas por um ou mais eventos futuros fora do controle da entidade, tais como: emissão de laudos ambientais ou decisões judiciais que forneçam elementos definidores do montante da exigibilidade da empresa e a data de vencimento.

1.2. Problema e hipótese

Os elementos que compõem as obrigações das empresas junto a terceiros, devem refletir, de forma transparente, os compromissos financeiros existentes, para que os credores tenham informações que indiquem a situação econômico-financeira da entidade.

O processo contábil, relativo à apreensão de todos os passivos de uma entidade, exige o conhecimento do ramo de negócios, no qual atua para identificar os riscos das suas ações e as contingências, que provoquem o surgimento de obrigações, que deverão ser reconhecidas, mensuradas, registradas e divulgadas no momento da sua ocorrência.

Os passivos podem ser decorrentes da aquisição de ativos a prazo, da ocorrência de despesas, ou ainda de perdas geradas, principalmente, por fatos que causaram danos a terceiros, pela não observância de legislações, tais como: Código de Defesa do Consumidor, leis ambientais, trabalhistas, fiscais e outras.

Entre essas possibilidades há casos em que se tem dúvida quanto ao momento de ocorrência da obrigação, ao valor do sacrifício futuro em termos

financeiros, e, como e/ou quais informações devem ser divulgadas para atender às necessidades dos usuários externos, que precisem avaliar a capacidade de pagamento dos seus devedores, ou ainda, dos que estejam interessados em investir na organização.

Nesse contexto, o trabalho procura responder ao seguinte problema: as maiores empresas, por faturamento, do Setor Químico e Petroquímico, sediadas no Brasil¹, de acordo com a Revista Exame, Melhores e Maiores, edição anual de 2002, estão divulgando, em suas demonstrações contábeis, as informações mínimas recomendadas pelos órgãos normativos nacionais e internacionais, para o Passivo Contingente?

Dentre as 50 Melhores e Maiores do setor serão analisadas somente as Sociedades Anônimas, portanto, eliminando-se as Sociedades Limitadas que não publicam seus balanços e que estão classificadas entre as 50 companhias.

Hipótese

As hipóteses estão relacionadas com a busca de soluções para o problema formulado, isto é, o pesquisador estuda o objeto e tenta explicá-lo baseado em conceitos já existentes sobre o assunto, pois o mesmo:

Observa os fatos e busca explicar sua ocorrência, baseado em determinadas teorias. Uma função importante das hipóteses é a determinação da adequação dessas teorias como fundamentos explicativos. (RICHARDSON, 1999, P. 104).

Segundo Richardson (1999, p. 27), “uma hipótese é uma resposta possível de ser testada e fundamentada para uma pergunta feita relativa ao fenômeno escolhido”.

As hipóteses são afirmativas que irão guiar a pesquisa ou suas conclusões, de maneira objetiva, isto é, à parte da opinião subjetiva do pesquisador, porque “capacitam o homem a testar aspectos da realidade com um mínimo de distorção causada por suas predileções” (KERLINGER, 1980, p. 39).

¹ Publicada em julho de 2002.

Segundo Kerlinger (1980, p. 39), para serem cientificamente úteis, as hipóteses precisam ser testáveis, ou no mínimo, conter implicações para teste, para que seja aceita ou rejeitada. Isto implica em se terem condições de testá-la ou comprová-la. Neste trabalho, será estudada como provável a seguinte hipótese:

H1. O grau de divulgação do passivo contingente nas demonstrações contábeis pesquisadas está abaixo do recomendado pelos órgãos normativos nacionais e internacionais.

Serão analisadas as contas expostas no Balanço Patrimonial e o conteúdo das notas explicativas a partir das exigências e orientações normativas, por meio de tabelas, comparando-se os itens que deveriam ter sido divulgados com os que efetivamente o foram, isso significa que a análise não incluirá testes estatísticos. A comprovação se fará por meio de evidências comparativas entre as variáveis que permitam a aceitação ou a rejeição da hipótese de pesquisa.

Segundo Kerlinger (1979, p. 41), depois de identificar as implicações em forma de variáveis, é preciso ter “um meio operacional de manipular ou medir as variáveis para poder estudar as relações entre elas”. Dessa forma, serão listadas, em tabelas, as variáveis referentes aos principais itens que deveriam ter sido divulgados, seguidos do número de empresas que efetivamente divulgaram tais itens nas suas demonstrações contábeis, obtendo-se, assim, o grau de divulgação, em termos absoluto e relativo.

1.3. Justificativa

A divulgação de todas as obrigações das empresas, por meio do Balanço Patrimonial, acompanhado de quadros complementares e notas explicativas, que esclareçam os critérios utilizados para mensurá-las e reconhecê-las é fundamental para dar credibilidade às informações geradas pela Contabilidade.

Além disso, essas informações devem atender às necessidades dos usuários externos, como credores, fornecedores, investidores e outros, que dependem

dos relatórios contábeis para tomarem decisões sobre concessão de empréstimos, investimentos e outros.

A omissão de obrigações, bem como sua subavaliação ou superavaliação, afeta o lucro do período, que por sua vez influencia na distribuição de dividendos, no pagamento de impostos e no valor do patrimônio líquido pertencente à entidade.

1.4. Objetivos do estudo

Objetivo Geral

Contribuir com os estudos sobre os Passivos, nos aspectos relacionados à divulgação nas Demonstrações Contábeis, com enfoque nos Passivos Contingentes, visando ao aprimoramento das informações contábeis geradas pelas empresas.

Objetivos Específicos

- Diferenciar o passivo do patrimônio líquido;
- Apresentar as bases conceituais para o reconhecimento, mensuração e divulgação do passivo;
- Conceituar e caracterizar o Passivo Contingente, bem como discorrer sobre o seu tratamento contábil;
- Demonstrar a participação do passivo no financiamento das atividades das empresas analisadas;
- Analisar as Notas Explicativas e os quadros demonstrativos complementares, referentes ao passivo contingente, considerando: 1) as exigências da Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76; 2) as instruções da CVM; 3) as Normas Internacionais de Contabilidade do Iasb;
- Identificar, entre as empresas investigadas, o seguinte: 1) quais delas divulgaram passivos contingentes; 2) quais os tipos de contingências que aparecem; e, 3) se são evidenciadas as informações mínimas recomendadas pelos órgãos normativos.

1.5. Metodologia da pesquisa

O trabalho teve início com uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de esclarecer conceitos importantes sobre o assunto, bem como de formar um referencial teórico para o estudo, tendo em vista que, “a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, etc.” (MARTINS, 2000, p. 19)

O método utilizado é o teórico empírico porque envolverá uma fundamentação teórica dos elementos envolvidos no estudo e em seguida será realizada uma pesquisa empírica, utilizando-se dos Balanços publicados pelas maiores empresas, por faturamento, do Setor Químico e Petroquímico, sediadas no Brasil, de acordo com a Revista Exame, Melhores e Maiores, edição anual de 2002.

1.5.1. Delimitação do estudo

Considerando os objetivos deste trabalho, faz-se necessário uma delimitação do estudo, uma vez que:

A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingirmos os propósitos do estudo e chegarmos a uma compreensão mais completa sobre a situação estudada (MARTINS, 2000, P. 37).

O presente estudo está assim delimitado:

1) No aspecto conceitual, trata sobre os passivos, com enfoque nos passivos contingentes, levando-se em consideração a Teoria da Contabilidade, as normas constantes na Lei 6.404/76 e as emanadas da CVM e, ainda, as Normas Internacionais de Contabilidade;

2) Nos aspectos setorial e geográfico, abrange as Maiores Empresas do Setor Químico e Petroquímico sediadas no Brasil, que publicaram suas demonstrações contábeis; e,

3) No aspecto temporal, serão analisados os Balanços publicados no período de três anos, entre 1999 e 2001.

1.5.2. Estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho é a seguinte: no primeiro capítulo, são apresentados os antecedentes do tema, o problema, as hipóteses da pesquisa, a justificativa, os objetivos gerais e específicos a serem alcançados e a metodologia utilizada. No segundo e terceiro capítulos, é feito um levantamento da literatura existente sobre o assunto, para verificar o estado em que se encontra o conhecimento, o qual servirá de base à pesquisa documental e às conclusões do trabalho.

Em seguida, no quarto capítulo, é apresentada, a pesquisa empírica realizada, descrevendo-se os métodos de coleta de dados e os materiais utilizados, bem como a exposição e discussão dos resultados, comparando-os com os já existentes sobre o assunto na literatura citada, as possíveis implicações, significados e razões para concordância ou discordância com outros autores.

Finalmente, no quinto capítulo são expostas as conclusões obtidas no estudo, visando ao cumprimento dos objetivos propostos e a confirmação ou não das hipóteses previamente estabelecidas. O trabalho encerra-se com a apresentação dos anexos, da bibliografia consultada e referenciada e do apêndice.

2. PASSIVO

2.1 Passivo e Patrimônio Líquido

Pode-se atribuir ao passivo um sentido de origem de recursos globais, isto é, todas as fontes de capital de uma dada entidade, considerando-o como um gênero². Procedendo-se, assim, estarão sendo tratadas, como passivo, todas as contas com saldo credor, constantes no lado direito do Balanço Patrimonial, sendo que, nesse caso, ter-se-ia a seguinte equação: ativo = passivo.

Uma outra forma seria os passivos serem entendidos em um sentido mais restrito, incluindo apenas os direitos dos credores, deixando de fora o direito dos proprietários de ações ou quotas de capital; este seria tratado como patrimônio líquido e nesse caso, ambos estariam sendo situados na categoria de espécie³. Como consequência dessa abordagem a equação seria: ativo = passivo + patrimônio líquido.

À primeira vista, pode-se achar que se trata apenas de uma questão semântica. Ocorre que há diferenças importantes entre as formas de avaliação do capital que é originado de sócios, proprietários ou acionistas, daquele oriundo de credores e financiadores externos à organização.

Por esse motivo, deve-se distinguir essas fontes de capital, uma vez que se podem avaliar as obrigações, ou os direitos dos credores de forma separada ou não

² Conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos, ou ainda, que possuem a mesma origem e se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades.

³ Na linguagem corrente é vista como qualquer classe de indivíduos com propriedades em comum, considerada uma subdivisão de uma classe ainda mais ampla, o gênero.

vinculada a outras avaliações, se a empresa estiver em condições de saldar suas dívidas, enquanto os direitos dos que adquirem quotas ou ações da empresa são mensurados a partir dos ativos, inicialmente, investidos, somando-se os lucros reinvestidos e as reavaliações ocorridas nos ativos (IUDÍCIBUS, 2000, p. 171).

As diferenças existentes entre os direitos dos acionistas e os direitos dos credores estão relacionados com os seguintes aspectos:

1) A existência de direitos de preferência por parte de portadores de títulos. 2) O grau de certeza na determinação dos valores a serem recebidos pelos portadores de títulos. 3) As datas de vencimento dos pagamentos finais. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999: p. 466)

Os aspectos identificados acima pelos referidos autores servem de base à caracterização de um passivo entendido como uma obrigação com credores, ou seja, os exigíveis.

No primeiro item, é ressaltado o fato de que, pelo menos em condições normais, procura-se honrar os compromissos primeiro com os credores, havendo, inclusive, casos em que isso está previsto em contratos ou legislações específicas.

O segundo item diz respeito ao fato de que em uma obrigação, geralmente são conhecidos os seus valores, assim como o terceiro item ressalta que a data em que serão requeridas, normalmente, é previamente estabelecida, o mesmo não ocorrendo com os direitos dos acionistas.

Os direitos dos detentores de capital não são exigíveis a qualquer momento, porque dependem da ocorrência de lucro e mais ainda da deliberação em distribuí-lo, ressalvados os casos dos acionistas que têm direito a dividendos obrigatórios que, no momento adequado, são considerados como obrigações de fato e, portanto, passam a serem tratados como passivos exigíveis pelos beneficiários.

Figura 1 - Diferenças entre o Passivo e o Patrimônio Líquido

Passivo	Patrimônio Líquido
Normalmente, os credores têm prioridade em receber os seus direitos.	Normalmente os direitos dos acionistas são residuais aos dos credores.
Os valores a serem recebidos pelos beneficiários são determinados com maior grau de certeza	Os valores a serem recebidos pelos beneficiários são determinados com menor grau de certeza.
Os valores a serem pagos aos credores são definidos no ato do fornecimento do recurso. Há a obrigação de fazê-lo (são exigíveis)	Não há obrigação de pagamento de valores (não são exigíveis), salvo nos casos dos dividendos obrigatórios ou retirada de sócio da sociedade.
A data de vencimento da obrigação é geralmente fixa e determinável.	Não há uma data determinável.

Fonte: Baseado em Iudícibus (2000, Cap. 10, p. 169 e 170).

O fato de se determinar o valor do passivo com maior grau de certeza do que o valor do patrimônio líquido não significa que não haja obrigações, para as quais se tenha dúvida quanto aos valores a serem pagos. As provisões para contingências, por exemplo, são feitas por meio de estimativas que normalmente envolvem incertezas. Outro aspecto diz respeito à data de vencimento do passivo, que pode ser fixa ou determinável, mas há casos em que, não se conhece o momento que as obrigações serão exigidas. O Decreto Lei 2.627 de 1940, que regulamentava anteriormente as Sociedades Anônimas, em seu capítulo XIII, artigo 135, classificava os passivos em exigíveis e não exigíveis, sendo que, nesse último grupo, classificava as contas atualmente conhecidas como elementos do patrimônio líquido, portanto, reconhecendo como obrigação das empresas os direitos dos acionistas. A seguir, o referido texto:

Balanço, amortizações, reservas e dividendos.

Art. 135. O balanço deverá exprimir, com clareza, a situação real da sociedade, e, atendidas as peculiaridades do gênero da indústria e do comércio explorado pela sociedade, nele se observarão as seguintes regras:

[...]

b) o passivo será dividido em passivo exigível, a longo e curto prazo, e passivo não exigível, neste compreendidos o capital e as reservas legais e estatutárias, e compreenderá também as contas de resultado pendente e as contas de compensação. (BRASIL, DECRETO LEI Nº 2.627 de 26 de setembro de 1940).

A Lei nº 6.404/76 das Sociedades Anônimas alterou a referida classificação, passando a denominar o passivo não exigível de Patrimônio Líquido, “[...] denominação muito mais indicativa e correta.” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 290).

Não obstante a opinião do ilustre autor, o fato é que a Lei 6.404/76 continua tratando o patrimônio líquido como um grupo do passivo quando diz que:

No passivo as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

1. *passivo circulante*
2. *passivo exigível a longo prazo;*
3. *resultado de exercícios futuros;*
4. *patrimônio líquido [...] (BRASIL, LEI Nº 6.404/76, art. 178, § 2º, grifo nosso).*

O objetivo deste estudo não é discutir a adequação ou não do uso do termo Passivo não Exigível ou Patrimônio Líquido (PL), mas distinguir este do Passivo (conforme Figura 1).

Depois de terem sido feitas as devidas considerações sobre o enfoque que poderia ser dado, é hora de esclarecer que, neste trabalho, quando for utilizado o termo passivo, se estará tratando dos passivos exigíveis, a não ser que haja esclarecimento contrário.

2.2. Definições, características e tipos de passivos

2.2.1. Definições

Serão apresentadas as definições de alguns dos principais autores da Teoria da Contabilidade, seguidas dos comentários pertinentes.

“Um passivo é um serviço, com valor monetário, que um proprietário (titular de ativos) é obrigado legalmente (ou justamente) a prestar a uma segunda pessoa (ou grupo de pessoas)⁴.” (CANNING, 1929, p. 55-6, tradução nossa)

⁴ “A liability is a service, valuable in money, which a proprietor is under an existing legal (or equitable) duty to render to a second person (or set of persons).”

Uma limitação encontrada nessa definição é quanto ao fato de se referir ao passivo apenas como um serviço a ser prestado, quando, na verdade, o mesmo pode está ligado à entrega de um ativo.

O mérito é que o autor, além das obrigações legais, trata das obrigações justas, dando um caráter abrangente à definição, apesar de que, naquela época (1929), talvez o mesmo não tivesse a plena consciência de tal abrangência, porque não existiam as preocupações que se tem hoje em relação aos inúmeros tipos de passivos surgidos de contingências fiscais, trabalhistas, ambientais, entre outras. A partir da década de 80, com a condenação de Instituições Financeiras como co-responsáveis em acidentes ambientais, houve uma elevação na consciência, inclusive dos legisladores, refletindo-se num maior rigor das legislações ambientais com conseqüentes punições diretas aos administradores e proprietários de empresas que agriam o meio ambiente (CARVALHO e RIBEIRO, 2000). E ainda, aumento na reclamação de direitos trabalhistas, inúmeros processos fiscais, diante de significativos e freqüentes aumentos da carga tributária sobre as empresas.

Os passivos são “[...] obrigações que exigem a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência de transações passadas ou presentes⁵.” (SPROUSE e MOONITZ, 1962, p. 54, tradução nossa).

A definição mencionada representa os principais elementos que caracterizam um passivo, entretanto, a mesma conduz à idéia de que os passivos estão relacionados apenas à ocorrência de “transações”.

Na realidade, podem ocorrer sem que a organização tenha realizado qualquer transação⁶ com outras entidades. Ocorrem, por exemplo, de outros eventos, os quais podem ser exemplificados pelos danos causados ao meio ambiente, por autuações decorrentes do não cumprimento de legislações fiscais ou trabalhistas, entre outras.

⁵ “obligations to convey assets or perform services, obligations resulting from past or current transactions and requiring settlement in the future.”

⁶ Entendida como a troca de recursos entre entidades distintas.

Iudícibus (1987, p. 120-21) apresenta as definições do passivo relacionando-as com:

1) a teoria da propriedade pela qual as exigibilidades representam “subtraendos dos ativos, ou ativos negativos”. Por essa teoria, seria apresentado o ativo subtraído dos passivos e no lado direito do Balanço estariam contidas as contas representando a propriedade; tal abordagem surgiu quando predominavam as firmas individuais, nas quais o interesse do proprietário era o fato preponderante;

2) a teoria dos fundos que considera as obrigações como “reservas ou restrições aos ativos, derivantes de considerações legais, eqüitativas, econômicas ou gerenciais”, ou seja, os ativos e os passivos estão relacionados a fundos específicos como se cada fundo se constituísse em uma unidade operacional.

Segundo Iudícibus (2000, p. 172-73), nos Estados Unidos se utiliza bastante esse enfoque na Contabilidade de entidades governamentais e não lucrativas, já no Brasil pode-se encontrá-lo em Universidades, algumas entidades do 3º setor, e outras semelhantes, nas quais os fundos são ligados a ativos específicos.

Outro aspecto é que o lucro não é o ponto mais importante da Contabilidade; há uma descrição das operações dos fundos com muito detalhe e clareza e, por isso, a elaboração da Demonstração do Resultado será um detalhamento da movimentação de fundos das operações (IUDÍCIBUS, 2000, P. 173).

3) a teoria da entidade que “considera as exigibilidades como reclamos contra a entidade ou mais especificamente, contra os ativos da entidade”. De acordo com essa visão, o passivo é considerado como gênero de recursos globais, e que, a entidade tem um funcionamento distinto dos interesses dos detentores de capital.

Por isso, todas as fontes de recursos são consideradas como passivo, havendo apenas diferenças quanto ao momento e à forma com que os “reclamos contra os ativos” se concretizarão. Por exemplo, o lucro auferido pela entidade, pertence a mesma, pois somente será considerado um direito do acionista quando os dividendos forem declarados.

Para o FASB, SFAC nº 6⁷ (1985), o passivo é definido como:

[...] prováveis sacrifícios futuros de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma dada entidade, quanto à transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados.⁸ (FASB, 1989/90, p. 170, tradução nossa)

Essa é uma definição adequada, porque, apesar de alguns passivos se configurarem como tal a partir de eventos presentes, ou dependerem de decisões futuras, como é o caso dos passivos contingentes, o fato gerador dos mesmos já ocorreu, as obrigações contingentes estão relacionadas, de alguma maneira, pelo menos em parte, a alguma transação ou evento passado.

Também, ressalta que um passivo pode ser liquidado pela transferência de ativos ou pela prestação de serviço, sendo, portanto, mais abrangente do que a definição “[...] um serviço com valor monetário [...]”. (CANNING 1929, p. 55-56)

Além disso, essa definição não limita a natureza do passivo apenas à ocorrência de transações, como o fizeram Sprouse e Moonitz (1962), mas admite outros eventos como causadores de obrigações.

Segundo o IASB/IAS nº 37 “Um passivo é uma obrigação atual da entidade que se origina de eventos passados, cuja liquidação se espera resulte em uma saída de recursos da entidade contendo benefícios econômicos⁹.” (tradução do IBRACON). Essencialmente, a definição do IASB não difere tanto daquela apresentada pelo FASB. Os pontos convergentes são que a obrigação deve existir no presente (obrigação atual), tendo se originado no passado.

Dessa forma, o que o FASB chama de transferência de ativos ou prestação de serviços, o IASB chama de saída de recursos da entidade. Por outro lado, observa-

⁷ Statement of Financial Accounting Concepts nº 6 – Elements of Financial Statements. Issued: December 1985, IN: FASB – Financial Accounting Standards Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”. Illinois: FASB edição 1989/90, p. 170.

⁸ “probable future sacrifices of economic benefits arising from present obligations of a particular entity to transfer assets or provide services to other entities in the future as a result of past transactions or events.”

⁹ “A liability is a present obligation of the enterprise arising from past events, the settlement of which is expected to result in an outflow from the enterprise of resources embodying economic benefits.”

se que a definição do Iasb exclui a palavra transação, considerando, portanto, suficiente apenas o termo evento, por incluir em si as transações.

Assim, considerando os méritos e as limitações de cada uma das definições, conclui-se que o passivo é uma obrigação atual da entidade decorrente de eventos passados que exigirá prováveis sacrifícios futuros por meio da entrega de ativos ou prestação de serviços a uma ou mais entidades.

2.2.2. *Características*

A caracterização dos passivos é importante para que seja possível identificá-los adequadamente, quando da sua ocorrência, como um evento econômico que afeta a estrutura patrimonial e, então, obter atributos que possam ser medidos objetivamente.

Assim, tendo em vista que não basta apenas ser definido um elemento, mas, também, identificar suas características, é que será realizada uma revisão das principais obras sobre o assunto, procurando ressaltar pontos convergentes e divergentes entre si, assim como tecer as críticas que se fizerem necessárias. Um passivo possui três características, quais sejam¹⁰:

- a) contém uma obrigação presente com uma ou mais entidades, indicando liquidação pela transferência ou utilização provável de ativos em uma data futura, por meio de um evento específico, ou pela sua exigência;
- b) a obrigação compromete a entidade, de tal forma que não haja liberdade para evitar o sacrifício futuro; e,
- c) a transação ou evento que obriga a entidade já ocorreu. (SFAC nº 6, 1989/90, tradução nossa)

A primeira característica significa que o passivo será liquidado com os ativos da entidade, que serão utilizados ou transferidos no momento em que a exigibilidade for requerida e, ainda, que não deverão ser consideradas como obrigações as despesas ou as perdas não incorridas, mesmo que seja certo que

¹⁰ “(a) it embodies a present duty or responsibility to one or more other entities that entails settlement by probable future transfer or use of assets at a specified or determinable date, on occurrence of a specified event, or on demand;
 (b) the duty or responsibility obligates a particular entity, leaving it little or no discretion to avoid the future sacrifice, and;
 (c) the transaction or other event obligating the entity has already happened.”

ocorrerão. Como exemplo têm-se os direitos trabalhistas, os quais, apesar de certa sua ocorrência futura, somente serão reconhecidos como uma obrigação, quando houver a efetiva prestação do serviço pelo empregado.

A segunda característica indica que o passivo é um compromisso da entidade, a qual não poderá por sua própria vontade deixar de liquidá-lo, evitando o sacrifício de ativos, porque envolve o interesse de outras entidades. A terceira característica evidencia que uma obrigação se origina após a ocorrência de algum fato gerador, o que significa que, ao mesmo tempo que se reconhece a exigibilidade, deve-se, também, reconhecer o fato que a originou. Se o evento ainda não tiver ocorrido não há uma obrigação presente.

Observando-se tais características, evita-se, por exemplo, as confusões feitas entre provisões e reservas. As provisões para contingências estão relacionadas a perdas já ocorridas, cujo reconhecimento e registro afetam o resultado do período, enquanto as reservas para contingências são constituídas para fazer frente às perdas que poderão acontecer, mas que ainda não ocorreram e por isso não afetam o resultado da empresa. As principais diferenças entre elas estão na figura 2.

Figura 2 - Principais diferenças entre provisão para contingências passivas e reservas para contingências

PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIA PASSIVA	RESERVA PARA CONTINGÊNCIA
O fato gerador ¹¹ contábil já ocorreu (a despesa ou a perda já aconteceu).	O fato gerador contábil ainda não ocorreu (a despesa ou a perda ainda poderá acontecer).
Reduz o resultado atual da entidade.	Não reduz o resultado atual, representa uma destinação de parte dele para cobrir futuras perdas.
Provoca uma redução no patrimônio líquido.	Não diminui o patrimônio líquido, trata-se de uma permuta entre as contas lucro acumulado e reserva para contingência.
Por afetar o resultado, sua constituição não depende da existência de lucro.	Sua constituição depende da existência de lucro.
Sua constituição é obrigatória, tecnicamente e também exigida por órgãos normativos.	Sua constituição é opcional e será feita para evitar distribuição de lucros sem considerar perdas futuras, julgadas prováveis.

Fonte: Baseado no boletim IOB nº 24 de 2002.

¹¹ É o fato que dá origem às variações patrimoniais no ativo, passivo, patrimônio líquido, receita, despesa, perda ou ganho.

2.2.3. Tipos

A seguir, serão expostos os principais tipos de passivos encontrados na literatura pesquisada, visando ao aprofundamento do conhecimento, para que a Contabilidade proceda ao reconhecimento e à mensuração dos mesmos.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 286-89) tratam o passivo como normal ou contingente. Esse é uma obrigação cuja liquidação depende de eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência, aqueles são obrigações cuja liquidação, ainda que ocorra no futuro, não depende de eventos futuros.

Outros tipos que podem ser encontrados são: o passivo monetário e o passivo não monetário, apesar de o passivo ser normalmente monetário, como se observa no texto a seguir:

O passivo é essencialmente formado por passivos monetários que representam todas as exigibilidades da empresa para com terceiros, oriundos do fornecimento de bens, serviços e de empréstimos e financiamentos. Tais passivos monetários também têm seus valores ou bases de pagamentos já definidos, estando também integralmente expostos aos efeitos da inflação. (IUDÍCIBUS et al (1981, p. 245).

Segundo Iudícibus (2000, p. 244), os passivos monetários são definidos como “[...] obrigações de pagar montantes fixos de reais em alguma data futura, sem considerar as flutuações do poder aquisitivo médio da moeda [...]”, enquanto que, os passivos não monetários são “obrigações [...] de pagar [...] valores iguais a certa quantidade fixa de poder aquisitivo (e não de reais)”.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 413 e 415), os Passivos Monetários “são obrigações denominadas em termos nominais [...] tipicamente envolvem o pagamento de quantias predeterminadas.” Os Passivos não monetários “são aquelas obrigações de fornecimento de bens ou serviços de quantidade e qualidade predeterminadas.”

Em síntese, o passivo monetário é uma obrigação cujo valor é determinado em termos nominais e não acompanha o poder aquisitivo da moeda, causando uma perda monetária ao credor e um ganho monetário para o devedor,

sempre que há inflação, enquanto o passivo não monetário é uma obrigação cujo valor é determinado pela quantidade e qualidade de recursos a serem entregues.

Outros tipos encontrados são os Passivos Onerosos que “[...] são aqueles que estão custando à empresa, mensalmente, juros e correções monetárias [...]” e os Passivos Não-onerosos que “[...] são aqueles sobre os quais a empresa não paga encargos financeiros explicitamente [...]” (IUDÍCIBUS et. all, 1981, p. 119).

Segundo Braga (1995, p. 214), o custo do passivo oneroso “corresponde à taxa global de custo dos recursos obtidos por meio de empréstimos e financiamentos durante o período considerado.” Ainda de acordo com o autor, para se obter o custo em termos percentuais utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Custo do passivo oneroso} = \frac{\text{Despesa Financeira líquida do Imp de Renda}}{\text{Passivo Oneroso Ajustado}}$$

Braga (1995, p. 82) diz que os passivos não onerosos em geral são fontes oriundas do funcionamento da empresa em que os recursos são gerados espontaneamente pelas atividades operacionais, enquanto os passivos onerosos são decorrentes de financiamentos envolvendo encargos financeiros. O autor apresenta o caso das duplicatas a pagar que “embora sejam geralmente classificadas como passivos de funcionamento não oneroso [...] constituem um elemento híbrido,” por apresentarem características de passivo de financiamento, isso porque, quando os fornecedores concedem prazo para pagamento das mercadorias costumam embutir encargos financeiros, por outro lado se o prazo de reposição dos estoques for inferior aos concedidos pelo fornecedor, ocorrerá um financiamento parcial das duplicatas a receber emitidas pela empresa (BRAGA, 1995, p. 82). Então, o tratamento adequado seria:

[...] considerar como preço básico aquele fixado para as transações a prazo e como receitas financeiras os descontos obtidos nas compras a vista. Como os fornecedores computam nas suas tabelas de preços os juros e a inflação projetada para os prazos usuais de faturamento, a diferença entre os preços a prazo e os preços a vista constitui, na verdade, um encargo financeiro. (BRAGA, 1995, p. 82).

Os vários tipos de passivos encontrados refletem aspectos relacionados com a mensuração e com a amplitude de interesses, que as obrigações representam enquanto grupo componente do Balanço Patrimonial.

A Contabilidade, para cumprir com seu objetivo de fornecer, aos diversos grupos de usuários, informações de natureza econômica, financeira, de produtividade e social, deve divulgar uma grande massa de dados classificados a partir de critérios lógicos, que mostrem não apenas a composição do passivo como também seu comportamento futuro.

Em síntese, como demonstra a figura 3, foram apresentados os seguintes tipos de passivos:

Figura 3 - Tipos de Passivos

TIPOS DE PASSIVOS	DEFINIÇÃO
Quanto à Ocorrência	
Normais	Obrigações cujos aspectos de tempo e valor, não dependem de eventos futuros
Contingentes	Obrigações cuja liquidação depende de eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência
Quanto à Liquidação	
Monetários	É uma obrigação cujo valor é determinado em termos nominais e não acompanha o poder aquisitivo da moeda.
Não-monetários	É uma obrigação cujo valor é determinado pela quantidade e qualidade de produtos ou serviços a serem entregues.
Quanto à Evolução	
Onerosos	Obrigações cujos valores estão sendo acrescidos de juros e correções monetárias.
Não-onerosos	Obrigações nas quais a organização não paga juros nem correções monetárias decorrentes do tempo.

2.2.4. Obrigações Legais, Justas e Construtivas

A distinção das obrigações em legais e justas apareceu na literatura contábil internacional por meio da definição de passivo feita por Canning em 1929 (obra já citada)¹². Décadas depois, em 1985, por meio do Sfac nº 6, denominado “*Elements of Financial Statement*” (Elementos das Demonstrações Financeiras), o Fasb esclareceu em nota de rodapé¹³ que “obrigação presente” constante na definição de passivo, vai além de uma obrigação legal, podendo se referir, também, a uma

¹² De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 283), o professor John Canning, de Stanford, foi um dos primeiros a tentar dar definições abrangentes dos elementos dos balanços.

¹³ Obligations in the definition is broader than legal obligations. It is used with its usual general meaning to refer to duties imposed legally or socially; to that which one is bound to do by contract, promise, moral responsibility, and so forth (Webster’s New World Dictionary, p. 981). It includes equitable and constructive obligations as well as legal obligations (pars. 37-40).

obrigação social, o que inclui obrigações justas, obrigações construtivas, assim como as obrigações legais.

Hendriksen e Van Breda, em sua obra Teoria da Contabilidade, 5ª edição, publicada nos Estados Unidos, no ano de 1992 e cuja tradução para o português foi editada no Brasil em 1999, ampliaram a discussão, fazendo uma interpretação das dificuldades que os Contadores teriam para caracterizar objetivamente as obrigações justas e construtivas seguindo a orientação do FASB.

As obrigações legais, justas e construtivas, também foram discutidas por um grupo de trabalho intergovernamental da Unctad - United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento), sobre Normas Internacionais de Contabilidade intitulado “*Report of the Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting.*” no ano de 1998.

O IASB trata das obrigações legais e construtivas por meio da Norma Internacional de Contabilidade IAS 37: “*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*” (Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), aprovada em julho de 1998.

A seguir, serão apresentadas as principais considerações feitas pelos autores e órgãos normativos, na sequência retro descrita, com o objetivo de descobrir em qual estágio se encontram as discussões.

Canning (1929, p. 55-6), ao definir o passivo, o fez usando os termos “legalmente” ou “justamente”, indicando a existência de certas obrigações que não surgem de instrumentos legais como legislações, contratos ou estatutos das empresas, mas podem levar a sacrifícios futuros. Porém, o autor não especificou quais obrigações seriam tratadas como justas (*equitable*), conforme se observa no texto seguinte:

A definição de Canning, por outro lado, especificamente inclui as obrigações justas. Entretanto, Canning não forneceu exemplos de débitos justos que deveriam ser incluídos. Presume-se que ele incluiria montantes que se tenciona pagar por danos sofridos ou serviços recebidos quando não há obrigação legal de efetuar tal pagamento. Provavelmente, também

incluiria valores a serem pagos para manter a confiança na empresa, tais como devoluções por mercadorias danificadas ou rejeitadas, quando não há obrigação de caráter legal de fazer tais devoluções.” (HENDRIKSEN e VAN BRED, 1999, p. 287).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 287), apesar do fato de o passivo ter como uma das suas principais características a de que não haja nenhuma liberdade ao devedor a não ser liquidá-lo, não significa que a empresa seja legalmente obrigada a pagar, ou seja, podem existir obrigações cuja liquidação não esteja prevista em lei. Os autores alegam que “[...] o Fasb especificamente incluiu obrigações justas e obrigações construtivas como passivos em potencial” e as tratou com as seguintes conceituações e exemplos:

1) Obrigações justas, “[...] são às vezes chamadas de obrigações morais. Resultam de limitações éticas ou morais e não de restrições legais”, como por exemplo “uma empresa poderia sentir-se eticamente obrigada a completar satisfatoriamente os reparos no automóvel de um cliente, muito embora a obrigação legal restrinja-se somente à devolução de dinheiro ao cliente”.

2) Obrigações construtivas, “decorrem de costumes [...] se uma empresa tipicamente der férias remuneradas a seus empregados uma vez por ano, poderia ser inferido que esta prática representa uma obrigação da empresa.”

Pode-se perceber que, diferente de Canning, o Fasb se preocupou em apresentar exemplos que caracterizassem melhor as obrigações justas e construtivas, entretanto, sua determinação continua sendo um problema, pelo seguinte:

As obrigações justas e construtivas resultam de sanções sociais ou morais, ou do costume. Em geral é apropriado e, freqüentemente, mais conservador, seguir os costumes e as práticas negociais tradicionais; entretanto, é difícil determinar a legalidade de tais obrigações em muitos casos e isso pode até exigir uma decisão judicial. As obrigações sociais e morais, particularmente quando as empresas operam em outros países, também são de difícil determinação. Sua inclusão pode deixar o Contador, portanto, na insustentável posição de ser forçado a fazer julgamentos morais. (HENDRIKSEN e VAN BRED, 1999, p. 287)

Tal alerta dá a entender que as obrigações construtivas teriam maior objetividade na sua caracterização por decorrerem dos costumes e das práticas negociais tradicionais, enquanto as obrigações justas por surgirem de questões éticas

e morais apresentam maior dificuldade porque dependerão do julgamento de quem as determina.

Ao tratar sobre os tipos de passivos, por meio de um grupo de trabalho intergovernamental, a ONU (apud Ribeiro, 1998:75), identificou os mesmos três tipos de obrigações, quais sejam:

Obrigações Legais: que decorrem de instrumentos legais, tais como: legislações sociais, tributárias ou quaisquer outras penalidades impostas por lei;

Obrigações Construtivas: são aquelas a que a empresa se propõe, espontaneamente, a cumprir e que não se restringem às exigências legais, extrapolam estas. Ocorrem nos casos em que a empresa, consciente de sua responsabilidade social, esteja disposta a usar todos os meios necessários e disponíveis para proporcionar o bem-estar da comunidade em que a mesma atua. Ou, então, para manter sua reputação perante a comunidade externa em geral.

Obrigações Justas: estas as que a empresa se acha na obrigação de cumpri-las por fatores éticos e morais, independentemente de lei. Nesse caso, tem-se claramente definida a questão da consciência de responsabilidade social, ou preocupação com a reputação da empresa.

Por exemplo, se não houver instrumento legal que obrigue uma determinada empresa a restaurar uma área contaminada por suas atividades, mas se tratando de fato relevante e se for do conhecimento público ou afetar interesses e direitos de terceiros, a empresa será compelida a reparar o erro cometido. (RIBEIRO e LISBOA, 2000).

Percebe-se uma visível semelhança nos conceitos de obrigações construtivas e obrigações justas, principalmente no que se refere à questão da responsabilidade social da empresa. Inclusive, no grupo de trabalho da ONU, houve um debate sobre a distinção entre os vários tipos de obrigações, tendo havido um claro entendimento sobre a obrigação legal, mas a polêmica se situou nas obrigações justas e construtivas, como se observa a seguir:

Houve um considerável debate sobre a diferença entre os vários tipos de obrigações. Entendeu-se claramente o que seria uma obrigação legal mas, na opinião de muitos oradores era necessário ir além desse tipo de obrigação particularmente se fosse considerada a essência sobre a forma. O debate teve

como foco os termos 'obrigações construtivas' e 'obrigações justas' se seriam diferentes ou semelhantes. As obrigações construtivas surgem do tipo de negócio ou de uma política comercial. Alguns especialistas sentiram que as obrigações justas poderiam ser omitidas porque seriam difíceis de serem determinadas e poderiam ser consideradas como uma subdivisão das obrigações construtivas baseadas em considerações éticas ou morais. Outros especialistas insistiram que nem todas as obrigações justas são construtivas. Citou-se como exemplo o caso das empresas multinacionais que muitas vezes contabilizam seus passivos ambientais decorrentes de obrigações legais nos países desenvolvidos e omitem seus passivos oriundos dos países em desenvolvimento onde não existe legislação a respeito. Do ponto de vista de alguns especialistas as obrigações justas fecharia a saída no sentido de que atualmente muitas companhias só informam seus passivos quando não tem possibilidade de não reportá-los. O conceito de obrigações precisava se expandir além das obrigações legais, particularmente quando observado em um contexto ambiental. Foi apontado que a estrutura conceitual corrente da Contabilidade menciona as obrigações justas. O grupo concordou que o termo obrigações justas deveria continuar no documento como uma nota de rodapé do termo obrigações construtivas¹⁴. (UNCTAD, 1998, p. 17 - tradução nossa)

O debate demonstra a inquietação dos especialistas com as obrigações não previstas em legislações ou outros instrumentos que a caracterizem como obrigação legal. Evidencia, também, uma preocupação em considerar a literatura contábil existente sobre o assunto. Vale ressaltar, que o contexto da discussão é a Contabilidade Ambiental, sendo que a questão ambiental tem levado a sociedade a exigir uma postura mais responsável, o que significa que as obrigações das empresas vão além do previsto em lei, atingindo questões éticas e morais.

A opinião prevalecente foi de tratar as obrigações justas como parte das obrigações construtivas, o que significa que o grupo entendeu que existem dois tipos de obrigações, as legais e as construtivas, isto é, ao serem tratadas, as obrigações

¹⁴ "There was considerable debate on the description of and distinctions between various types of obligations. There was a clear understanding of a **legal obligation**, but in the opinion of many speakers it was necessary to go beyond them, particularly if one considered substance over form. The debate focused on the terms **constructive obligations** and **equitable obligations**, whether they were distinct or overlapped. Constructive obligations arose out a business-type obligation or a business policy. Some experts felt that equitable obligations could be omitted because they were difficult to determine and could constitute a subset of constructive obligations based on ethical or moral considerations. However, other experts insisted that not all equitable obligations were constructive. An example was given of TNCs which often accounted for and reported on their environmental liabilities arising from legal obligations in developing countries where there was no legislation. In the view of some experts the term "equitable obligation" would close a loophole in that most companies now reported liabilities only when they had "no discretion" not to report them. The concept of obligations needed to be expanded beyond legal obligations, which were too narrow, particularly when viewed in an environmental context. It was pointed out that the current conceptual accounting frameworks mentioned equitable obligations. The group agreed that the term equitable obligation should remain in the document as a footnote to the term constructive obligation". (destaque nosso)

justas, em nota de rodapé das obrigações construtivas leva ao entendimento de que as obrigações justas estão contidas nas obrigações construtivas.

No mesmo ano do trabalho da Unctad, o Iasb aprovou a Norma Internacional de Contabilidade, IAS 37, sobre ativos e passivos contingentes, segundo a qual existem dois tipos de obrigações: a obrigação legal (*legal obligation*) e a obrigação construtiva (*constructive obligation*), as quais são definidas da seguinte forma:

Uma obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- a) Um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- b) Legislação; ou
- c) Outro instrumento legal.

Uma obrigação construtiva é uma obrigação que deriva de condutas de uma entidade onde:

- a) Por uma prática padronizada estabelecida no passado, políticas divulgadas, uma declaração atual suficientemente específica, a entidade indicou às outras partes que aceitará determinadas responsabilidades; e
- b) Como consequência, a entidade criou uma expectativa válida nestas outras partes de que cumprirá com tais responsabilidades¹⁵. (IAS 37, 1998, Par. 10 – tradução e grifo nossos)

Uma primeira observação a ser feita é que o Iasb não menciona as obrigações justas, indicando, talvez, que as obrigações construtivas incluem todas as obrigações que não estejam enquadradas como obrigações legais, sejam elas decorrentes de restrições morais, éticas ou dos costumes, o que importa é identificar se a obrigação existe ou não existe.

Outra questão é que o ponto central da definição da obrigação construtiva é a postura da empresa, ou seja, cabe à própria entidade a determinação da existência ou não de tal obrigação, por meio de práticas passadas ou por uma política atual em que se assume o compromisso com terceiros, criando assim, uma expectativa válida de que a obrigação será liquidada.

¹⁵ A legal obligation is an obligation that derives from:

- a) A contract (through its explicit or implicit terms);
- b) Legislation; or
- c) Other operation of law.

A constructive obligation is an obligation that derives from an enterprise's actions where:

- a) By and established pattern of past practice, published policies or a sufficiently specific current statement, the enterprise has indicated to other parties that it will accept certain responsibilities; and
- b) As a result, the enterprise has created a valid expectation on the part of those other parties that it will discharge those responsibilities. (IAS 37, 1998, PAR. 10)

Nesse aspecto, o Iasb parece ter solucionado o problema, anteriormente alertado por Hendriksen e Van Breda de que o Contador poderia ficar na insustentável posição de fazer julgamentos morais para decidir pela inclusão ou não de uma obrigação nas demonstrações contábeis. Essa parece ser uma solução coerente com a natureza das obrigações construtivas, ou seja, pelo fato de não serem exigidas por instrumentos legais, pelo menos antes que a empresa declare seu compromisso.

Talvez seja oportuna a indagação: existe alguma empresa que consciente de sua responsabilidade social e que queira manter uma boa imagem perante seus clientes e a sociedade em geral não cumpra com uma política padronizada de atuação ou publicamente assumida, caso em que a obrigação deixaria de existir? Provavelmente, uma atitude dessas, dependendo das razões que a motivaram, não contribuiria com a boa reputação que a entidade deseja.

Por outro lado, a legislação não consegue prever todas as situações nas quais uma entidade estaria obrigada a reparar um dano causado a terceiros, porém uma pessoa física ou jurídica, ao se sentir prejudicada, poderá requerer, judicialmente, seus direitos. Por exemplo, as leis ambientais brasileiras não prevêm que certas empresas destinem parte de seus recursos para recuperar o ar poluído pela emissão de gases tóxicos na atmosfera, entretanto, se alguém conseguir provar que contraiu uma doença respiratória causada por substância emitida pela única indústria existente no município, provavelmente terá direito pelo menos ao tratamento.

Nesse caso, para evitar ações judiciais que desgastem a sua imagem perante a comunidade, a empresa poderá ter uma postura proativa, investindo recursos no controle da emissão de substâncias poluidoras e na avaliação dos riscos de contaminação dos moradores do local e implementação de medidas preventivas (algumas medidas semelhantes já são previstas em lei). Se a empresa declarar que assumirá determinadas situações, motivada por sua responsabilidade social, que extrapolem as exigências legais, então ocorrerá uma obrigação construtiva.

O cenário atual é bastante propício ao surgimento de obrigações construtivas, ou seja, provavelmente muitas companhias estarão dispostas a ir além

do que exige a legislação para conquistar a confiança dos seus clientes, principalmente os que despertam para uma consciência de preservação ambiental, visando a um diferencial competitivo para se manter no mercado.

O acirramento da concorrência torna as regras que regem o mercado mais severas e restritivas. Atualmente, algumas das exportações realizadas pelos segmentos considerados potencialmente poluidores, para os países onde há uma maior preocupação ecológica, estão condicionadas ao certificado de qualidade ambiental. Obter tal certificado exige investimentos em equipamentos e tecnologias antipoluentes, assim como a utilização de matérias-primas e insumos em geral com padrões de qualidade ambiental satisfatórios. Isto exige o envolvimento do fornecedor, criando-se assim, a proteção ao meio ambiente em cadeia. (MARTINS e RIBEIRO (1998, p. 3)

Uma empresa para garantir sua continuidade precisa ser aceita pela sociedade como um todo. Segundo Martins e Ribeiro (1995, p. 31), a partir da constatação dos crescentes danos causados ao meio ambiente, as empresas, espontaneamente ou pressionadas pela sociedade civil, autoridades governamentais, clientes e fornecedores, passaram a incorporar aos seus objetivos de lucro a responsabilidade social que abrange o bem-estar integral da população.

Ainda de acordo com Martins e Ribeiro (1995, p. 31), para garantir o bem-estar da população, as empresas devem empenhar-se principalmente na:

- Manutenção de condições saudáveis de trabalho, segurança, treinamento e lazer para seus funcionários e familiares;
- Contenção e/ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos decorrentes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral;
- Elaboração e entrega de produtos ou serviços de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

Assim, se a responsabilidade social passou a ser um objetivo de muitas empresas, pode-se esperar que essas entidades mudem suas políticas, o que repercutirá no seu planejamento estratégico e na distribuição dos resultados obtidos, uma vez que o lucro do exercício estará sendo afetado pela constituição de provisão para obrigações que a empresa assume motivada por um tipo de exigência que não é proveniente de um instrumento legal e sim dos entes que compõem o ambiente social de sua atuação.

Evidentemente, para existir uma obrigação é necessário que exista um beneficiário e que não haja liberdade para o devedor deixar de liquidá-la. O que se discute, porém, é que tal obrigatoriedade pode ser imposta legalmente (obrigação

legal) ou imposta socialmente (obrigação construtiva). Significa que se uma entidade não assumir as obrigações que a sociedade entende como sua, pode não haver uma multa (como ocorre com as obrigações legais), mas haverá outro tipo de punição, como, por exemplo, restrição de acesso a financiamentos.

Um caso que reflete tais restrições é um acordo entre instituições financeiras e governamentais, chamado de “protocolo verde” assinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - Ibama, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Bndes, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia.

Segundo tal acordo, as empresas que desejarem obter financiamento nas referidas instituições devem apresentar o EIA e o Rima, que devem estar em consonância com o desenvolvimento sustentável, ou seja, produzir e contribuir para o desenvolvimento econômico, sem prejuízo dos direitos e oportunidades das gerações futuras.. (CARVALHO e RIBEIRO, 2000)

Os financiamentos de que trata o acordo estão relacionados com créditos para aquisição de tecnologias antipoluentes. O EIA é o Estudo de Impacto Ambiental e o Rima é o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

Isso posto, uma Obrigação Construtiva é aquela que a empresa se propõe a cumprir para demonstrar sua responsabilidade social com o bem-estar da sociedade, tendo em vista a aceitação de seus produtos e serviços e a manutenção de uma boa imagem perante a sociedade. É importante ressaltar que, apesar da atitude em assumir a obrigação partir da entidade, a mesma o faz motivada por uma “pressão” social que tem ocorrido em função de uma crescente mudança cultural das pessoas que provocou entre outras coisas o surgimento de Organizações Não Governamentais (Ong`s) com influência mundial, como, por exemplo, o *Greenpeace* que milita na defesa do meio ambiente.

Esse novo cenário mundial levou a ONU-Unctad (1998), a reconhecer que:

Para se reconhecer a existência de um passivo ambiental não é necessário que exista uma obrigação legal. Pode haver casos em que uma empresa tenha uma obrigação construtiva, não exista uma obrigação legal ou se amplie a obrigação legal vigente. Por exemplo, pode ser que a empresa aplique uma política de eliminar a contaminação reduzindo-a para níveis

inferiores aos exigidos pela legislação, porque sua reputação seria afetada em caso de não cumprimento do compromisso ou porque a empresa tenha o propósito de cobrir o custo ambiental por considerá-lo correto e adequado¹⁶.” (ONU-Unctad, 1998, tradução nossa)

Foi um exemplo surgido da questão ambiental, entretanto, há outro caso, apresentado pelo Iasb, em que podem surgir obrigações construtivas. Trata-se da reestruturação de empresas, que normalmente ocorre a partir de um plano de reestruturação, envolvendo a desmontagem de uma fábrica, a venda dos ativos ou pelo anúncio público das principais características do plano, o qual se constituirá em uma obrigação construtiva, desde que haja detalhes suficientes que originem expectativas válidas de outras partes interessadas, tais como: clientes, fornecedores e funcionários (ou seus representantes), de que a entidade realizará a reestruturação. (IAS 37, par. 73)¹⁷

De acordo com a IAS 37 (1998, par. 70), os exemplos de eventos que se enquadram na definição de reestruturação são:

- a) venda ou extinção de uma linha de negócios;
- b) o fechamento de entidades em um país ou região ou a alocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- c) mudanças na estrutura da administração por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- d) reorganizações fundamentais que têm um efeito relevante na natureza e foco das operações da entidade.

A Norma Internacional (IAS 37) estabelece no parágrafo 72 os pré-requisitos para que considere o surgimento de uma obrigação construtiva decorrente da reestruturação, são eles:

Uma obrigação construtiva para reestruturação surge somente quando uma entidade:

¹⁶ “An obligation does not have to be legally enforceable for an environmental liability to be recognized. There may be cases where an enterprise has a constructive obligation, where there is no legal obligation or where there is an expansion on the legal obligation. For example, it may be the enterprise’s established policy to clean up contamination to a higher standard than that required by law, because its business reputation would be affected if it did not live up to this commitment, or because it is the right and proper thing to do.”

¹⁷ “Evidence that an enterprise has started to implement a restructuring plan would be provided, for example, by dismantling plant or selling assets or by the public announcement of the plan. A public announcement of a detailed plan to restructure constitutes a constructive obligation to restructure only if it is made in such a way and in sufficient detail (i. e. setting out the main features of the plan) that it gives rise to valid expectations in other parties such as customers, suppliers and employees (or their representatives) that the enterprise will carry out the restructuring.”

- a) Tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos: I) o negócio ou parte do negócio em questão; II) os principais locais afetados; III) o local, funções e número aproximado de funcionários que serão incentivados financeiramente ao se demitirem; IV) os desembolsos que serão efetuados; e V) quando o plano será implantado; e
- b) Tiver criado uma expectativa válida naqueles que serão afetados de que ela realizará a reestruturação começando pela implantação daquele plano ou pelo anúncio de suas principais características para aqueles por ela afetados.” (IAS 37, PAR. 72, tradução nossa)¹⁸

Um aspecto ressaltado é o prazo de realização da reestruturação, que deverá ser curto e o processo deverá ser iniciado o mais rápido possível, para diminuir a possibilidade de ocorrerem mudanças significativas. Inclusive, se houver a expectativa de um grande atraso para o início de sua implementação, é improvável que o plano crie uma expectativa válida da parte de outros de que a empresa está comprometida com a reestruturação, porque o período de execução dá oportunidade para a entidade mudar seus planos. (IAS 37, par. 74)

Segundo a IAS 37 (1998, par. 75), a decisão sobre uma reestruturação pode ser tomada antes da data do Balanço ou depois do seu encerramento. No primeiro caso, somente surgirá uma obrigação construtiva se a entidade tiver, antes disso:

- a) começado a implantar o plano de reestruturação; ou
- b) anunciado as principais características do plano de reestruturação para aqueles afetados por ele, de uma maneira suficientemente específica, criando neles uma expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação ¹⁹. (IAS 37, par. 75, itens A e B, tradução nossa)

¹⁸ “A constructive obligation to restructure arises only when an enterprise:

- a) has a detailed formal plan for the restructuring identifying at least:
 - i) the business or part of a business concerned;
 - ii) the principal locations affected;
 - iii) the location, function, and approximate number of employees who will be compensated for terminating their services;
 - iv) the expenditures that will be undertaken; and
 - v) when the plan will be implemented; and
- b) has raised a valid expectation in those affected that it will carry out the restructuring by starting to implement that plan or announcing its main features to those affected by it.”

¹⁹ “A management or board decision to restructure taken before the balance sheet date does not give rise to a constructive obligation at the balance sheet date unless the enterprise has, before the balance sheet date:

- a) started to implement the restructuring plan; or
- b) announced the main features of the restructuring plan to those affected by it in a sufficiently specific manner to raise a valid expectation in them that the enterprise will carry out the restructuring.”

No segundo caso, no qual a entidade começa a implantar um plano de reestruturação, ou anuncia suas principais características somente depois da data do Balanço, a divulgação pode ser exigida se a reestruturação for de tal importância que sua não divulgação afetaria a possibilidade de os usuários das demonstrações contábeis fazerem avaliações e tomarem decisões adequadas (IAS 37, 1998, par. 75).

Há casos, ainda, segundo a Norma, em que a obrigação pode resultar de outros eventos anteriores juntamente com a decisão da diretoria.

Por exemplo, negociações com representantes de empregados para pagamentos de demissões ou com compradores para a venda de uma operação, podem ter sido concluídas, sujeitas apenas à aprovação da diretoria. Uma vez obtida a aprovação e comunicada às outras partes interessadas, a entidade tem uma obrigação implícita de reestruturar, se as condições do parágrafo 72 forem cumpridas.²⁰ (IAS 37, 1998, par. 76, tradução nossa)

Uma vez caracterizada a obrigação construtiva, deverá ser constituída uma provisão para reestruturação, cujas regras constam no parágrafo 80 da IAS 37, o qual determina que sejam incluídas somente as despesas diretas provenientes da reestruturação, desde que: a) tenham sido ocasionadas pela reestruturação, b) não sejam associadas às atividades em andamento da entidade.

De acordo com o IAS 37 (1998, par. 81)²¹, uma provisão para reestruturação não inclui custos decorrentes de:

- a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- b) marketing; ou
- c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

²⁰ “For example, negotiations with employee representatives for termination payments, or with purchasers for the sale of an operation, may have been concluded subject only to board approval. Once that approval has been obtained and communicated to the other parties, the enterprise has a constructive obligation to restructure, if the conditions of paragraph 72 are met.”

²¹ “A restructuring provision does not include such costs as:

- a) Retraining or relocating continuing staff;
- b) Marketing; or
- c) Investment in new systems and distribution networks.

These expenditures relate to the future conduct of the business and are not liabilities for restructuring at the balance sheet date. Such expenditures are recognized on the same basis as if they arose independently of a restructuring.”

Segundo a norma, esses desembolsos relacionam-se com a futura condução do negócio e não são passivos por reestruturação na data do Balanço. Esses desembolsos são reconhecidos na mesma base, como se surgissem independentemente de uma reestruturação.

Em síntese, as principais literaturas analisadas sobre obrigações legais, justas ou construtivas foram: Canning (1929), Fasb (1985), ONU (1998) e o Iasb (1998). Constatou-se que há um entendimento comum sobre as exigibilidades legais e uma diferença entre os que classificam as obrigações não decorrentes de legislação em: justas e construtivas e outros que as tratam apenas como construtivas. Inicialmente, Canning as chamou de obrigações justas (*equitable*), depois o Fasb, além das justas (decorrentes de questões morais e éticas) identificou também as construtivas (decorrentes dos costumes). Posteriormente, a ONU tratou as obrigações justas como um tipo de obrigação construtiva, enquanto o Iasb não mencionou as justas, tratou como construtivas todas as obrigações decorrentes da conduta de uma empresa.

Independente das diferenças existentes em matéria de classificação, a literatura demonstra que os motivos que levam as empresas a incluir, em seus passivos, as obrigações que extrapolam os marcos legais (justas ou construtivas) são os mesmos, quais sejam: a) a consciência da sua responsabilidade social; b) a necessidade de manter uma boa imagem perante a sociedade, tendo em vista a aceitação de seus produtos e/ou serviços; e c) as exigências do mercado: SEC (Securities and Exchange Commission), CVM, Bovespa (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo), fornecedores entre outros. Uma melhor visualização, da evolução conceitual e de alguns exemplos dados, pode ser obtida a seguir, na figura 4.

Figura 4 - Obrigação justa e construtiva: evolução conceitual e exemplos.

Conceitos e exemplos		Canning (1929)	Fasb (1985)	ONU (1998)	Iasb (1998)
Justa	Conceitos	Obrigação que não surge de determinações legais	Resulta de limitações éticas e morais	Decorre de questões éticas e morais, mas, é um tipo de obrigação construtiva.	—
	Exemplos	—	Reparo de produtos além daquilo que prevê a legislação	Recuperação de danos ambientais, além do previsto legalmente.	—
Construtiva	Conceitos	—	Decorre dos costumes	Surge do tipo de negócio ou de uma política comercial	Decorre da conduta de uma entidade, que, ao indicar que assumirá determinadas responsabilidades criou uma expectativa válida a outras partes.
	Exemplos	—	Benefícios aos empregados, não previstos em legislação, mas decorrentes de práticas comuns de um dado setor ou empresa.	Redução de uma contaminação para níveis inferiores aos exigidos pela legislação, porque a empresa considera como sendo de sua responsabilidade, fazê-lo.	Obrigações decorrentes de um plano de reestruturação de empresas.

2.3. Classificação

Este item do trabalho está inserido no contexto da evidenciação (disclosure) como forma de atingir os objetivos da Contabilidade, qual seja o de garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

A classificação é um problema fundamental em qualquer ciência, e os primeiros escritores da contabilidade pretenderam classificar as contas em ordem lógica. A classificação de um sistema contábil deve ser utilizada de muitas maneiras:

- a) para estreitar o foco de descrição e análise,
- b) para permitir que uma grande massa de dados seja apresentada de forma a facilitar a explicação,
- c) para garantir o isolamento de fatores críticos que devem ser considerados em grupos de padrões contábeis²².” (MOST, 1977, p. 16, tradução nossa)

Um conjunto de dados, apresentado sem qualquer organização, dificulta sua interpretação ou impede que sejam obtidas informações detalhadas com algum sentido interpretativo. Quando se classifica algo, faz-se pela necessidade de estudo e comunicação de informações que possam ser analisadas.

Classificar os elementos patrimoniais de uma entidade em grupos apropriados se faz necessário na apresentação de conjuntos de informações contábeis que possam ser utilizadas pelos diversos tipos de usuários das demonstrações contábeis, a fim de que encontrem subsídios às suas decisões (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 289).

Para os referidos autores, se as empresas não apresentassem aos usuários da Contabilidade os dados classificados, os mesmos teriam que confeccionar seus próprios relatórios, ao passo que, se lhes fossem entregues dados organizados, poderiam distinguir entre os que mais atendem às suas necessidades, partindo da premissa de que os critérios utilizados para classificar estejam compreendidos.

²² “The problem of classification is fundamental to any science, and early writers on accounting attempted to classify ledger accounts in a logical order. A classification of accounting systems should be of value in many ways:

- a) by sharpening the focus of description and analysis;
- b) by assembling a mass of data in a form suitable for explanation;
- c) by permitting the isolation of critical factors which must be considered in setting accounting standards.”

Considerando o fato de que os interessados nos relatórios emanados da Contabilidade, possuem interesses diferentes, a classificação se constitui em uma possibilidade de que sejam atendidos conjuntos variados de usuários, o que exige o conhecimento antecipado de quem são os principais grupos de usuários das demonstrações contábeis e quais as informações que eles desejam.

É claro que, ao se pretender classificar os dados, é necessário que se tenham definido os objetivos de fazê-lo.

2.3.1 Objetivos da Classificação

Entre os objetivos de classificação identificados pelos teóricos da Contabilidade, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 290), serão tratados, os que influenciarão no cumprimento dos fins a que se propõe o presente trabalho, são eles:

- Apresentação de solvência a credores;
- Esclarecimentos das intenções da administração;
- Predição de fluxo de caixa.

A **apresentação de solvência a credores** é considerada pelos autores como o mais antigo objetivo das classificações de Balanço e consiste em apresentar a probabilidade de pagamento em caso de solvência, ou seja, a segurança dos empréstimos dos credores estaria na liquidez de ativos e de sua disponibilidade para pagamento de obrigações, principalmente, as com vencimento no período de um ano ou do exercício seguinte.

Esse enfoque foi importante em um contexto em que não havia conhecimento sobre a produtividade e a capacidade de geração de resultados, isto é, de ausência de “dados operacionais confiáveis e do fato de que os credores (particularmente os credores a curto prazo) representaram o principal grupo a exigir informações financeiras”.(HENDRIKSEN e VAN BRED, 1999, p. 290)

Esse tratamento é que deu origem à segregação no Balanço dos elementos em circulantes e não circulantes. Os autores argumentam que, nos dias atuais, os objetivos da divulgação de informações financeiras são muito mais amplos, entretanto, a prática e a teoria contábil ainda carregam muitas idéias antigas.

Esclarecimento das intenções da Administração. Neste caso, a proposta é esclarecer aos usuários como a Administração pretende utilizar os recursos, se irá ou não reaplicá-los nas atividades da empresa.

A questão é eliminar do circulante todos os itens cuja intenção seja a de utilizá-los em aplicações de longo prazo como, por exemplo, caixa ou outros ativos, que se convertam no curto prazo em dinheiro, mas cujo destino seja a aplicação em itens não circulantes, tais como: compras de instalações, equipamentos e outros.

O argumento usado para defender esse tratamento é o de que não basta apenas que um elemento possa ser convertido rapidamente em caixa, mas que o mesmo se destine às operações correntes da empresa, conforme o texto seguinte:

O investimento em capital de giro, [...] encontra-se num processo contínuo de transformação nas transações diárias. Como os passivos a curto prazo geralmente não são vistos como fontes de capital permanente, mas estão associados de perto ao financiamento dos ativos circulantes, o termo capital de giro é utilizado para representar a diferença entre ativos circulantes e passivos circulantes. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 292)

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 290), o conceito de capital de giro como descrição parcial das operações da empresa se tornou popular na década de 90 nos Estados Unidos e é bastante utilizado nos dias atuais. O conceito teria surgido oficialmente com o Accounting Research Bulletin - ARB 43 no qual se buscava uma definição de capital de giro relacionada com o ciclo operacional de uma empresa, desvinculada da definição mais limitada com o prazo de um ano.

Uma crítica ao uso desse critério de classificação é a dificuldade em se determinar, em um nível de frequência requerida, as intenções da administração, além do fato de que poderão mudar. Os autores alertam sobre a tendência em alocar investimentos no circulante para mostrar um capital de giro mais sólido.

Não há dúvida, que existindo viés nas fontes, as informações não conduzirão às melhores decisões, mas, por outro lado, muitos índices utilizados em Análise de Balanços, para demonstrar a liquidez da empresa, estarão comprometidos, se os componentes do circulante não forem devidamente alocados, por isso, as intenções da administração devem ser evidenciadas.

O diagnóstico será mais sofisticado e acurado, à medida que a composição reflita, efetivamente, a finalidade, isto é, a que se destina o recurso. Se, uma empresa tiver, no seu ativo circulante \$ 5.000 e no seu passivo circulante \$ 3.000 terá condições de honrar suas dívidas de curto prazo. Entretanto, se no dia seguinte, a administração decidir investir \$ 3.000 em ativo não circulante não poderá mais pagar suas dívidas.

Predição de fluxos de Caixa. Este objetivo surge a partir da crítica de que a classificação dos recursos em circulante e não circulante apresenta problemas, por incluir na sua composição, itens cujos ritmos, em que se transformarão em caixa, são diferentes e que a premissa de que os passivos circulantes serão liquidados com ativos circulantes, nem sempre ocorre.

Nesse momento, pode ser questionado se algum tipo de classificação do passivo pode contribuir na previsão de fluxos de caixa futuros. Sobre essa indagação, será vista a seguinte opinião:

[...] nenhuma classificação de recursos e obrigações pode, por si só, permitir a elaboração de fluxos de caixa futuros, mas uma classificação pode ser relevante quando é associada a informações históricas e projetadas de fluxo de caixa. Tal classificação deve proporcionar informação quanto à ocorrência provável de conversões de recursos em caixa, ou sua disponibilidade para conversão, e a programação de pagamentos de obrigações. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999:292, grifo nosso).

A idéia subjacente é a de que as informações, capazes de auxiliar na previsão do fluxo de caixa, não estariam apenas nessa ou naquela classificação, e sim, deveriam estar associadas à divulgação de outros elementos, que indiquem o comportamento futuro dos embolsos e desembolsos, por meio da:

- a) indicação de quais são as entradas de caixa previstas, tais como: vendas à vista, conversão em caixa pelo recebimento de duplicatas e outros créditos a receber e em que momento se espera que isso ocorra;
- b) demonstração de quais serão as saídas de caixa e em que momentos ocorrerão;

O Balanço Patrimonial está estruturado e composto, tanto no ativo como no passivo, por elementos que indicam quais são os recursos que proporcionarão entrada ou saída de caixa, mas não mostra em que instante o embolso ou o desembolso ocorrerão.

Considerando o escopo deste trabalho, ressalte-se que os itens do passivo, além de reconhecidos no Balanço, deverão indicar, também, os prazos e valores esperados para sua liquidação, sempre que possível como forma de oferecer informações com algum caráter preditivo, como se observa no texto seguinte:

[...] para um bom número de decisões dos vários tipos de usuários, os demonstrativos financeiros somente são efetivamente importantes à medida que possam ser utilizados como instrumento de predição sobre eventos ou tendências futuras [...] (IUDÍCIBUS, 2000, p. 21).

A capacidade de geração de caixa pelas empresas, compatível com os desembolsos necessários ao pagamento das dívidas e manutenção das suas atividades em geral, está entre as preocupações dos diversos usuários das informações contábeis.

No anteprojeto da nova legislação societária está prevista a obrigatoriedade de publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa, como expressão “das crescentes necessidades informativas dos usuários, cada vez mais interessados na capacidade de geração de caixa das empresas.” (BRAGA e MARQUES, 2001, p. 8).

2.3.2 Passivo de Funcionamento

Nesse item serão analisadas as fontes de recursos disponíveis às empresas, que são inerentes às suas próprias atividades. Assim, uma entidade que comercializa produtos obtidos por meio de compra a prazo está obtendo as

mercadorias dos seus próprios fornecedores, que, dessa forma, contribuem com a viabilização do negócio.

Igualmente, os serviços que os empregados prestam mensalmente e pelos quais recebem no mês seguinte, são recursos utilizados para gerar riquezas e garantir a execução das atividades empresariais.

No decorrer do mês, são efetuadas as vendas sobre as quais há a incidência de impostos, que serão recolhidos aos cofres públicos, via de regra, no início do mês subsequente ao fato gerador.

Esses fatos geram obrigações que serão pagas no futuro, mas os benefícios em termos econômicos e/ou financeiros são disponibilizados com uma antecedência, que permite o funcionamento da empresa no curto prazo.

Tais fontes de créditos, por serem inerentes aos negócios, ocorrem de maneira espontânea, não exigindo negociações que levem em consideração a posição financeira das empresas, o que não ocorre com os financiamentos obtidos junto às instituições de crédito, que concedem empréstimos a curto e longo prazo, que pressupõem negociações que envolvem análises da capacidade do beneficiário honrar seus compromissos (principal mais despesas financeiras) quando a obrigação for exigida.

Sendo assim, os passivos seriam classificados de acordo com as fontes de crédito disponíveis à empresa:

Os passivos seriam classificados como espontâneos ou negociados; ou seja, originando-se das operações normais da empresa, tais como créditos de fornecedores e despesas a pagar, ou das negociações específicas da empresa com bancos e outras instituições de crédito para obtenção de empréstimos [...] Essa classificação seria relevante porque as primeiras fontes são relativamente automáticas, e as últimas requerem negociação e avaliação da posição financeira da empresa pelo fornecedor de recursos. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 296, grifo nosso)

Neste trabalho, o que os referidos autores chamam de passivos espontâneos, prefere-se chamar de passivos de funcionamento, assim como os

passivos negociados são chamados de passivos de financiamento, que serão analisados no item 2.3.3.

Um aspecto importante a considerar é que os passivos de funcionamento caracterizam-se por não serem onerosos, isto é, seus valores não irão aumentar com o transcurso do tempo, mas poderão aumentar por outras razões (IUDÍCIBUS et all, 1981, p. 119).

Evidentemente, “não irão aumentar” se forem pagos até a data do vencimento, ou seja, poderão se tornar onerosos a partir do momento em que, sobre os mesmos, estejam incidindo juros e multas por atraso de pagamento.

Essa situação poderá ser evidenciada em nota explicativa ou quadro complementar, que destaque entre os passivos de funcionamento, os que estão trazendo ônus à empresa e as razões pelas quais isso está ocorrendo. Tal procedimento poderá fornecer elementos aos usuários, que tenham interesse em prever a evolução das dívidas da empresa.

Um outro aspecto que pode ser comentado é que grupos de usuários, como: fornecedores, funcionários e governos encontrariam, no passivo de funcionamento, informações mais voltadas aos seus interesses, desde que os dados do Balanço sejam complementados por informações qualitativas como as comentadas no parágrafo anterior.

Sintetizando, o Passivo de Funcionamento é uma obrigação atual surgida de eventos passados inerentes aos negócios da empresa, cuja liquidação exigirá sacrifícios de benefícios econômicos, os quais apresentam as seguintes características:

- 1) os eventos que os originaram decorrem naturalmente das próprias atividades da empresa;
- 2) geralmente não pressupõem negociações, envolvendo a análise da posição financeira de quem vai obter o recurso;
- 3) quando pagos até a data do vencimento não são onerosos à empresa.

2.3.3 *Passivo de Financiamento*

Os financiamentos e empréstimos concedidos pelas instituições financeiras representam uma importante fonte de recursos disponível às empresas. Daí surge o passivo de financiamento, definido como uma obrigação atual da entidade, decorrente da obtenção de recursos envolvendo negociações relativas a taxas de juros, correções e até garantias, que exigirá sacrifícios de benefícios econômicos na sua liquidação.

Para a concessão de créditos, há uma preocupação básica por parte da entidade concedente: a de que o financiado consiga pagar o valor negociado acrescido dos encargos financeiros.

Conseqüentemente, as negociações com bancos e outras instituições de créditos giram em torno da análise da posição financeira da empresa, bem como de outros aspectos mais amplos, que possam vir a ter impacto na sua solvência.

De acordo com Proto e Supino (1999, p. S681, apud NOSSA 2002, p. 65), os financiadores têm como interesses primários os resultados contábeis, os relatórios de todas as obrigações e limitações futuras.

Ainda segundo os autores, essas informações seriam obtidas por meio das demonstrações contábeis anuais publicadas, boletins informativos, informações da imprensa e de relatórios ambientais.

Em relação aos relatórios ambientais, as instituições financeiras estão cada vez mais interessadas nas estratégias e nos desempenhos ambientais das organizações expressos em informações sobre:

- A estratégia e desempenho ambiental da organização em nível corporativo;
- A relação entre informações ambientais e financeiras;
- O comportamento do nível de conformidade da organização e a qualidade da gestão ambiental.
- Poluição do solo e de substâncias de alto risco como amianto em construções, riscos ambientais possíveis relacionados a novos processos de produção, produtos e serviços. (NOSSA, 2002, p. 67)

Esses são exemplos ilustrativos do fato de que, ao solicitar um financiamento e/ou empréstimo, o requerente terá que atender a uma série de exigências impostas pelas instituições que concedem o crédito.

Além disso, o passivo de financiamento causa ônus às empresas, o que significa que o mesmo cresce com o passar do tempo, principalmente, pela ocorrência de juros e correções.

Segundo Lima (1979, p. 110), os “débitos de financiamentos” são “obrigações com empréstimos e financiamentos para aquisição de bens ou para reforço do capital de giro da empresa”. O autor, também, trata de “títulos a pagar”, os quais são conceituados como recursos obtidos em empresas não financiadoras e/ou particulares. Assim, ter-se-ia:

- a) empréstimos em geral;
- b) financiamentos;
- c) títulos a pagar.

Os empréstimos em geral e os financiamentos seriam negociados junto a instituições financeiras, que irão determinar as condições do negócio, enquanto os títulos seriam negociados com outros investidores.

2.4. Reconhecimento

2.4.1. *Regime de Competência*

O regime de competência está ligado ao momento em que se reconhece a realização da receita e do ganho e sua confrontação com a despesa e a perda.

Sendo assim, a Contabilidade, em observância aos Princípios Contábeis, utiliza-se das provisões para registrar fatos (nesse caso despesas ou perdas) que afetam economicamente o patrimônio, mas cujos desembolsos ocorrerão no futuro. As provisões obedecem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, principalmente o do conservadorismo, segundo o CRC-SP/IBRACON, 2000, p. 15.

O conservadorismo (prudência) afeta, diretamente, a constituição de provisões uma vez que influencia no valor a ser atribuído ao fato contábil, como se pode perceber no enunciado abaixo:

[...] determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os componentes do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. (CFC, RESOLUÇÃO 750/93).

As provisões se caracterizam pelo fato de não se ter bem definidos os valores e as datas em que ocorrerão os sacrifícios, “são passivos de vencimento ou valor incertos” (IAS 37)²³

De acordo com o Iasb IAS 37, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) existe uma obrigação atual (legal ou implícita) decorrente de um evento passado;
- b) for provável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para se liquidar a obrigação; e
- c) o valor da obrigação seja estimado com confiabilidade.

[...] as provisões devem ser revistas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se não for mais provável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos será requerida para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida [...] (IAS 37 PAR. 59, traduzido pelo Ibracon).

Pode-se perceber que deve haver um controle permanente sobre as provisões, inclusive quanto à baixa da mesma, que deve ocorrer pelo pagamento da obrigação que lhe deu origem. Podem também mudar de valor por meio do reconhecimento de encargos decorrentes da passagem do tempo e que tenha sido utilizado para fins de ajuste a valor presente no ato da constituição da provisão.

²³ International Accounting Standards (IAS) - Norma Internacional de Contabilidade, nº 37, de 1998;

2.4.2. Reconhecimento e registro

Segundo o Fasn (1989, p. 119), “reconhecimento é o processo de incorporar formalmente um item nas demonstrações financeiras de uma entidade como um ativo, um passivo, uma receita, uma despesa e outros”²⁴ (tradução e grifo nossos).

O uso da expressão “demonstrações financeiras” pode dar a entender que o reconhecimento possa ocorrer por meio de Notas Explicativas ou outra forma de evidenciação complementar às demonstrações contábeis.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 288), a questão foi esclarecida no Sfas 87, o qual determina que elementos que mereçam reconhecimento sejam incluídos nas demonstrações financeiras básicas e que sua divulgação em notas explicativas não substitui apropriadamente o reconhecimento.

Os mesmos autores argumentam que se um passivo não puder ser mensurado não será reconhecido, mas continuará existindo como um passivo não reconhecido. Entende-se que, nesse caso, se o mesmo for relevante deverá ser divulgado em notas explicativas, apresentando-se os esclarecimentos sobre a impossibilidade de mensurá-los.

O Iasb (1989, p. 65), tem o mesmo entendimento do Fasn, porém é mais específico quando determina que “reconhecimento é o processo de incorporar, no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, um item que corresponda à definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento²⁵.” ou seja, o item aparece no Balanço Patrimonial e/ou na Demonstração do Resultado.

²⁴“Recognition is the process of formally incorporating an item into the financial statements of an entity as an asset, liability, revenue, expense, or the like.” (Statement of Financial Accounting Concepts nº 5 Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises, IN: Fasn – Financial Accounting Statements Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”- Illinois: Fasn, edição 1989/90 pág. 119).

²⁵ “Recognition is the process of incorporating in the balance sheet or income statement an item that meets the definition of an element and satisfies the criteria for recognition” Iasb (atualmente Iasb) Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements. Londres: 1989, edições anuais.

Segundo o Iasb (1989), “a falha em não reconhecer tais itens, no balanço e na demonstração do resultado, não é compensada pela evidenciação em notas explicativas ou outras formas de divulgação²⁶.” (tradução nossa)

O momento de reconhecer as obrigações é uma questão importante. Iudícibus (2000, p. 145) considera que “o problema principal do passivo não reside em sua avaliação, mas em quando reconhecê-lo e registrá-lo”. Percebe-se, nessa opinião, que o reconhecimento é considerado como sendo diferente do registro.

Está implícito que o autor admite casos em que se reconheça a existência de um passivo contingente, por exemplo, mas, por falta de uma estimativa confiável de valor, não seja possível registrá-lo contabilmente. Essa abordagem difere daquela apresentada anteriormente pelo Fasb que escreve: reconhecer é incorporar um elemento nas demonstrações contábeis e pelo Iasb: reconhecer é incorporar um item no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado. A distinção parece necessária, tendo em vista que o registro (contabilização) depende da mensuração, obedecendo aos critérios de confiabilidade e, se isso não for possível, o elemento não deixa de ser reconhecido e poderá ser divulgado por meio de notas explicativas. Para um melhor entendimento ver a figura 5.

Figura 5 - Processo Contábil

²⁶ “the failure to recognise such items is not rectified by disclosure of the accounting policies used nor by notes or explanatory material”

Existem elementos que afetam o patrimônio das organizações, porém não são registrados por restrições de mensuração da própria Contabilidade. Nesse caso, deverão ser divulgados quando forem considerados relevantes. Como exemplo têm-se as obrigações de que a entidade reconhece a existência, mas não consegue definir, adequadamente, o seu valor, por meio de metodologias de cálculos verificáveis objetivamente, e/ou aceitas por experts, como a sua responsabilidade sobre os danos permanentes provocados na saúde da população local em decorrência do despejo inadequado de resíduos tóxicos.

Reconhecer um elemento contábil significa admitir a sua existência e, então, registrá-lo e/ou divulgá-lo, ou como afirmam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 288), “[...] quando um recurso ou uma obrigação aparece numa demonstração de posição financeira²⁷ diz-se que foi reconhecido [...]”. Deve-se acrescentar que o item foi reconhecido e registrado.

Para o reconhecimento de um passivo é necessário identificar a sua origem. Este pode ser oriundo de uma despesa, de uma perda ou do recebimento pela empresa de um ativo qualquer, pelos quais tenha que pagar.

É verdade que o momento do reconhecimento de muitos passivos é claramente definido em contratos, que indicam a data de vencimento da obrigação e outras condições. Entretanto, como afirmam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 413), “[...] em alguns casos, o valor a ser pago depende de eventos futuros [...]”.

Pode-se observar, então, quais os critérios que deverão ser atendidos para se registrar um passivo. Ressalta-se que tanto o Fasb como o Iasb utilizam o termo reconhecimento, indistintamente, seja para identificar a existência do elemento ou para caracterizar o seu registro. Este último sentido é o utilizado a seguir:

Segundo o Iasb (1989, p. 65), o passivo deve ser reconhecido quando:

a) se enquadrar na definição do termo;

²⁷ Os autores estão se referindo ao Balanço Patrimonial

b) for provável que qualquer benefício econômico associado com o item provocará a saída de recursos da empresa;

c) o item tiver um custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Em contrapartida, o Fash, ao tratar dos critérios fundamentais de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, aborda as restrições de custo-benefício e materialidade e afirma que uma obrigação deve ser registrada como passivo quando satisfaz quatro critérios gerais²⁸:

- 1) corresponde à definição do termo;
- 2) é mensurável;
- 3) é relevante; e
- 4) é precisa e confiável.

O atendimento a esses critérios pressupõe a qualificação do elemento como um passivo, o que remete à definição de um provável sacrifício futuro cujo fato gerador já tenha ocorrido e já existe possibilidade de lhe atribuir um valor. Além disso, deve-se definir o que é relevante e preciso.

Em relação à relevância, não é simples defini-la, como se verifica na seguinte afirmação “[...] é muito difícil, senão impossível, estabelecer regras para classificar o que é relevante e o que não é [...]”. (IUDÍCIBUS, 2000, p. 73).

Na opinião do autor a relevância é um conceito de difícil aplicação porque exige muita vivência e acima de tudo bom senso. Dessa forma, sugere que as

²⁸ “Fundamental Recognition Criteria

An item and information about it should meet four fundamental recognition criteria to be recognized and should be recognized when the criteria are met, subject to a cost-benefit constraint and a materiality threshold. Those criteria are:

Definitions – The item meets the definition of an element of financial statements.

Measurability – It has a relevant attribute measurable with sufficient reliability.

Relevance – The information about it is capable of making a difference in user decisions.

Reliability – The information is representationally faithful, verifiable, and neutral.” (SFAC-5, 1989/90, p. 149)

empresas tenham um manual de critérios de relevância para “reduzir a um mínimo as áreas de inconsistência”. (. IUDÍCIBUS, 2000, p. 73)

Segundo a Ifac²⁹ (1997, p. 14), “[...] a relevância proporciona um ponto de corte ou limiar, em vez de uma característica qualitativa primária que as informações devem ter para serem úteis.” Assim, as informações são relevantes se:

[...] sua omissão ou distorção podem influenciar as decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. Relevância depende do tamanho do item ou erro, julgado à luz das circunstâncias particulares de sua omissão ou distorção.” (NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA DA IFAC/IBRACON, 1997, p. 14)

Para o Fasb, “a informação é relevante se tiver a capacidade de fazer uma diferença nas decisões de investidores, credores ou outros usuários³⁰.” De acordo com Iasb/IAS 1 (2002, p. 79), “as informações são relevantes se sua não-publicação puder influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.” Para o Iasb o critério da relevância permite que as exigências específicas de divulgação das Normas Internacionais de Contabilidade não precisem ser atendidas se as informações resultantes não forem significativas (IAS 1, par. 32).

Quanto ao critério de precisão, no registro de uma obrigação, tratado pelo Fasb, pode dar a idéia de uma falsa exatidão, além de ignorar os itens que são registrados por meio de estimativas (provisões).

Como critério geral pode-se afirmar que os passivos devem ser reconhecidos a partir do momento da ocorrência do fato gerador. A polêmica está naqueles eventos, cujo desfecho ainda não está completamente definido, não se tem certeza do que de fato ocorreu, como, por exemplo, o pleito na Justiça de uma indenização trabalhista por desvio de função.

Nesse caso, se houve o desvio, não há dúvida que esse já ocorreu. Entretanto, será que existiu de fato? Essa é a primeira resposta que se precisa. Uma

²⁹ Internacional Federation of Accountants

³⁰ “Information is relevant if it has the capacity to make a difference in investors’, creditors’, or other users’ decisions.” (SFAC-5, 1989/90, p. 153)

vez confirmado o desvio, deve-se perguntar qual será a consequência econômica e financeira para a empresa? É possível mensurá-la? Qual será a decisão da Justiça? Há possibilidade de acordo? O valor é relevante?

Percebe-se que para o reconhecimento de alguns passivos, é necessário descobrir os fatos na sua totalidade, esses casos exigem do profissional da Contabilidade e do pessoal de Recursos Humanos, um trabalho criterioso de investigação para que possa fundamentar a sua decisão.

O exercício de julgamento, no ato de registrar obrigações que envolvam estimativas, sempre estará presente e dependerá das informações disponíveis, bem como dos técnicos envolvidos no estudo da situação e na definição dos valores. (CRC-SP/IBRACON, 2000 p. 40 e 41).

2.5. Mensuração

O processo contábil inicia-se com o reconhecimento dos eventos econômicos, que afetam a estrutura patrimonial de uma entidade. Em seguida, tem-se a fase da mensuração desse mesmo evento.

O que é mensurar? “[...] em contabilidade, mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa [...]” (HENDRIKSEN e VAN BREDA 1999:304),

Para os referidos autores, sempre que se queira valorizar um elemento patrimonial, é necessário primeiro encontrar um atributo específico para ser mensurado ou até mesmo vários atributos.

Além disso, “[...] para mensurar um passivo é preciso determinar o ‘peso’ ou ‘encargo’ da obrigação na data do Balanço Patrimonial [...]”³¹.” (SPROUSE e MOONITZ 1962, p. 39, tradução nossa)

³¹ “to measure a liability is to determine the ‘weight’ or the ‘burden’ of the obligation on the balance sheet date”

A atribuição de valores monetários aos passivos pode ocorrer mediante um contrato entre as partes ou por meio de estimativa de valores (quando há dúvidas quanto aos reais valores) a serem pagos no futuro.

A prática de estimar valores tem gerado grandes discussões entre os profissionais, órgãos normativos e usuários da Contabilidade, pelo caráter subjetivo de algumas estimativas. Esse aspecto está ligado à confiabilidade das informações geradas.

Segundo o Sfac nº 2 – FASB (1980)³², a confiabilidade da informação contábil se origina de duas características: a fidelidade de representação e a verificabilidade, as quais interagem com uma terceira, a neutralidade da informação para efeito de sua utilidade³³, que serão tratadas adiante na seguinte ordem: 1) Fidelidade de representação; 2) Verificabilidade; e 3) Neutralidade.

1) Fidelidade de Representação: se uma informação não estiver representando, adequadamente, o fenômeno que se propõe não será confiável. “[...] Para que alguém confie em informações, é essencial que elas representem fielmente os fenômenos que pretende representar” (HENDRIKSEN e VAN BREDÁ, 1999, p. 99). Por exemplo:

[...] um teste de ortografia é aplicado oralmente a um grupo de estudantes. As palavras são lidas em voz alta pelo examinador, e os estudantes devem escrevê-las. Alguns estudantes, embora geralmente possam soletrar bem, são reprovados no teste. O motivo, na realidade, é o de que têm problemas de audição. O escore do teste se destina a medir a capacidade de soletrar, mas, na verdade, está parcialmente medindo a acuidade auditiva. O escore do teste não possui fidelidade efetiva de representação³⁴. (SFAC-FASB Nº 2, parágrafo 69, apud HENDRIKSEN e VAN BREDÁ, 1999, p. 99)

³² Statement of Financial Accounting Concepts nº 2 – Qualitative Characteristics of Accounting Information. Issued: May 1980, IN: FASB – Financial Accounting Standards Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”. Illinois: FASB edição 1989/90.

³³ “reliability of accounting information stems from two characteristics that it is desirable to keep separate, representational faithfulness and verifiability. Neutrality of information also interacts with those two characteristics to affect its usefulness”

³⁴ “A spelling test is administered orally to a group of students. The words are read aloud by the tester, and the students are required to write down the test words. Some students, though they can usually spell well, fail the test. The reason, it turns out, is that they have hearing problems. The test score purports to measure ability to spell, whereas it, in fact, is partly measuring aural acuity. The test score lacks true representational faithfulness.” (SFAC nº 2, parágrafo 69).

No caso, em que se queira atribuir o valor a um passivo que esteja pendente de alguma decisão futura de um Tribunal, por exemplo, é necessário saber quais são as variáveis que irão interferir no valor e escolher um atributo de medida para cada uma delas.

Por exemplo, suponha que a empresa está sendo acionada na Justiça por um grupo de funcionários que alega desvio de função e exige uma indenização. Após a análise do mérito, constatou-se que é provável que a Justiça dê ganho de causa aos reclamantes, então, para registrar o passivo, é necessário mensurá-lo.

Deve-se, no entanto, analisar a petição inicial³⁵, na qual se faz o pedido com as suas especificações, tais como:

- a) a função que os empregados alegam ter exercido;
- b) o período em questão;
- c) o salário daquela função e os encargos correspondentes;
- d) os juros e multas que poderão ser pagos; e
- e) demais variáveis.

Nesse exemplo, pelo menos as duas primeiras informações deverão estar disponíveis no documento que deu início ao processo. A confiabilidade da mensuração vai depender da representação, o mais fiel possível, de todas as variáveis, muitas das quais serão obtidas por meio do conhecimento da legislação pertinente com o apoio de advogados.

Vale ressaltar, que a informação deve ser confiável, principalmente, aos olhos dos usuários das demonstrações contábeis, razão pela qual, um resumo contendo, no mínimo, as principais variáveis e os atributos medidos deve ser divulgado em nota explicativa, que deverá esclarecer sobre:

³⁵ Manifestação do direito de ação, o ato que inaugura o processo. (BRASIL, Lei 5.869/1973 – Código de Processo Civil, artigos 282 a 296).

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, [...] constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo; (BRASIL, LEI 6.404/76 (DAS SOCIEDADES POR AÇÕES) ART. 176, § 5º, grifo nosso)

2) Verificabilidade: é a possibilidade de verificar se uma medida corresponde à verdade. “... Verdade, neste caso, parece querer dizer que a medida existe separadamente da pessoa que faz a mensuração...” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 100).

Evitar que a mensuração seja influenciada pela opinião pessoal de quem está mensurando, é um dos aspectos que está implícito no conceito. Por outro lado, acredita-se que o valor é verificável quando pode ser corroborado pelo consenso de especialistas qualificados, isto é, o valor apresentado poderá ser verificado por outro investigador competente.

Para o FASB-SFAC nº 2 a verificabilidade é:

A capacidade de assegurar, por meio do consenso entre mensuradores, que a informação representa o que se destina a representar, ou que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou viés [...] (FASB, 1980 apud HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 100).

O conceito envolve dois aspectos, o primeiro é que a medida apresentada seja aceita por especialistas no assunto. O segundo indica que havendo apenas um método de mensuração, a atenção volta-se à análise da correta aplicação do mesmo, tudo isso para julgar se o valor é confiável.

Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p. 100), é pouco provável que vários investigadores, utilizando um único método de mensuração, cheguem ao mesmo valor. A questão seria determinar, em qual intervalo de valores seriam aceitas tais diferenças.

Parece que a determinação da confiabilidade, por meio da verificação, somente poderá ser atestada, em qualquer um dos aspectos analisados, por pessoas com conhecimento do atributo que está sendo medido e das técnicas aceitas para fazê-lo.

Isso indica que além da obrigatoriedade de as companhias divulgarem os procedimentos utilizados na atribuição de valores, principalmente, dos itens estimados, seria razoável, também, que houvesse a opinião expressa de especialista externo à organização sobre a adequação dos mesmos, dependendo dos montantes envolvidos.

Pode ser argumentado que uma vez realizada a auditoria independente, estariam contemplados os estudos relativos à mensuração dos elementos patrimoniais nos seus aspectos mais relevantes. Esse argumento não é válido porque em muitos casos os valores são definidos com base em pareceres emitidos por advogados, como por exemplo, nas questões envolvendo reclamações trabalhistas, ou por outros especialistas, que irão fundamentar os registros realizados pelos contadores. Além disso, mesmo que os valores tenham sido determinados pela Contabilidade, isso não impediria que tais informações fossem divulgadas em notas explicativas, inclusive mostrando a eficácia ou não do método utilizado por meio da comparação do valor estimado em determinado exercício com o valor efetivamente realizado posteriormente.

No caso das provisões, a diferença entre o valor constituído e o valor realizado implicaria em uma reversão da parte provisionada e não utilizada, sendo exigidas essas informações na divulgação, conforme determinam as Normas Internacionais de Contabilidade³⁶.

84. Para cada tipo de provisão, uma entidade deve divulgar:

[...]

c) montantes utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;

d) montantes não utilizados estornados durante o período;

[...]

2) Neutralidade: está relacionada com a apresentação de um valor sem o viés pessoal de quem o mede, ou seja, a avaliação não deve refletir interesses pessoais do mensurador ou de terceiros.

³⁶ IAS 37 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, pág. 842, parágrafo 84, edição brasileira das Normas Internacionais de Contabilidade publicada em 2002, pelo IBRACON.

Um valor, também pode ser considerado neutro tendo como parâmetro, a aplicação de um conceito ou método que independe do objetivo para o qual está sendo mensurado, o que significa que, “não há viés na direção de um resultado pré-determinado” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 100).

Na opinião dos referidos autores, a importância da neutralidade para o Fasb é a de não permitir que os padrões contábeis sejam utilizados para fins econômicos ou políticos específicos. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 101), a possibilidade de conseguir neutralidade é, ainda, uma questão muito controvertida.

Se há controvérsias em se manter neutro ou não na utilização dos conceitos, é uma questão de definição política, o que não pode haver é dúvida quanto à divulgação dos métodos utilizados na mensuração, para que possa ser interpretada pelos usuários nos seus julgamentos.

Em relação à avaliação dos passivos, Iudícibus (2000, p. 148) esclarece que “[...] o valor de balanço deveria ser determinado pelo valor presente dos montantes a serem pagos no futuro [...]”, ou seja, o valor nominal de um título a ser pago no futuro deve ser divulgado na Contabilidade pelo seu valor presente.

O autor ressalta que, se o valor do desconto de uma obrigação de curto prazo for irrelevante, poderá ser contabilizado pelo seu valor nominal, isto é, sem que haja um processo de desconto para se chegar ao valor presente.

2.6. Divulgação

2.6.1. Aspectos gerais e formas de divulgação

A divulgação tem como um dos principais objetivos fornecer informações para a tomada de decisões, o que pressupõe que os dados sejam relevantes e apropriados. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511), esses dados podem ser identificados por meio de três perguntas, quais sejam:

- 1) a quem deve ser divulgada a informação?

2) qual é a finalidade da informação?

3) quanta informação deve ser divulgada?

As respostas às questões levantadas podem ser obtidas a partir do momento que se tenha a capacidade de conhecer os principais grupos de usuários da Contabilidade³⁷, bem como o modelo decisório de cada um deles.

Essa não é uma tarefa fácil, porém necessária, tendo em vista que a amplitude e a diversidade de atividades e de relacionamentos que a empresa é obrigada a manter, dá origem a novos grupos de pessoas interessadas nas informações relativas à sua atuação, conforme se observa na afirmativa abaixo:

Além de satisfazer às necessidades dos sócios e acionistas da empresa, as demonstrações contábeis devem fornecer informações para atender àqueles que detêm interesses de natureza diversa. A empresa não apenas deve ser encarada na sua função econômica de gerar lucros aos seus acionistas, mas também deve ser considerada na sua função social, por cumprir importante papel na busca do bem estar social. (SANTOS e HASHIMOTO, 2003, p. 153).

A principal forma de divulgação das informações econômicas e financeiras das empresas é feita por meio das demonstrações contábeis, tais como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e outros.

Esses relatórios, individualmente, não conseguem atender aos diversos grupos de usuários, seja porque algumas informações neles contidas necessitam de esclarecimentos adicionais, para que possam ser compreendidas, ou pela própria ausência de outras.

Informações adicionais são apresentadas em Notas Explicativas, Quadros Complementares, Relatório da Diretoria, entre outros. Os órgãos, que regulamentam as políticas e práticas contábeis atuam para que todas as informações relevantes sejam divulgadas pelas empresas.

³⁷ Segundo Iudicibus (2000, p. 20), tem havido mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas formas de informações que têm procurado.

De acordo com a CVM³⁸, a divulgação de informações no mercado de valores mobiliários no Brasil, principalmente, as apresentadas em Notas Explicativas, não têm merecido a devida importância.

Em muitos casos, a Comissão destaca que a divulgação limita-se ao que é requerido por força de lei ou norma e que, nesse caso, a presença do órgão regulador é fundamental para garantir informação tempestiva, relevante e útil, à medida que tenta coibir práticas que coloquem em risco a confiança no Mercado Mobiliário como um todo.

Sintetizando, as informações são divulgadas no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis, que deverão ser complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Parecer dos Auditores Independentes.

O Relatório da Administração deve informar sobre os atos praticados pela administração e as expectativas referentes aos desempenhos futuros. Segundo a Fipecafi³⁹ (2000, p. 399), o mesmo “deve ser um forte instrumento de comunicação entre a entidade, seus acionistas e a comunidade na qual se insere,” e seu conteúdo deve levar em consideração a relação custo benefício e a questão de se manterem resguardadas informações estratégicas da empresa.

A Fipecafi indica que a administração deve colocar no relatório análises sobre:

1. as atividades globais do grupo (análise corporativa);
2. informações mais detalhadas das atividades de ramos ou segmentos individuais (análise setorial);
3. análise dos resultados e da posição financeira do grupo (análise financeira). (FIECAFI, 2000, p. 399, grifo nosso)

Destaca-se que, na análise da posição financeira, se deve visualizar a situação de liquidez e as fontes de capital, a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo, entre outras.

³⁸ Comissão de Valores Mobiliários - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, disponível em <http://www.cvm.gov.br/port/snc/notas.asp>, acesso em 15/07/2003.

³⁹ Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

Entre as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76, o Balanço Patrimonial destaca-se pela sua finalidade de permitir a visualização da posição financeira e patrimonial da empresa em uma data específica. Nesse relatório é que serão reconhecidos os passivos da entidade.

As Notas Explicativas surgiram para descrever práticas contábeis utilizadas, explicações adicionais e a composição de certas contas e/ou operações específicas da companhia, tendo como objetivo promover o entendimento completo das informações contidas nas demonstrações contábeis. Sua publicação é exigida pela Lei 6.404/76, conforme texto a seguir:

[...] as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. (LEI 6.404/76, § 4º do art. 176, grifo nosso)

O texto da lei indica que podem ser elaboradas tanto de forma descritiva como na forma de quadros analíticos, para detalhar a movimentação de contas, que estejam apresentadas resumidamente no balanço, taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, cronogramas de pagamentos, entre outros.

Além das demonstrações contábeis obrigatórias, existe, ainda, a possibilidade de que sejam divulgadas outras, entre as quais se destacam: a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Demonstrações Contábeis em Moeda Constante.

2.6.2. Exigências legais

No que se refere ao passivo, direta ou indiretamente, a Lei 6.404/76 art. 176, § 5º, determina que as Notas Explicativas deverão esclarecer sobre:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, [...] constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do ativo;
- b) [...]
- c) [...]
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;

- f) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) os eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Entre as notas explicativas, determinadas pela CVM (Instruções nº 10/80, 59/86 e 69/87), vigentes atualmente, são apresentadas aquelas que poderão afetar a divulgação do passivo, quais sejam:

- 01) [...]
- [...]
- 09) benefícios a empregados;
- [...]
- 14) contingências passivas;
- [...]
- 17) critérios de avaliação;
- 18) debêntures;
- [...]
- 24) dividendos propostos;
- [...]
- 28) eventos subseqüentes;
- [...]
- 30) imposto de Renda e Contribuição Social;
- [...]
- 33) instrumentos financeiros;
- [...]
- 37) obrigações de longo prazo;
- 38)ônus, garantias e responsabilidades eventuais e contingentes;
- [...]
- 43) Refis (Programa de Recuperação Fiscal)
- [...].

Verifica-se que a CVM, na condição de órgão normativo das práticas contábeis das companhias abertas, amplia o rol das notas explicativas, dando maior abrangência aos aspectos exigidos pela lei 6.404/76 e incluindo itens que refletem casos mais recentes como o Refis.

A seguir, serão resumidas as informações mínimas (exigidas pela CVM) relativas ao passivo, que deverão constar nas notas explicativas dos itens anteriormente mencionados.

Benefícios a Empregados: sua contabilização foi aprovada pela Deliberação CVM nº 371/2000, a qual exige que sejam divulgadas:

1) Obrigações assumidas, relativas a eventos passados que resultarão em desembolso de caixa e ainda não registradas como exigibilidade;

2) O valor presente, na data do balanço, das obrigações atuariais que estejam totalmente descobertas, bem como aquelas que estejam totalmente ou parcialmente cobertas;

3) Um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no período.

Contingências Passivas: no ano de 2001, em estudo realizado pela CVM, foi verificado que em um caso específico foram dispensadas 4 (quatro) páginas no prospecto de emissão de ações para a descrição dos eventos associados a contingências passivas, enquanto nas demonstrações financeiras não foi encontrada nenhuma informação, o que levou a comissão a determinar a republicação das informações⁴⁰.

O conteúdo exigido nas notas explicativas sobre as contingências passivas é apresentado no item 3.4 deste trabalho.

Crítérios de avaliação: a divulgação dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais é exigida pelo art. 176 da Lei 6.404/76, o qual determina em relação ao passivo, que deverão ser divulgados, especialmente, os critérios de avaliação de provisões para encargos ou riscos.

Debêntures: são títulos emitidos pela companhia para captar recursos para financiar suas atividades, que deverão ser liquidados quando de seu vencimento e que poderão ser resgatados antecipadamente pelo emitente (IUDÍCIBUS et. all, 2000, p. 216).

O Parecer de Orientação (PO) CVM Nº 21/90 determina que sejam divulgados os termos das debêntures, indicando a existência de cláusula de repactuação e os períodos em que devem ocorrer, bem como se a companhia adquiriu debêntures de sua própria emissão.

⁴⁰ Contingências passivas, IN: Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, pág. 15/16, disponível em <http://www.cvm.gov.br/> acesso em 15/07/2003.

Dividendos propostos: devem ser divulgados na demonstração os dividendos propostos pelos administradores, a política de pagamento e se serão pagos corrigidos monetariamente ou não (PO CVM Nº 15/87 e 21/90).

Eventos Subseqüentes: deverão ser divulgados os eventos ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e a da divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (LEI 6.404/76 art. 176)

Imposto de Renda e Contribuição Social: deverão ser divulgados o valor dos impostos correntes e diferidos, a natureza das obrigações fiscais diferidas, os efeitos decorrentes de mudanças nas expectativas de liquidação dos passivos diferidos.

Instrumentos Financeiros: a companhia aberta deverá evidenciar, sempre que relevante: a) o valor de mercado de todos os instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como passivo em seu balanço patrimonial; b) os critérios e premissas adotados para determinação desse valor e c) as políticas de atuação e de controle das operações nos mercados derivativos e dos riscos envolvidos.

Obrigações de longo prazo: deverão ser divulgadas as taxas de juros, as datas de vencimento, as garantias, a moeda e a forma de atualização das obrigações de longo prazo. (Lei nº 6.404/76, art. 176)

Ônus, garantias e responsabilidades eventuais e contingentes: devem ser divulgados os ônus reais sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais/contingentes.

Os fatos contingentes que gerarem, por suas peculiaridades, reservas ou provisões para contingências e, mesmo aqueles cuja probabilidade for difícil de calcular ou cujo valor não for mensurável, deverão ser evidenciados em nota explicativa, e também mencionadas, neste último caso, as razões da impossibilidade dessa mensuração. (LEI 6.404/76 art. 176 e INSTRUÇÃO CVM nº 59/86)

Refis: sobre esse programa, deverão ser divulgadas, em notas explicativas, as seguintes informações:

a) o montante das dívidas incluídas no Refis, segregado por tipo de tributo e natureza (principal, multas e juros);

b) o valor presente das dívidas sujeitas à liquidação com base na receita bruta, bem como com os valores, prazos, taxas e demais premissas utilizadas para determinação desse valor presente;

c) o montante dos créditos fiscais, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, utilizada para liquidação de juros e multas;

d) o montante pago no período para amortização das dívidas sujeitas à liquidação com base na receita bruta;

e) o detalhamento dos ajustes registrados como itens extraordinários;

f) as garantias prestadas ou bens arrolados e respectivos montantes;

g) a menção sobre a obrigatoriedade de pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial, para a manutenção das condições de pagamento previstas no Refis; e

h) todo e qualquer risco iminente associado à perda do regime especial de pagamento.

A CVM ressalta que tais informações aplicam-se, também, aos programas estaduais ou municipais de refinanciamento de dívidas tributárias, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 346/00 e no ofício circular CVM nº 002/2000.

2.6.3. Divulgação transparente

Além de demonstrar o que a legislação exige, as empresas devem disponibilizar aos seus usuários todas as informações que possam influenciar as suas

decisões. As normas determinam o mínimo a ser apresentado, sendo que as empresas não devem se restringir a essas determinações, adicionando informações relevantes, objetivando a transparência na divulgação das suas demonstrações contábeis, indicando não somente o que aconteceu, mas tentando reportar quais são as perspectivas dos seus negócios.

De acordo com Ricardino (2002), os recentes escândalos financeiros, envolvendo grandes companhias americanas, como a Enron, fizeram com que a transparência se tornasse uma necessidade urgente, como forma de recuperar ou manter a credibilidade das empresas junto aos investidores e demais usuários dos seus relatórios contábeis.

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac), criou, em 1997, o prêmio transparência⁴¹, para avaliar as publicações contábeis das principais empresas brasileiras. A vencedora recebe o troféu transparência, que é concedido uma vez por ano.

Essa iniciativa conta com o apoio da Fipecafi e do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, que operacionalizam e viabilizam tecnicamente a análise das demonstrações contábeis e a Serasa (Centralização dos Serviços Bancários S/A), que co-patrocina o evento desde a sua 2ª edição em 1998.

Segundo Martins (2002), o prêmio transparência cresce a cada ano, em termos de tamanho e importância. No primeiro ano, o troféu se restringiu às empresas sediadas no Estado de São Paulo. O autor destaca:

E que sucesso foi! Quem imaginava vermos “outdoors” falando de Prêmio de Melhor Balanço? (e não era a Carla Perez balançando seus débitos e créditos...) ou quem acreditaria na torcida, na disputa e na maciça presença de tão importantes empresas e personalidades na premiação? (E também seus auditores, controllers, contadores, etc). (MARTINS, 2002)

⁴¹ No endereço www.anefac.com.br encontram-se as informações sobre a seleção das empresas que concorreram ao prêmio, os critérios utilizados para definir a divulgação transparente, as vencedoras e outras.

Ainda segundo o autor, atualmente o prêmio envolve empresas de todo o Brasil e “adquire uma expansão no seu nome pelos decididos apoio e patrocínio da Serasa. Formidável!”.

Na quarta edição, no ano de 2000, foram identificadas, a partir de 1.600 demonstrações contábeis, que 177 delas atendiam aos requisitos mínimos para concorrer ao prêmio. Em seguida, 15 foram selecionadas por alunos de Contabilidade da Universidade de São Paulo e, finalmente, uma equipe de professores da Universidade de São Paulo indicou 10 empresas finalistas⁴².

Os principais requisitos estabelecidos que deram base ao processo seletivo das dez melhores demonstrações contábeis, em todas as suas etapas, foram:

- Somente concorreram ao prêmio as empresas com demonstrações contábeis auditadas, uma vez que o parecer do auditor independente representa uma garantia adicional com relação às informações divulgadas;
- As demonstrações contábeis foram examinadas ponderando-se os seus principais pontos fortes e fracos, considerando-se principalmente: a) o atendimento às normas e práticas contábeis pertinentes a evidenciação da informação; b) a aderência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade; c) o nível de detalhamento das informações e sua forma de apresentação; e d) a predisposição, por parte das empresas, na divulgação de informações relevantes;
- O desempenho econômico-financeiro das empresas não foi considerado para efeito das melhores demonstrações contábeis;
- As notas explicativas devem apresentar o maior número de detalhes possível, refletindo a transparência das informações [...] (SANTOS e NOSSA, 2000, p. 10-11).

Os critérios não se limitaram às exigências feitas pela Lei 6.404/76 ou determinadas pela CVM, por exemplo, as empresas que publicaram informações complementares espontaneamente, tais como: Demonstrações do Valor Adicionado, Fluxo de Caixa, e outros, ganharam pontos no quesito transparência.

De acordo com Santos e Nossa (2000, p. 10-11), entre as falhas encontradas nas demonstrações contábeis analisadas na edição de 2000, estão:

- a) não apresentação do parecer dos auditores independentes;
- b) existência de parecer da auditoria com ressalva;

c) apresentação de Relatório da Administração sem a mínima qualidade: um com apenas três linhas e outros mais extensos, mas com informações muito pobres e às vezes divergentes das apresentadas nas demais demonstrações;

d) não aderência, por algumas empresas, à legislação societária;

Tais falhas levaram à conclusão de que muitas empresas não divulgam suas informações contábeis de forma transparente, deixando de fora aspectos importantes e que a maioria se limita apenas às exigências da legislação societária.

2.7. Casos particulares de passivos

Adiantamento de clientes

Ocorre quando os clientes repassam às empresas parte do pagamento pelo fornecimento de bens ou serviços, antes que tenha ocorrido a produção dos bens ou a execução dos serviços.

A origem desses adiantamentos está relacionada à geração de receita pela empresa, o que tem levado algumas delas a registrarem as antecipações como receita diferida em vez de exigível, segundo (IUDÍCIBUS et al, 2000, p. 228).

Segundo os autores, tal procedimento é incorreto por se tratar de um passivo, representado pela obrigação de produzir bens ou serviços e, caso isso não ocorra, pela devolução do valor recebido.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 415), o pagamento adiantado por bens e serviços tem sido considerado, por muitos, como uma mistura de passivos e lucros.

Assim, se o custo embutido no valor adiantado for o “elemento predominante” seria considerado como um passivo, caso contrário, seria tratado como “um crédito diferido ao lucro [...] e não um passivo circulante,

⁴² Santos Ariovaldo dos, e Nossa Valcemiro. Como foram selecionadas as melhores Demonstrações Contábeis de 2000 para o IV Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa. Revista da Anefac, São Paulo, v. 10, nº 77, p. 10-11, 2000.

presumivelmente classificado como lucro a realizar no grupo de contas de patrimônio líquido”. (IUDÍCIBUS et al, 2000, p. 415)

Segundo o Accounting Research Bulletin (ARB)⁴³ nº 43, apud Hendriksen e Van Breda (1999), o adiantamento deve ser tratado como passivo, porque se trata de uma transação de financiamento corrente e não uma transação produtora de receita.

De fato, quando um cliente efetua um adiantamento, provavelmente o faça por exigência do próprio fornecedor que, por sua vez, o exige por falta de capital para realizar a produção do bem ou a prestação de serviço ou talvez como garantia de recebimento. Em qualquer dos casos, o mesmo assume a obrigação de entregar os bens ou de prestar os serviços contratados.

Entende-se como correto o tratamento como obrigação, pois, para que haja o reconhecimento da receita, é necessário que tenham ocorrido a produção e a transferência dos bens ou a prestação de serviços e não apenas o recebimento do dinheiro.

Títulos Híbridos

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 410), tem havido uma explosão de novos tipos de passivos chamados de instrumentos financeiros, os quais possuem características tanto de exigibilidades como de patrimônio líquido, isto é, constituem-se, ao mesmo tempo, em uma dívida e uma possibilidade de participação acionária, por isso, são chamados de títulos híbridos.

Ainda segundo os autores, esses novos títulos estão gerando um problema para o FASB, porque a linha divisória entre o passivo e o patrimônio líquido é cada vez mais frágil. Por exemplo:

a) as ações preferenciais de resgate obrigatório que exigem da empresa a devolução do capital do acionista numa data previamente estabelecida e que possuem

⁴³ Boletim publicado pelo Comitê de Procedimentos Contábeis dos Estados Unidos da América.

um dividendo fixo obrigatório, que mais parece um pagamento de juros, seria um passivo?

b) as debêntures conversíveis garantem ao detentor dos títulos a opção de trocá-los por ações da empresa, transformando a opção em parte do capital dos acionistas, como deveriam ser tratadas?

Entre as opções discutidas estão: colocar a dívida em duas partes distintas do Balanço, sendo que tal procedimento poderia levar à questão de como as duas partes serão ligadas, para que os usuários saibam que estão relacionadas; abrir um novo grupo no Balanço localizado entre o passivo exigível e o patrimônio líquido para abrigar os títulos híbridos.

Segundo o Iasb⁴⁴, quando um instrumento financeiro é emitido deve-se classificá-lo, totalmente ou as suas partes, como passivo ou patrimônio líquido, considerando a essência do contrato no reconhecimento contábil inicial e com as definições de um passivo financeiro e um instrumento patrimonial, segundo o IAS 32 par. 18.

A norma internacional define passivo financeiro como uma obrigação contratual que implique: na entrega de numerário ou outro ativo financeiro a outra entidade; ou na permuta de instrumentos financeiros com outras entidades em condições potencialmente desfavoráveis. Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual nos ativos de uma entidade, após as deduções de todos os passivos, como trata o IAS 32 par. 5.

Nota-se que a posição é a de que os instrumentos financeiros sejam classificados, separando a exigibilidade do direito de propriedade, mesmo que tenham sido gerados de um único título, como se observa a seguir:

Trata-se mais de uma questão de forma do que de essência, o fato de que tanto o passivo quanto às participações no patrimônio líquido sejam criados por um único instrumento financeiro e não por dois ou mais instrumentos distintos [...] (IAS 32, par. 24)

⁴⁴ Os instrumentos financeiros são tratados principalmente por meio do IAS 32, IAS 39.

A diferenciação entre um passivo financeiro e um instrumento patrimonial deve considerar a existência ou não de uma obrigação contratual, que exija a entrega de benefícios econômicos ao portador do título, sua existência caracteriza uma exigibilidade e não um patrimônio líquido.

No Brasil, a CVM trata dos instrumentos financeiros por meio da instrução nº 235/95 e determina que a companhia aberta deverá evidenciar, se for relevante:

- a) o valor de mercado de todos os instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como passivo em seu balanço;
- b) os critérios e premissas adotados para determinação desse valor; e
- c) as políticas de atuação e de controle das operações nos mercados derivativos e dos riscos envolvidos.

3. PASSIVO CONTINGENTE

3.1. Considerações iniciais

Neste capítulo será mostrado que o passivo contingente é um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a Contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor. Como tal tem merecido tratamento específico pelos principais órgãos normativos em nível nacional e internacional, referenciados anteriormente.

As dificuldades estão relacionadas às dúvidas existentes sobre o fato gerador, que deram origem aos passivos contingentes, as quais serão esclarecidas somente no futuro, quando, então, serão determinados os efeitos exatos que terão sobre o patrimônio de uma entidade.

Trata-se, portanto, de um elemento que tem como origem um fato gerador ocorrido no passado, porém dependente de confirmação dos seus efeitos econômicos e financeiros por meio de um fato que ocorrerá no futuro como, por exemplo, uma decisão judicial.

Como a Contabilidade precisa gerar informações que demonstrem a posição econômica em períodos de tempo específicos, para tomada de decisões pelos seus usuários, não pode esperar que o evento futuro ocorra para reconhecer os efeitos econômicos no patrimônio, provocados pelo passivo contingente.

Então, serão demonstrados, neste capítulo, os procedimentos necessários para o seu registro e/ou divulgação no conjunto das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas.

3.2. Abordagem conceitual

Inicialmente, serão apresentados os conceitos desenvolvidos pelo FASB para, em seguida, analisar os que o IASB desenvolveu, fazendo-se uma análise das duas abordagens e, finalmente, demonstrar os conceitos adotados pela legislação brasileira.

3.2.1. Conceitos do FASB

O FASB (1975) definiu contingência como:

[...] uma condição ou situação existente, ou um grupo de circunstâncias envolvendo incertezas relativas a possíveis ganhos ou perdas para uma empresa, que será resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer⁴⁵. (SFAS Nº 5, 2002, p. 34, tradução nossa)⁴⁶

A definição é geral, ou seja, aplica-se tanto para o ativo quanto para o passivo, sendo que a “situação existente” ou “circunstância, envolvendo incertezas”, refere-se a um fato já ocorrido que gerou um passivo, para o qual há incertezas, que serão resolvidas por um evento futuro.

Assim, as circunstâncias envolvendo incertezas é que caracterizam uma contingência. Entretanto, não é o evento futuro que provoca o passivo contingente e sim o evento passado, o qual será sempre o ponto de referência no esclarecimento das incertezas existentes. O evento futuro irá apenas solucionar a dúvida, chegando-se a alguma conclusão.

Um passivo contingente é definido como:

um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 288)

⁴⁵ “...an existing condition, situation, or set of circumstances involving uncertainty as to possible gain (hereinafter a ‘gain contingency’) or loss (hereinafter a ‘loss contingency’) to an enterprise that will ultimately be resolved when one or more future events occur or fail to occur...”.

⁴⁶ Financial Accounting Standards Board: Original Pronouncements - Accounting Standards, 2002/2003, John Wiley: New York, 2002.

Percebe-se que o fato gerador da obrigação deverá ter ocorrido, o que caracteriza as “obrigações presentes”, precisando ser definido quais serão os efeitos financeiros decorrentes da liquidação, bem como quando esses ocorrerão.

Entretanto, não basta, apenas, que um fato já tenha ocorrido, é necessário, também, que haja alguma probabilidade de que algum sacrifício futuro seja realizado pela empresa, que não tem a alternativa de deixar de cumprir a obrigação.

O Fasn classifica o passivo contingente de acordo com a probabilidade de ocorrência em: provável, possível e remota. A contingência é considerada como provável quando a possibilidade de ocorrência é maior do que a de não ocorrência.

É classificada como possível quando a possibilidade de não ocorrência é maior do que a possibilidade de ocorrência e, considerada remota quando as chances de que o passivo venha a ser confirmado são mínimas.

O Fasn, também, apresenta exemplos de situações que poderão gerar perdas contingentes, entre elas destacam-se:

- 1) obrigações relacionadas com a garantia de produtos defeituosos;
- 2) risco de perdas ou danos das instalações da empresa por fogo, explosões e outras catástrofes;
- 3) obrigações junto a instituições financeiras;
- 4) obrigações envolvendo disputas judiciais entre a empresa e os empregados.

3.2.2. *Conceitos do Iasn*⁴⁷

O passivo contingente foi tratado, inicialmente, pelo Iasn (atual Iasn) na International Accounting Standards - IAS 10: Contingencies and Events Occurring

⁴⁷ International Accounting Standards Board

After the Balance Sheet Date⁴⁸, publicada em outubro de 1978 e reformulada em 1994 e que esteve em vigor até a primeira metade do ano de 1999, ano em que lhe foi dada nova redação, suprimindo a parte que tratava das contingências.

Atualmente, o Iasb trata as obrigações contingentes na International Accounting Standards - IAS 37, que passou a vigorar para as Demonstrações Contábeis que abrangem períodos iniciados em 1º de julho de 1999 ou posteriores, sendo encorajada sua aplicação antecipada, conforme a Norma Internacional de Contabilidade - NIC⁴⁹. (2001, p. 824).

A NIC nº 37 (2001, p. 827) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes tem como objetivo aplicar a esses eventos os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adequadas, bem como a divulgação de informações suficientes para os usuários entenderem sua natureza, tempo e valor.

Dessa forma, o Iasb trata o Passivo Contingente da seguinte maneira:

A norma define um passivo contingente como:

- a) Uma obrigação possível, que surge de eventos passados e cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, que estejam totalmente sob o controle da entidade; ou
- b) Uma obrigação atual, que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. É improvável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - ii. O valor da obrigação não pode ser mensurado de maneira suficientemente confiável⁵⁰. (IAS 37, PAR. 18, tradução nossa).

A norma indica que há passivos contingentes que serão registrados pela Contabilidade, quando for provável um desembolso de recursos e uma mensuração confiável possa ser feita. Também há àqueles que não serão registrados, porque não

⁴⁸ Normas Internacionais de Contabilidade nº 10 – Contingências e Eventos Ocorridos após a data do Balanço Patrimonial

⁴⁹ NIC - Normas Internacionais de Contabilidade 2001, versão em Português publicada no Brasil pelo IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes em 2002.

⁵⁰ The Standards defines a contingent liability as:
 a possible obligation that arises from past events and whose existence will be confirmed only by the occurrence or non-occurrence of one or more uncertain future events not wholly within the control of the enterprise; or
 a present obligation that arises from past events but is not recognised because:
 it is not probable that an outflow of resources embodying economic benefits will be required to settle the obligation; or
 the amount of the obligation cannot be measured with sufficient reliability.

se espera que os mesmos possam ocorrer, “é improvável que uma saída de recursos [...] seja exigida”, ou porque não é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável.

Para se definir se a exigência tornou-se provável, os passivos contingentes deverão ser avaliados continuamente, conforme se observa no parágrafo a seguir:

Os passivos contingentes podem se desenvolver de maneira inicialmente não esperada. Assim, eles são avaliados continuamente para determinar se um desembolso de recursos contendo benefícios econômicos tornou-se provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros será exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, uma provisão será reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual a mudança na probabilidade ocorre [...]⁵¹. (IAS 37, PAR. 30, tradução e grifo nossos).

Em se tratando das obrigações contingentes, para as quais haja dificuldade de atribuição de valor, a entidade deverá divulgar uma indicação das incertezas relacionadas com o montante ou tempo de qualquer desembolso, a menos que seja remota a possibilidade de qualquer desembolso para liquidação e, nesse caso, nenhuma divulgação deverá ser feita. (IAS 37, Par. 86)

3.2.3. *Conceitos utilizados no Brasil*

A legislação societária brasileira sofreu forte influência das normas norte-americanas de Contabilidade⁵², por isso, os conceitos desenvolvidos naquele país são, em grande parte, aplicados no Brasil.

Segundo Andersen (2000, p. 47), não há divergência entre a literatura internacional e a brasileira, no que se refere à classificação da probabilidade da ocorrência de um passivo contingente.

⁵¹ Contingent liabilities may develop in a way not initially expected. Therefore, they are assessed continually to determine whether an outflow of resources embodying economic benefits has become probable. If it becomes probable that an outflow of future economic benefits will be required for an item previously dealt with as a contingent liability, provision is recognised in the financial statements of the period in which the change in probability occurs. (IAS 37, PAR. 30)

⁵² Segundo Iudícibus (2000, p. 37) nossa legislação comercial, que até a antiga Lei das Sociedades Anônimas (anterior a Lei 6.404/76), era de inspiração européia, passa a adotar uma filosofia nitidamente americana influenciada principalmente pelas firmas de auditoria de origem anglo-americana.

A interpretação apresentada é a de que existe um tratamento contábil diferente para cada um dos tipos de probabilidade.

Figura 6 - Tipos de passivos contingentes e tratamento contábil

Possibilidades	Definição	Efeitos nas demonstrações contábeis
Prováveis	Casos em que existem grandes chances de perdas por parte da entidade envolvida sobre fatos ocorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.	Os valores envolvidos deverão ser estimados e <u>provisionados</u> , incluindo todos os gastos, bem como eventuais recuperações esperadas, devendo os fatos serem revelados em <u>notas explicativas</u> .
Possíveis	São as situações nas quais existe a possibilidade de perdas ocorrerem.	A perda <u>não é registrada</u> , é apenas divulgada em nota explicativa.
Remotas	Referem-se a situações em que as perdas contingentes possuem chances pequenas de ocorrerem.	Não há nem o registro, nem a divulgação do fato em notas explicativas.

Fonte: Conteúdo baseado em Andersen (2000, p. 47).

Nota-se que, quando a contingência é considerada como provável, há o registro contábil e o elemento aparece no balanço complementado por nota explicativa. Por outro lado, se for considerada como possível, apenas faz-se a divulgação em nota explicativa e, quando considerada remota, não se reconhece e, portanto, não se registra nem se divulga.

De acordo com o Ibracon (1994, p. 150), uma contingência está relacionada a:

[...] certas condições ou situações de solução indefinida à data de encerramento do exercício social ou período a que se referem às demonstrações contábeis de uma entidade e, como tal, dependente de eventos futuros que poderão ou não ocorrer [...].

Tais condições poderão gerar perda contingente, a qual terá o seguinte tratamento: “deverá ser provisionada, através de débito ao resultado do exercício quando for considerada provável e seu montante possível de ser estimado.” (IBRACON, 1994, p. 151, grifo e destaque nossos)

Observa-se que entre as probabilidades de ocorrência é exigida a provável e também deve haver a possibilidade de mensuração. É determinado que seja divulgada a sua natureza e outras informações relevantes em notas explicativas.

Outro aspecto abordado pelo Instituto é o caso em que uma obrigação contingente possa ter o seu valor reduzido ou até mesmo anulado por recursos contra terceiros, envolvidos na mesma questão, para o qual é recomendado que se escolha uma das alternativas abaixo:

- a) Contabilizar a perda pelo valor líquido estimado, desde que a parte imputável a terceiros, seja provável de realização, ou
 - b) Contabilizar a perda pelo seu montante bruto com a revelação simultânea do possível valor recuperável de terceiros.
- (IBRACON, 1994)

Deve-se escolher aquela alternativa “que for mais apropriada às circunstâncias à luz da convenção contábil do conservadorismo”. Outras possibilidades de perdas, tais como: garantias, obrigações decorrentes de títulos descontados, fianças e outras responsabilidades similares, desde que não seja improvável que ocorram, deverão ser divulgadas em notas explicativas, como destaca o IBRACON, 1994, p. 151.

A CVM utiliza os conceitos constantes nos pronunciamentos do Ibracon e trata o passivo contingente por meio do seu documento intitulado “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis”, nota nº 14 – Contingências Passivas, em que declara o seguinte:

Utilizando-se subsidiariamente o pronunciamento do IBRACON sobre incertezas, NPA Nº 09, de junho de 1995, [...] tem-se que, tecnicamente, uma incerteza, sob o ponto de vista contábil, pode ser classificada, probabilisticamente, quanto à sua chance de ocorrência, em três grupos: (i) chance **provável** de se incorrer em um passivo [...]; (ii) chance **possível** de se incorrer em um passivo [...]; (iii) chance **remota** de se incorrer em um passivo.

Segundo a CVM, quando um passivo contingente for considerado provável deve ser registrado pela Contabilidade, desde que seu valor possa ser razoavelmente estimado, caso isso não ocorra, deverá ser divulgado em nota explicativa.

Quanto ao passivo contingente, qualificado como possível ou remoto “qualquer informação relevante deve ser divulgada em nota explicativa, mesmo que as incertezas sejam grandes” (CVM). É argumentado pela comissão que:

[...] os benefícios da prestação de informações relevantes sobre passivos contingentes, mesmo com chance de ocorrência possível ou remota, suplantam em muito os prováveis custos a serem incorridos na sua produção [...]. (CVM 2003, grifo nosso)⁵³

Essa posição da CVM é compreensível se for considerada a necessidade de transparência das informações geradas pela Contabilidade. Entretanto, se por um lado, a ausência de informações pode comprometer a qualidade dos dados gerados pela Contabilidade, também a existência de informações não relevantes pode ter a mesma consequência. “...a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente...”, segundo Iudícibus (2000, p. 117).

A seguir, um quadro comparativo entre a abordagem do Iasb (internacional), do Fasb (americano) e da CVM – Brasil, por meio da figura 7.

⁵³ Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – disponível em <http://www.cvm.gov.br>

Figura 7 - Comparação entre os principais conceitos sobre passivos contingentes segundo o Iasb, o Fasb e a CVM.

Categorias	ÓRGÃOS NORMATIVOS		
	Iasb - Internacional	Fasb - Americano	CVM - BRASIL
Definições	Uma obrigação possível, que surge de eventos passados e cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou uma obrigação atual, que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: 1) é improvável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou 2) o valor da obrigação não pode ser mensurado de maneira suficientemente confiável.	Contingência é uma condição ou situação existente, ou um grupo de circunstâncias envolvendo incertezas relativas a possíveis perdas para uma empresa, que será resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem.	Fatos com solução indefinida à data do balanço de uma entidade e, como tal, dependente de eventos futuros que poderão ou não ocorrer (utiliza o conceito do IBRACON)
Classificação	Os conceitos de provável, possível e remota estão implícitos.	Classifica as contingências de acordo com a probabilidade de ocorrência em: provável; possível e remota.	Probabilidade: provável, possível e remota e exige que seja apresentada a sua natureza em: trabalhista; cível; ambiental e tributária.
Provável	Deverá ser reconhecida no balanço e divulgada em nota. ⁵⁴	Deverá ser reconhecida no balanço e divulgada em nota.	Deverá ser reconhecida no balanço e divulgada em nota
Possível	Deverá ser divulgada em notas explicativas.	Deverá ser divulgada em notas explicativas.	Qualquer informação relevante deve ser divulgada em notas explicativas.
Remota	Não deve ser divulgada.	Não deve ser divulgada.	Qualquer informação relevante deve ser divulgada em notas explicativas.

⁵⁴ O conteúdo exigido para as notas explicativas foi desenvolvido nos tópicos sobre divulgação.

3.3. Reconhecimento e registro

O registro de um Passivo Contingente é feito pela Contabilidade, por meio de uma provisão que se caracteriza pelo uso de estimativas de valores que sejam obtidos pelos melhores critérios de mensuração entre os disponíveis à empresa.

A Norma Internacional de Contabilidade determinada pelo Iasb – (2002, IAS 37, p. 831)⁵⁵, estabelece no item 14 que uma provisão deve ser reconhecida (leia-se registrada) quando:

- a) uma entidade tiver uma obrigação atual (legal ou construtiva) como consequência de um evento passado;
- b) for provável que uma saída de recursos contendo benefícios econômicos seja exigida para se liquidar a obrigação; e
- c) uma estimativa confiável possa ser feita sobre o montante da obrigação.

A obrigação construtiva é utilizada pela norma para os passivos decorrentes de atos da empresa envolvendo práticas e políticas padronizadas já estabelecidas, que indiquem a terceiros o compromisso de pagá-las, gerando uma consequência válida para os beneficiários de que a entidade cumprirá com tais responsabilidades (IAS - 37, item 3).

Em alguns casos, pode haver dúvidas quanto à existência de uma obrigação atual, como, por exemplo, em um processo judicial. Segundo o IAS-37 (2002, item 4, p. 820), será considerada a existência da mesma se, de acordo com as evidências disponíveis, se julga que seja mais provável do que improvável que a obrigação exista na data do balanço.

⁵⁵ IAS 37 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, IN - Normas Internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001 / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. – São Paulo: IBRACON, 2002.

Para que exista uma obrigação atual, é necessário que o fato que lhe deu origem tenha ocorrido, ou seja, é um evento passado que origina uma obrigação. O tratamento contábil do evento vai depender do julgamento a partir de “todas as evidências disponíveis” para se obter a base necessária para reconhecê-la ou não.

No exemplo de um processo judicial, as evidências poderiam ser obtidas pelo conhecimento da legislação pertinente ao assunto, por meio de jurisprudência, por meio da opinião de especialistas, bem como por meio de informações obtidas de pessoas que possam esclarecer se o evento de fato aconteceu e em quais condições.

Segundo Fasb, Sfap nº 5, (1975, apud Hendriksen e Van Breda 1999, p. 288), o passivo contingente deve ser reconhecido (leia-se registrado) pela Contabilidade quando satisfaz a três condições:

- 1) corresponde a definição de passivo;
- 2) a probabilidade de ocorrência do evento futuro é relativamente elevada;
- 3) quando o passivo contingente pode ser razoavelmente estimado.

A Relevância está implícita na caracterização de que é provável que a perda ocorra uma vez que isso influenciará as decisões. A Confiabilidade está presente na exigência de que a perda contingente possa ser, razoavelmente, estimada.

3.4. Mensuração

Inicialmente, deve-se ressaltar que as regras gerais aplicadas à mensuração dos passivos deverão ser consideradas nas provisões para contingências passivas, assim como também a confiabilidade das medidas.

Aspectos como: o uso de estimativas, a análise de riscos e incertezas, a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, irão influenciar diretamente nos valores que serão atribuídos ao passivo contingente.

A mensuração é uma condição para seu registro contábil, isso significa que pode haver obrigações contingentes consideradas prováveis para as quais não seja possível atribuir um valor fundamentado em uma estimativa confiável. Nesse caso, haveria o reconhecimento, mas não seria viável o registro, por questões de restrições de mensuração da própria Contabilidade. Nesse item, serão tratados os aspectos exigidos na sua mensuração e se esta não for possível como o fato deverá ser tratado.

Ao tratar da mensuração das contingências, as Normas Internacionais de Contabilidade determinam que o montante reconhecido como uma provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação existente na data do balanço (IAS 37, par. 36).

A norma explica que:

As estimativas de resultado e efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementadas pela experiência de transações semelhantes e em alguns casos, relatórios de especialistas independentes [...] (IAS 37 par. 38, grifo nosso).

A questão a ser analisada é como a empresa fundamenta a sua decisão sobre a escolha das estimativas. Está indicado que deverá valer-se de sua experiência em casos semelhantes e da opinião de especialistas independentes, principalmente, quando não há experiências anteriores.

No item 2.5 deste trabalho (que trata da mensuração), foi alertado sobre a necessidade de que a informação gerada pela Contabilidade seja confiável, o que implica dizer que o julgamento da administração deve ser bem fundamentado para não comprometer a qualidade das Demonstrações Contábeis.

De acordo com IAS 37 (1998, par. 42), na escolha da melhor estimativa, é necessário considerar os riscos e as incertezas que inevitavelmente envolvem muitos eventos e circunstâncias que envolvem as contingências. É preciso ter cuidado na análise de risco, para não subavaliar ou superavaliar um passivo; essa possibilidade é, assim descrita:

[...] um ajuste de risco pode aumentar o valor pelo qual um passivo é mensurado. É necessário cuidado ao se fazer julgamentos sob condições de incerteza, afim de que as receitas ou os ativos não sejam

super avaliados e as despesas ou passivos não sejam sub avaliados. Entretanto a incerteza não justifica a criação de provisões em excesso ou uma deliberada avaliação a maior dos passivos [...] (IAS 37, par. 43).

Há, nessa parte da norma, uma preocupação com os excessos que poderão ser cometidos na constituição de provisões, porque influenciarão no resultado e na posição financeira da empresa.

Essa ressalva é importante visto que os Contadores, ao aplicarem o conservadorismo, poderão incorrer em erros de aplicação do verdadeiro sentido subjacente a essa convenção contábil, tendo preferência pela avaliação mais conservadora.

Segundo Iudícibus (2000, p. 75), um dos problemas de aplicação do conservadorismo “[...] é que existe uma tendência natural entre os profissionais em considerá-lo como liberdade de apresentar a variante que [...],” conduza ao menor lucro. O autor explica que “[...] somente podemos utilizar a mais conservadora das avaliações quando todas as alternativas forem igualmente válidas [...]”

A mensuração das provisões para contingências passivas também pode ser afetada por eventos futuros. Dois exemplos são apresentados pelo IAS 37, parágrafo 49 e 50:

1) uma entidade, ao perceber que o custo de se limpar um local no final de sua vida útil será reduzido pelas mudanças futuras na tecnologia, poderá considerar seu efeito no valor das provisões, desde que:

- a) reflita uma expectativa razoável de observadores objetivos, tecnicamente qualificados; e
- b) seja apoiada em evidência objetiva suficiente quanto à tecnologia que estará disponível na época da limpeza.

2) haja evidencia objetiva suficiente de que é certo que uma nova legislação será promulgada, então, o seu efeito deve ser levado em consideração na mensuração de uma obrigação existente, desde que:

- a) se saiba o que a legislação demandará; e
- b) seja certo que será promulgada e implantada no devido tempo.

3.5. Divulgação

A divulgação do passivo contingente está prevista no Art. 176 da Lei 6.404/76 (das Sociedades Anônimas) no item referente às notas explicativas, assim, descrito:

Art. 176...

[...].

§ 5º As notas deverão indicar:

[...]

- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (LEI 6.404/76, grifo nosso).

O texto da lei determina que, quando houver uma provisão para contingência, ela deverá vir acompanhada de nota explicativa. Esta, segundo a CVM, deve esclarecer no mínimo⁵⁶:

- 1) a natureza da contingência (trabalhista, tributária, cível, ambiental, etc);
- 2) uma descrição pormenorizada do evento contingente que envolve a companhia;
- 3) qual a chance de ocorrência da contingência (provável, possível ou remota);
- 4) em que instâncias se encontram, em discussão, os passivos contingentes (administrativa e/ou judicial, tribunais inferiores ou superiores);
- 5) Jurisprudência sobre os passivos contingentes; e
- 6) Avaliação das conseqüências dos passivos contingentes sobre os negócios da companhia.

⁵⁶ <http://www.cvm.gov.br> - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, nº 14, pág. 16. Acesso em 15/07/03

As Normas Internacionais de Contabilidade determinam a divulgação do passivo contingente no IAS 1, par. 93, o qual exige que:

As notas explicativas às demonstrações contábeis incluem descrições narrativas ou análises mais detalhadas no próprio balanço, [...] informações adicionais tais como passivo contingente [...]. (IAS 1, p. 93, 2002, grifo nosso)

Também o faz por meio do IAS 37, determinando que, quando existir uma obrigação e for provável que ocorram sacrifícios futuros prováveis para sua liquidação e seja possível fazer uma estimativa confiável do montante que será pago, deve-se constituir uma provisão e divulgar em nota explicativa as seguintes informações:

- a) o valor contábil no início e no final do período;
- b) os valores adicionados as já existentes ou o valor das novas provisões feitas no período;
- c) os montantes utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício;
- d) as quantias não utilizadas e revertidas no período;
- e) o acréscimo, durante o período, no valor descontado proveniente da passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Além disso, deve-se fazer um relato sobre a natureza da obrigação e uma síntese do cronograma esperado dos desembolsos, assim como a divulgação das incertezas relativas ao valor que será exigido, bem como as premissas adotadas para os eventos futuros (evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão).

No caso em que seja apenas possível que benefícios econômicos serão requeridos no futuro, a entidade deve divulgar, apenas em nota explicativa, uma descrição da natureza das contingências e se for praticável: uma estimativa de seu efeito financeiro utilizando a melhor estimativa, os riscos e incertezas e as baixas esperadas de ativos.

Também, devem ser descritas as incertezas relacionadas com o valor que poderá ser desembolsado e a expectativa de algum reembolso, nesse caso uma entidade deve divulgar a natureza dos ativos contingentes (reembolsos) e o valor estimado (IAS 37, par. 89).

Segundo a referida norma, em casos extremos nos quais a divulgação cause algum prejuízo na posição financeira da entidade com outras partes envolvidas em uma disputa, será dispensada a divulgação de todos os aspectos, devendo-se, apenas, relatar a natureza geral da disputa e as razões pelas quais não foram informados todos os fatos.

4. ESTUDO EMPÍRICO DO PASSIVO

4.1. Técnica de coleta dos dados

A técnica utilizada na coleta dos dados foi a da Pesquisa Documental que, segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 174), caracteriza-se pelo fato de que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estes podem ser feitos no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois [...]”

Os documentos que o estudo pretendia analisar eram as Demonstrações Financeiras das 50 Maiores Empresas do Setor Químico e Petroquímico, que atuam no Brasil de acordo com a Revista Exame Melhores e Maiores, publicada em julho de 2002, mas, do total das empresas, foram consideradas apenas as Sociedades Anônimas (36 empresas).

A escolha do setor químico e petroquímico ocorreu em função de o mesmo ter sido considerado como setor mais exposto a riscos que provocam contingências. De acordo com Cormier e Magnan (1997, p. 215, apud NOSSA, 2002, p. 25), o setor químico está entre os que mais poluem.

Além disso, o Ambiente Global (2001, apud NOSSA, 2002, p. 39) aponta alguns episódios em que fica evidente a participação desse setor, tais como: 1) o rompimento de um oleoduto da Petrobrás em Cubatão, São Paulo, Brasil em 1984; 2) o derramamento de 41,5 milhões de litros de petróleo pelo petroleiro Exxon Valdez no Alaska, Estados Unidos, em 1989; 3) o vazamento de 80 milhões de galões de óleos no

Reino Unido em 1993; e, 4) o rompimento de um duto da Petrobras que derramou 1,3 milhões de litros de óleo na Baía da Guanabara, Rio de Janeiro no ano de 2000.

Um outro exemplo foi obtido no trabalho de Martins e Ribeiro (1995, p. 40), que descrevem o caso da Rhodia, que após ter adquirido as instalações de uma outra empresa no município de Cubatão em São Paulo, verificou a existência de gigantescos depósitos de lixo químico, que deveriam ser tratados e não foram evidenciados como passivos ambientais.

Os dados utilizados na investigação tiveram como base as Demonstrações Contábeis publicadas pelas empresas e foram avaliados sob o ponto de vista quantitativo, que é utilizado para “mensurar ou medir, variáveis,” bem como tiveram avaliações qualitativas para “descrever comportamentos de variáveis e situações” (MARTINS e LINTZ, 2000, p. 45).

Na definição do tamanho da amostra, foram consideradas como representativas do setor as 50 empresas apresentadas pela Revista Exame Melhores e Maiores, tendo em vista que aí estão as principais empresas químicas e petroquímicas, em termos de faturamento e lucro como a Petrobrás que foi eleita como a maior empresa, em vendas, do País, entre todas as companhias dos vários setores analisados, em um total de 500 empresas. Sendo assim, seguem-se as variáveis que se pretende medir e descrever para o passivo de modo geral:

a) a participação do capital de terceiros (passivo) em relação ao ativo total das empresas, comparando-o com o capital próprio (patrimônio líquido, resultado de exercícios futuros e participação minoritária);

b) a composição do exigível considerando-o como circulante e exigível no longo prazo;

c) sua composição depois de classificá-lo em passivo de funcionamento e passivo de financiamento;

d) as formas de Evidenciação, que foram utilizadas para divulgar os passivos, são, operacionalmente, consideradas como: 1) a apresentação nas

Demonstrações Contábeis⁵⁷; 2) os Quadros e Demonstrações Suplementares; 3) as Notas Explicativas; 4) os Comentários do Auditor; e 5) o Relatório da Diretoria.

e) as informações contidas nas notas explicativas sobre o exigível em geral, por meio de análise do conteúdo;

No que se refere às contingências, foram consideradas as seguintes variáveis de estudo:

a) as empresas que reconheceram e quais foram os tipos de passivos contingentes;

b) a participação das obrigações contingentes em relação ao exigível total;

c) as informações que expliquem os critérios de reconhecimento e/ou de mensuração utilizados, bem como outros aspectos recomendados na divulgação do passivo contingente, por meio da técnica de análise de conteúdo, feitas nas notas explicativas.

4.2. Análise dos dados

4.2.1. Informações Iniciais

A figura 8 mostra as empresas considerando o volume de vendas, da maior para menor, classificadas de acordo com a natureza jurídica em Sociedades Anônimas e Sociedades Limitadas, sendo que estas compreendem 14 empresas, as quais foram excluídas do estudo, como já dito, porque não publicaram as Demonstrações Contábeis. Portanto, foram estudadas 36 empresas no período de três anos, de 1999 a 2001.

O nome de cada companhia é o mesmo utilizado pela Revista Exame, que usou o critério de divulgá-las na forma em que são mais conhecidas pelo público em geral.

⁵⁷ 1.1. os tipos de classificações encontrados, 1.2. as nomenclaturas utilizadas. Segundo Iudícibus (2000, p. 119) “... é importante utilizar [...] uma terminologia clara e relativamente simplificada. Termos e grupos obscuros como ‘resultado pendente’ ou mesmo ‘resultado de exercícios futuros’ devem ser evitados, por não serem precisos...”.

Figura 8 - As 50 Melhores e Maiores Empresas do Setor Químico e Petroquímico no Brasil

Nº	EMPRESA	NATUREZA JURÍDICA	VENDA (em US\$ milhões)
01	PETROBRAS	Sociedade Anônima	30.882,20
02	COPENE	Sociedade Anônima	1.818,00
03	BASF	Sociedade Anônima	1.414,00
04	COPEL	Sociedade Anônima	1.327,60
05	BUNGE FERTILIZANTES	Sociedade Anônima	1.052,00
06	OPP	Sociedade Anônima	1.013,00
07	PETROQUÍMICA UNIÃO	Sociedade Anônima	917,80
08	BAYER	Sociedade Anônima	700,80
09	RHODIA	(1) Sociedade Limitada	677,50
10	SYNGENTA	(2) Sociedade Limitada	673,40
11	TRIKEM	Sociedade Anônima	575,40
12	DUPONT	Sociedade Anônima	552,60
13	IPQ	Sociedade Anônima	518,00
14	MONSANTO	(3) Sociedade Limitada	502,80
15	DOW QUÍMICA	Sociedade Anônima	483,60
16	WHITE MARTINS SUDESTE	(4) Sociedade Limitada	476,30
17	3M	(5) Sociedade Limitada	448,80
18	REFINARIA DE MANGUINHOS	Sociedade Anônima	443,20
19	CLARIANT	Sociedade Anônima	436,60
20	CIA PETROLÍFERA MARLIN	Sociedade Anônima	435,70
21	AVENTIS CROSCIENCE	(6) Sociedade Limitada	434,00
22	KODAK BRASILEIRA	(7) Sociedade Limitada	417,50
23	DOW AGROSCIENCE	(8) Sociedade Limitada	413,10
24	POLIBRASIL RESINAS	Sociedade Anônima	409,80
25	POLITENO	Sociedade Anônima	383,60
26	REFINARIA IPIRANGA	Sociedade Anônima	368,90
27	ULTRAFÉRTIL	Sociedade Anônima	352,20
28	AKZO	(9) Sociedade Limitada	327,60
29	ALUNORTE	Sociedade Anônima	318,30
30	SOLVAY INDUPA	Sociedade Anônima	307,90
31	OXITENO NORDESTE	Sociedade Anônima	289,30
32	MILENIA	Sociedade Anônima	278,20
33	CARGILL FERTILIZANTES	Sociedade Anônima	262,70
34	HERINGER	(10) Sociedade Limitada	259,50
35	ADUBOS TREVO	Sociedade Anônima	256,50
36	DOW QUÍMICA NORDESTE	(11) Sociedade Limitada	249,70
37	TINTAS CORAL	(12) Sociedade Limitada	243,30
38	FOSFÉRTIL	Sociedade Anônima	235,10
39	DETEN QUÍMICA	Sociedade Anônima	228,10
40	CARBOCLORO	Sociedade Anônima	202,50
41	RENNER SAYERLACK	Sociedade Anônima	197,70
42	INNOVA	Sociedade Anônima	184,40
43	PETROQUÍMICA TRIUNFO	Sociedade Anônima	168,50
44	OXITENO	Sociedade Anônima	155,20
45	COPEBRAS	(13) Sociedade Limitada	151,30
46	HENKEL	(14) Sociedade Limitada	151,10
47	POLIALDEN	Sociedade Anônima	149,10
48	IPIRANGA QUÍMICA	Sociedade Anônima	143,60
49	MILLENNIUM	Sociedade Anônima	141,80
50	RENNER DUPONT	Sociedade Anônima	138,30
	FATURAMENTO TOTAL DO SETOR	-	53.168,10

FONTE: Adaptado da Revista Exame Melhores e Maiores, em volume de vendas, ed. julho de 2002.

A seguir, é apresentado um breve resumo dos dados sobre o setor estudado. As informações contidas na tabela 1 mostram a representatividade do setor químico e petroquímico no contexto das 500 maiores empresas sediadas no Brasil, ou seja, 19% do total das vendas, sendo que as Sociedades Anônimas responderam por 17%, e as Sociedades Limitadas por 2%. Entre as empresas destaca-se a presença determinante da Petrobrás que sozinha representou 58% do faturamento do setor em 2001.

Tabela 1 - Os números do setor no contexto das 500 maiores empresas do País

Itens	Número de Empresas	Vendas em milhões de US\$	Participação nas vendas, em (%)
Sociedades Anônimas	36	47.742,20	17%
Sociedades Limitadas	14	5.425,90	2%
Empresas de outros setores	450	225.331,90	81%
Totais	500	278.500,00	100%

Fonte: Revista Exame, 500 Melhores e Maiores Empresas do País, edição de julho de 2002.

4.2.2. Análise geral do passivo

Inicialmente, ressalte-se que os valores foram extraídos dos balanços tal como constam na publicação, ou seja, no valor nominal da época, portanto, não foi feito nenhum procedimento de atualização pela variação do poder aquisitivo da moeda.

O estudo aqui desenvolvido terá como limite os objetivos do trabalho como um todo. Então, serão destacados e analisados, principalmente, os pontos relacionados com aspectos que indiquem o grau de aproximação entre a divulgação feita pelas empresas pesquisadas e as exigências conceituais e normativas.

A tabela 2, por exemplo, está evidenciando a relação do passivo com o patrimônio líquido no período de três anos. Objetiva-se identificar fatos que necessitem de algum tratamento no Relatório da Diretoria, no Parecer dos Auditores ou em Notas Explicativas. Assim, alguns fatos indicarão as empresas e respectivas formas de divulgação, que serão objeto de análise de conteúdo, em tópico específico desta pesquisa. Quando isso ocorrer será alertado pelo autor.

As fontes de recursos disponíveis às empresas são de duas naturezas: de terceiros e próprias. Os recursos oriundos de terceiros são os Passivos e os obtidos de fontes próprias são chamados de Patrimônio Líquido (PL). Neste último, estão

incluídos: o Resultado de Exercícios Futuros (REF) e a participação de minoritários que aparece nos Balanços Consolidados⁵⁸, em conta entre o REF e o PL.

Portanto, um empreendimento pode estar sendo financiado totalmente com capital de terceiros ou somente com capital próprio ou ainda pelos dois. Esta relação demonstra, entre outras coisas: o grau de endividamento, que interessa, principalmente, às instituições financeiras e aos credores em geral, a seguir na Tabela 2.

Tabela 2 - Relação do passivo com o patrimônio líquido

Empresas	1999 (R\$ em milhares)				2000 (R\$ em milhares)				2001 (R\$ em milhares)			
	Passivo		Patrimônio Líquido		Passivo		Patrimônio Líquido		Passivo		Patrimônio Líquido	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01. Petrobrás	38.656.219	68	17.996.425	32	41.754.696	62	25.224.440	38	45.670.789	61	29.487.807	39
02. Copene	1.407.539	40	2.136.729	60	1.433.138	38	2.315.531	62	3.163.451	57	2.367.321	43
03. Basf	-	-	-	-	1.579.402	62	955.309	38	1.931.749	74	693.844	26
04. Copesul	1.665.880	65	907.646	35	1.887.612	60	1.261.460	40	1.781.388	66	918.697	34
05. Bunge	-	-	-	-	2.168.282	70	919.440	30	2.508.316	71	1.039.003	29
06. OPP	905.047	61	576.749	39	4.017.184	79	1.094.502	21	3.590.986	78	1.000.143	22
07. P. União	412.410	42	562.984	58	420.107	42	578.841	58	426.756	41	613.695	59
08. Bayer	61.972	75	20.201	25	82.114	86	12.881	14	774.272	70	330.981	30
11. Trikem	1.269.503	63	744.186	37	1.316.010	62	799.350	38	1.348.074	63	804.980	37
12. Dupont	767.218	87	118.517	13	847.010	94	56.895	6	1.131.328	101	-16.154	-1
13. IPQ	1.626.136	93	114.269	7	1.809.179	96	69.837	4	2.038.334	104	-86.510	-4
15. Dow Q.	548.606	46	635.514	54	616.034	47	701.392	53	1.091.101	44	1.404.097	56
18. Manguiho	101.613	48	111.301	52	72.386	35	136.153	65	136.080	43	179.585	57
19. Clariant	380.964	77	113.304	23	341.034	72	129.773	28	301.453	65	159.650	35
20. Cia Marlin	-	-	-	-	-	-	-	-	2.462.697	91	245.948	9
24. Polibrasil	219.004	49	230.378	51	233.216	47	266.258	53	347.838	53	304.912	47
25. Politen	256.616	34	499.742	66	262.086	32	557.832	68	438.849	42	597.927	58
26. R. Ipiranga	1.796.862	80	451.990	20	1.885.319	81	451.110	19	2.177.384	88	305.037	12
27. Ultrafertil	157.343	23	535.561	77	282.544	38	455.871	62	238.690	33	485.860	67
29. Alunorte	-	-	-	-	-	-	-	-	1.222.681	68	563.988	32
30. Solvay	193.437	61	124.381	39	208.588	84	39.450	16	273.540	92	22.950	8
31. Oxiten NE	261.139	38	423.260	62	261.139	38	423.260	62	201.112	35	369.108	65
32. Milenia	462.759	84	86.214	16	617.517	82	138.588	18	707.872	83	145.974	17
33. Cargill Fert.	348.330	73	126.927	27	416.236	75	137.392	25	676.725	77	196.591	23
35. Ad. Trevo	330.338	177	-143.776	-77	204.949	87	31.101	13	137.166	54	116.157	46
38. Fosfertil	768.832	61	493.975	39	858.706	62	527.471	38	806.446	58	580.395	42
39. Detém Q.	71.130	37	120.574	63	89.065	40	135.286	60	118.392	41	169.966	59
40. Carbocloro	70.510	34	138.584	66	77.698	34	149.483	66	102.281	39	157.477	61
41. Renner Say..	53.235	56	41.311	44	67.183	71	27.774	29	153.929	77	45.905	23
42. Innova	179.190	74	63.302	26	330.844	90	37.258	10	401.780	99	5.533	1
43. Pet. Triunfo	35.335	23	116.847	77	79.061	43	105.292	57	33.783	22	122.906	78
44. Oxiten	398.343	40	598.298	60	-	-	-	-	267.769	27	718.972	73
47. Polialden	-	-	-	-	369.199	38	594.352	62	133.877	27	356.031	73
48. Ipiranga Q.	1.766.051	88	237.353	12	1.841.678	90	201.317	10	2.075.500	98	32.195	2
49. Millennium	110.659	35	202.523	65	131.413	37	226.021	63	100.352	28	258.238	72
50. Renner Dup	138.913	82	31.145	18	168.162	81	38.411	19	206.518	95	10.791	5
TOTAL	55.421.133	66	28.416.414	34	66.728.791	63	38.799.331	37	79.179.258	64	44.710.000	36
RESUMO DOS TOTAIS DO PERÍODO												
Ano de 1999									55.421.133	66%	28.416.414	34%
Ano de 2000									66.728.791	63%	38.799.331	37%
Ano de 2001									79.179.258	64%	44.710.000	36%
TOTAL DO PERÍODO									201.329.182	64%	111.925.745	36%

⁵⁸ Para as empresas controladoras que são obrigadas a consolidar em um único relatório os balanços das suas coligadas e controladas.

A relação proporcional média obtida no período é de 64% para o exigível e 36% para o patrimônio líquido (linha total do período), demonstrando que o setor está utilizando, majoritariamente, capital de terceiros nas suas atividades, o que também é verdadeiro olhando individualmente cada empresa, pois, das 36 analisadas 24 apresentam um passivo maior que o Patrimônio Líquido (PL).

Destaque-se que doze empresas estão bastante endividadas, sendo que: oito se encontram bem acima da média, enquanto duas (nº 42 e 48) estão quase com passivo a descoberto e outras duas (nº 12 e 13) apresentam passivo a descoberto.

As 12 empresas que se utilizam, majoritariamente, de capital próprio são: Copene, Petroquímica União, Dow Química, Refinaria de Manguinhos, Politen, Ultrafertil, Detém Química, Carbocloro, Petroquímica Triunfo (com maior índice, 78%), Oxiten, Polialden e Millennium.

O comportamento do índice de utilização de capital de terceiros, ao longo do triênio, mostra, em termos gerais, uma certa normalidade nos percentuais, poucas empresas apresentaram quedas ou aumentos significativos entre os períodos. Entre aquelas cuja dívida aumentou, sensivelmente, são citadas as seguintes:

a) OPP que iniciou com 61% em 1999, passou para 79% em 2000 e fechou o ano de 2001 com 85%, um aumento de 24 pontos percentuais;

b) a Solvay tinha, em 1999, 61%, chegou a 84% em 2000 e a 92% em 2001.

c) a Renner Dupont, era 82% em 1999, caiu para 81% no ano seguinte e voltou a subir para 95% em 2001, ou seja, 31 pontos percentuais acima da média.

d) em semelhante situação estava a Refinaria Ipiranga, com 80% em 1999 e 88% em 2001.

e) outra que apresentou crescimento expressivo das obrigações foi a Renner Sayerlack: começou com 56% e encerrou com 77% em 2001.

f) quase totalmente endividada estava a empresa Innova, com 74% em 1999, 90% em 2000 e 99% em 2001.

Na contramão, estava a Aduvos Trevo, que saiu de um passivo a descoberto de (R\$ 143.776) milhões ou (77%) para 54% de endividamento em 2001, abaixo da média do setor.

Passa-se a analisar a qualidade (prazo) da dívida por meio da tabela 3.

Tabela 3 - Relação entre passivo circulante e passivo de longo prazo

Empresas (1)	1999				2000				2001			
	Passivo Circulante		Passivo Exigível de Longo Prazo		Passivo Circulante		Passivo Exigível de Longo Prazo		Passivo Circulante		Passivo Exigível de Longo Prazo	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01. Petrobrás	18.077.449	47	20.578.770	53	20.141.740	48	21.612.956	52	21.864.158	48	23.806.631	52
02. Copene	434.678	31	972.861	69	509.844	36	923.294	64	953.748	30	2.209.703	70
03. Basf	-	-	-	-	1.166.187	74	413.215	26	1.460.506	76	471.243	24
04. Copesul	640.951	38	1.024.929	62	725.534	38	1.162.078	62	803.643	45	977.745	55
05. Bunge	-	-	-	-	1.370.293	63	797.989	37	1.698.777	68	809.539	32
06. OPP	328.019	36	577.028	64	1.507.986	38	2.509.198	62	1.629.040	45	1.961.946	55
07. P. União	267.192	65	145.218	35	294.269	70	125.838	30	250.706	59	176.050	41
08. Bayer	39.110	63	22.862	37	67.720	82	14.394	18	490.499	63	283.773	37
11. Trikem	344.713	27	924.790	73	385.552	29	930.458	71	414.281	31	933.793	69
12. Dupont	102.361	13	664.857	87	174.419	21	672.591	79	320.417	28	810.911	72
13. IPQ	505.785	31	1.120.351	69	753.290	42	1.055.889	58	786.782	39	1.251.552	61
15. Dow Q	411.377	75	137.229	25	525.187	85	90.847	15	803.076	74	288.025	26
18. Manguinho	99.175	98	2.438	2	71.633	99	753	1	127.002	93	9.078	7
19. Clariant	151.225	40	229.739	60	123.551	36	217.483	64	90.943	30	210.510	70
20. Cia Marlin	-	-	-	-	-	-	-	-	285.226	12	2.177.471	88
24. Polibrasil	78.631	36	140.373	64	100.257	43	132.959	57	108.861	31	238.977	69
25. Politeno	102.488	40	154.128	60	122.492	47	139.594	53	163.486	37	275.363	63
26. R Ipiranga	676.461	38	1.120.401	62	829.430	44	1.055.889	56	881.920	41	1.295.464	59
27. Ultrafertil	129.872	83	27.471	17	249.371	88	33.173	12	146.119	61	92.571	39
29. Alunorte	-	-	-	-	-	-	-	-	220.129	18	1.002.552	82
30. Solvay Ind.	115.358	60	78.079	40	58.543	28	150.045	72	132.043	48	141.497	52
31. Oxitenone	174.936	67	86.203	33	174.936	67	86.203	33	163.874	81	37.238	19
32. Milenia	324.913	70	137.846	30	398.872	65	218.645	35	440.554	62	267.318	38
33. Cargill	197.986	57	150.344	43	228.903	55	187.333	45	311.152	46	365.573	54
35. Ad. Trevo	113.528	34	216.810	66	145.105	71	59.844	29	68.339	50	68.827	50
38. Fosfertil	337.682	44	431.150	56	418.878	49	439.828	51	317.913	39	488.533	61
39. Detém quim.	53.372	75	17.758	25	65.364	73	23.701	27	87.680	74	30.712	26
40 Carbocloro	38.507	55	32.003	45	43.782	56	33.916	44	72.044	70	30.237	30
41. Renner Say	48.288	91	4.947	9	55.291	82	11.892	18	96.365	63	57.564	37
42. Innova	28.071	16	151.119	84	69.016	21	261.828	79	86.720	22	315.060	78
43. P Triunfo	30.546	86	4.789	14	68.904	87	10.157	13	20.683	61	13.100	39
44. Oxitenone	243.005	61	155.338	39	-	-	-	-	162.509	61	105.260	39
47. Polialden	-	-	-	-	161.374	44	207.825	56	127.938	96	5.939	4
48. Ipiranga Quim	645.336	37	1.120.715	63	785.477	43	1.056.201	57	816.002	39	1.259.498	61
49 Millennium	96.171	87	14.488	13	104.444	79	26.969	21	73.070	73	27.282	27
50. Renner Du	108.470	78	30.443	22	151.547	90	16.615	10	86.512	42	120.006	58
TOTAL	24.945.656	45	30.475.477	55	32.049.191	48	34.679.600	52	36.562.717	46	42.616.541	54
RESUMO DOS TOTAIS DO PERÍODO												
Ano de 1999									24.945.656	45%	30.475.477	55%
Ano de 2000									32.049.191	48%	34.679.600	52%
Ano de 2001									36.562.717	46%	42.616.541	54%
TOTAL DO PERÍODO									93.557.564	46%	107.771.618	54%

Nos três anos, em média, as dívidas de longo prazo do setor estiveram acima das de curto prazo, sendo de 54% e 46% respectivamente. Essa informação em si mesma indica que a qualidade da dívida é boa, no sentido de que as obrigações que não

vencem no exercício seguinte, não terão impacto no caixa do próximo ano. Contudo, os juros gerarão impactos econômicos futuros e reduzirão o resultado.

A literatura contábil-financeira recomenda que a aquisição de imobilizações, quando realizada a prazo, deverá ser feita por meio de financiamentos que exijam pagamento em um período maior, porque esses elementos irão gerar caixa somente no longo prazo. Ou seja, uma análise mais apurada da situação financeira depende da relação que é feita entre o ativo e o passivo em termos de geração e desembolso de caixa. Ressalte-se que o exigível a longo prazo não é constituído apenas de obrigações decorrentes da aquisição de ativos permanentes.

Continuando, a Refinaria Manguinhos (nº 18), apresenta um passivo circulante bastante elevado, estando em 93% no ano de 2001, entretanto, ao serem relacionados esses dados com a tabela 2, verificou-se que a companhia vem ampliando seu patrimônio líquido, o qual é superior ao exigível, não havendo indícios de problemas econômicos e financeiros.

Outra companhia que merece destaque é a Adubos Trevo (nº 35) que saiu de uma situação de insolvência em 1999, destacada na tabela 2, para um patrimônio líquido de R\$ 116.157 milhões em 2001. A questão é que ela possuía uma dívida de longo prazo no valor de R\$ 216.810 milhões em 1999, que reduziu para R\$ 59.844 milhões no ano seguinte, uma queda absoluta de R\$ 156.966 milhões. Tal fato foi explicado no Relatório da Administração, que falava sobre a reorganização da sociedade com capitalização das maiores dívidas e a mudança de controle acionário.

Semelhante situação ocorreu com a Polialden (nº 47), suas dívidas de longo prazo passaram de R\$ 208.825 milhões em 2000, (56% do exigível total) para R\$ 5.939 milhões em 2001 (4% do exigível total), uma redução de R\$ 201.886 milhões; a relevância de tamanho impacto exige esclarecimentos em nota explicativa.

A maior parte das dívidas do setor é de longo prazo e pertencem às empresas cuja participação do capital de terceiros é maior. Para se ter uma idéia, das 24 empresas que tinham o Passivo maior que o Patrimônio Líquido (tabela 2), 16 têm o Exigível a Longo Prazo maior que o Circulante.

Em contrapartida, das 12 empresas cujo Patrimônio Líquido era maior que o passivo (tabela 2), 10 possuem a maioria das suas dívidas vencendo no curto prazo. Por outro lado, a Renner Sayerlack que vinha apresentando um endividamento crescente, atingindo 77% em 2001, tem a maior parte das suas dívidas no Circulante, dessa forma, dependendo da sua capacidade de gerar caixa, poderá ter problemas financeiros.

A seguir, será feito um estudo classificando as obrigações por fonte de recursos, quais sejam: de funcionamento e de financiamento. Os critérios utilizados foram os seguintes:

1) os dados foram extraídos dos Balanços publicados e, em seguida, classificados pelo autor por fonte de recurso;

2) para algumas contas que não indicavam, explicitamente, se a operação era de financiamento, recorreu-se às notas explicativas;

3) as contas, que apareceram no exigível, não identificadas como sendo fontes de financiamento, foram alocadas no grupo de funcionamento, o que inclui principalmente: fornecedores em geral; salários e encargos a pagar; e impostos.

4) o montante que aparece como passivo de financiamento, contém: a) os financiamentos; b) os empréstimos em geral e c) os títulos de créditos. A seguir, são apresentadas as principais terminologias utilizadas nas Demonstrações Contábeis e que foram alocadas no grupo.

GRUPO FINANCIAMENTO	PRINCIPAIS TERMOS UTILIZADOS
a) – Financiamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamentos de terceiros - Financiamentos de empresas do grupo - Instituições financeiras - Instituições financeiras moeda nacional - Instituições financeiras moeda estrangeira - Financiamentos do BNDES, FINAME, FINEP...
b) – Empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> - Empréstimos bancários - Empréstimos de empresas controladoras - Empréstimos de empresas ligadas - Empréstimo no País - Empréstimo no Exterior - Juros sobre empréstimos
c) – Títulos de créditos	<ul style="list-style-type: none"> - Títulos comerciais - Títulos comerciais no exterior “eurobonds” - Ajuste de operações de SWAP a pagar - Operações de hedge - Debêntures

Essas contas que foram apresentadas têm algo em comum, o fato de envolverem negociações com financiadores e emprestadores, as quais giram em torno da análise da posição financeira da empresa e de outros aspectos que poderão influenciar a sua solvência, conforme mencionado no item 2.3.3., deste trabalho.

Também foi dito que, principalmente, os juros e as correções tornam esses recursos onerosos para a organização, razão pela qual a decisão de fazer uso dos mesmos deve ser precedida de avaliação dos efeitos econômicos e financeiros deles decorrentes.

Um outro aspecto envolvido nos financiamentos é a garantia prestada às instituições de crédito, por meio do comprometimento de ativos da empresa, chegando, muitas vezes, a envolver todo o empreendimento.

Apresenta-se, a composição das obrigações após classificá-las em passivo de funcionamento e passivo de financiamento, por meio da tabela 4.

Tabela 4 - Classificação das obrigações em passivo de funcionamento e de financiamento.

Empresas	1999 (R\$ em milhares)								2000 (R\$ em milhares)								2001 (R\$ em milhares)							
	Passivo circulante de				Passivo de longo prazo				Passivo circulante de				Passivo de longo prazo				Passivo circulante de				Passivo de longo prazo			
	funcionamento		financiamento		funcionamento		financiamento		funcionamento		financiamento		funcionamento		financiamento		funcionamento		financiamento		funcionamento		financiamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01. Petrobrás	7.382.336	41	10.695.113	59	12.025.112	58	8.553.658	42	11.891.516	59	8.250.224	41	12.396.389	57	9.216.567	43	16.731.667	77	5.132.491	23	10.081.990	42	13.724.641	58
02. Copene	177.246	41	257.432	59	57.258	6	915.603	94	178.365	35	331.479	65	60.739	7	862.555	93	511.428	54	442.320	46	107.408	5	2.102.295	95
03. Basf	0	0	0	0	0	0	0	0	710.305	61	455.882	39	295.109	71	118.106	29	614.366	42	846.140	58	208.021	44	263.222	56
04. Copesul	219.362	34	421.589	66	240.177	23	784.752	77	305.457	42	420.077	58	508.283	44	653.795	56	374.504	47	429.139	53	350.179	36	627.566	64
05. Bunge	0	0	0	0	0	0	0	0	1.056.756	77	313.537	23	180.294	23	617.695	77	866.621	94	53.436	6	111.902	29	271.141	71
06. OPP	183.487	56	144.532	44	167.422	29	409.606	71	722.884	48	785.102	52	230.359	9	2.278.839	91	552.736	34	1.076.304	66	444.975	23	1.516.971	77
07. P. União	158.089	59	109.103	41	102.034	70	43.184	30	175.323	60	118.946	40	101.278	80	24.560	20	209.472	84	41.234	16	104.916	60	71.134	40
08. Bayer	27.002	69	12.108	31	796	3	22.066	97	11.083	16	56.637	84	0	0	14.394	100	371.666	76	118.833	24	135.219	48	148.554	52
11. Trikem	173.747	50	170.966	50	24.905	3	899.885	97	174.582	45	210.970	55	86.493	9	843.965	91	175.648	42	238.633	58	139.874	15	793.919	85
12. Dupont	96.586	94	5.775	6	1.121	0	663.736	100	142.733	82	31.686	18	412	0	672.179	100	220.589	69	99.828	31	31.879	4	779.032	96
13. IPQ	123.866	24	381.919	76	91.946	8	1.028.405	92	233.056	31	520.234	69	66.759	6	989.130	94	264.964	34	521.818	66	93.875	8	1.157.677	92
15. Dow Q.	248.531	60	162.846	40	55.961	41	81.268	59	295.971	56	229.216	44	47.440	52	43.407	48	360.882	45	442.194	55	73.309	25	214.716	75
18. Manguinho	79.307	80	19.868	20	1.006	41	1.432	59	71.406	100	227	0	6	1	747	99	126.852	100	150	0	5.823	64	3.255	36
19. Clariant	105.203	70	46.022	30	89.182	39	140.557	61	83.045	67	40.506	33	105.349	48	112.134	52	86.166	95	4.777	5	119.145	57	91.365	43
20. Cia Marlin	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52.707	18	232.519	82	0	0	2.177.471	100
24. Polibrasil	52.977	67	25.654	33	8.728	6	131.645	94	54.800	55	45.457	45	27.316	21	105.643	79	71.309	66	37.552	34	53.710	22	185.267	78
25. Politen	59.216	58	43.272	42	22.236	14	131.892	86	76.734	63	45.758	37	16.331	12	123.263	88	104.263	64	59.223	36	21.265	8	254.098	92
26. R. Ipiranga	278.654	41	397.807	59	91.946	8	1.028.455	92	298.576	36	530.854	64	66.759	6	989.130	94	351.565	40	530.355	60	137.787	11	1.157.677	89
27. Ultrafértil	124.677	96	5.195	4	22.066	80	5.405	20	194.736	78	54.635	22	29.718	90	3.455	10	143.442	98	2.677	2	66.905	72	25.666	28
29. Alunorte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	113.530	52	106.599	48	15.869	2	986.683	98
30. Solvay	53.187	46	62.171	54	30.930	40	47.149	60	54.985	94	3.558	6	26.513	18	123.532	82	53.002	40	79.041	60	27.415	19	114.082	81
31. Oxiteno NE	61.350	35	113.586	65	9.041	10	77.162	90	61.350	35	113.586	65	9.041	10	77.162	90	103.301	63	60.573	37	245	1	36.993	99
32. Milenia	239.763	74	85.150	26	17.751	13	120.095	87	291.410	73	107.462	27	21.856	10	196.789	90	338.669	77	101.885	23	20.796	8	246.522	92
33. Cargill	147.279	74	50.707	26	16.923	11	133.421	89	188.366	82	40.537	18	56.394	30	130.939	70	161.506	52	149.646	48	67.384	18	298.189	82
35. Ad. Trevo	96.066	85	17.462	15	190.654	88	26.156	12	137.639	95	7.466	5	51.281	86	8.563	14	63.080	92	5.259	8	50.967	74	17.860	26
38. Fosfértil	276.443	82	61.239	18	48.701	11	382.449	89	276.859	66	142.019	34	60.997	14	378.831	86	227.675	72	90.238	28	92.724	19	395.809	81
39. Detém Q.	27.274	51	26.098	49	7.593	43	10.165	57	47.347	72	18.017	28	16.629	70	7.072	30	79.381	91	8.299	9	26.061	85	4.651	15
40. Carbocloro	32.147	83	6.360	17	17.144	54	14.859	46	36.122	83	7.660	17	14.971	44	18.945	56	62.554	87	9.490	13	18.057	60	12.180	40
41. Renner	34.191	71	14.097	29	3.182	64	1.765	36	39.263	71	16.028	29	11.242	95	650	5	52.415	54	43.950	46	52.306	91	5.258	9
42. Innova	15.448	55	12.623	45	0	0	151.119	100	51.179	74	17.837	26	0	0	261.828	100	57.005	66	29.715	34	2.427	1	312.633	99
43. P. Triunfo	15.499	51	15.047	49	4.789	100	0	0	68.298	99	606	1	10.157	100	0	0	16.164	78	4.519	22	13.100	100	0	0
44. Oxiteno	84.512	35	158.493	65	39.060	25	116.278	75	0	0	0	0	0	0	0	0	85.073	52	77.436	48	36.820	35	68.440	65
47. Polialden	0	0	0	0	0	0	0	0	91.274	57	70.100	43	13.618	7	194.207	93	126.494	99	1.444	1	779	13	5.160	87
48. Ipiranga Q.	247.628	38	397.708	62	91.946	8	1.028.769	92	254.666	32	530.811	68	67.071	6	989.130	94	285.647	35	530.355	65	101.821	8	1.157.677	92
49. Millennium	85.423	89	10.748	11	4.861	34	9.627	66	95.894	92	8.550	8	3.878	14	23.091	86	48.942	67	24.128	33	4.195	15	23.087	85
50. Renner	41.062	38	67.408	62	20.963	69	9.480	31	61.860	41	89.687	59	8.140	49	8.475	51	38.344	44	48.168	56	14.751	12	105.255	88
TOTAL	10.947.558	44	13.998.098	56	13.505.434	44	16.970.043	56	18.433.840	58	13.615.351	42	14.590.822	42	20.088.778	58	24.103.629	67	11.680.368	33	12.833.899	30	29.356.146	70

NOTA: Os percentuais foram obtidos a partir da relação entre os valores de Cada um dos grupos (passivo circulante e passivo de longo prazo). Exemplo: Passivo circulante de funcionamento x Passivo circulante de financiamento, Empresa -1, 1999 => R\$ 7.382.336 / (7.382.336 + 10.695.113) * 100 = 41%.

RESUMO DOS TOTAIS DO PERÍODO				
Ano de 1999	10.947.558	44	13.998.098	56
Ano de 2000	18.433.840	58	13.615.351	42
Ano de 2001	24.103.629	67	11.680.368	33
TOTAL DO PERÍODO	53.485.027	58	39.293.817	42

NOTA: Os percentuais foram obtidos a partir da relação entre os valores de Cada um dos grupos (passivo circulante e passivo de longo prazo). Exemplo: Passivo circulante de funcionamento x Passivo circulante de financiamento, Empresa -1, 1999 => R\$ 7.382.336 / (7.382.336 + 10.695.113) * 100 = 41%.

Os dados mostram um equilíbrio entre as fontes, as empresas estudadas estão utilizando recursos inerentes às suas atividades em grau aproximado dos oriundos de negociações com entidades financiadoras e credoras em geral.

Os números totais do setor, no período, em média, evidenciam no Passivo Circulante 58% de exigíveis de funcionamento contra 42% de financiamento, enquanto, no longo prazo a relação se inverte sendo de 38% e 62%, respectivamente. No ano de 1999, observa-se uma predominância dos recursos obtidos por financiamento, tanto no curto como no longo prazo, da ordem de 56%.

Em termos gerais, as empresas estudadas estão bastante envolvidas com instituições financeiras, indicando que precisam negociar as condições dos financiamentos em termos de taxas que serão pagas e as garantias a serem prestadas. Tais condições de obtenção de crédito devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações contábeis são expostas por meio de diversas formas de divulgação, sendo que, a principal é a feita nas Demonstrações Contábeis. Neste trabalho, é focado o passivo no balanço patrimonial, verificando suas informações complementares constantes: no Relatório da Diretoria, nas Notas Explicativas, e nos Quadros Complementares, e no Parecer de Auditoria. Será investigada, por meio da tabela 5, o grau de utilização desses meios de divulgação.

Tabela 5 - As formas de divulgação do passivo encontradas nas demonstrações

Forma de divulgação a ser encontrada.	1999			2000			2001		
	Total de empresa	Sim	%	Total de empresa	Sim	%	Total de empresa	Sim	%
a) Classificação em circulante e não circulante.	31	31	100	33	33	100	36		100
b) Destaque para as provisões	31	23	74	33	27	82	36	29	81
c) Existência de quadro complementar para o passivo.	31	30	97	33	32	97	36	34	94
d) Presença de alguma informação sobre o passivo no relatório da diretoria.	31	11	35	33	9	27	36	9	25
e) Ressalvas ou parágrafo de ênfases no parecer dos auditores.	31	4	13	33	3	9	36	2	6
f) Presença de alguma Nota Explicativa sobre passivo.	31	31	100	33	33	100	36	36	100
TOTAL	186	130	70	198	137	69	216	146	68

Alguns esclarecimentos sobre a tabela.

As formas de divulgação relacionadas estão baseadas nas desenvolvidas no tópico 2.6.1 deste trabalho e adaptadas às necessidades de divulgação do passivo. A coluna “total de empresas” refere-se ao número de demonstrações analisadas em cada ano.

O “sim” mostra o número daquelas nas quais foram encontradas as formas sugeridas e a coluna do percentual (%) mostra a ocorrência em termos relativos, tendo sido obtido dividindo-se a quantidade encontrada (sim) pelo “total de empresas” analisadas.

a) a classificação do passivo em circulante e não circulante deve aparecer obrigatoriamente no Balanço. Os dados demonstram que a classificação foi praticada por todas as empresas pesquisadas;

b) o destaque para as provisões, seguido de notas explicativas, é exigido pelas normas nacionais e internacionais, comentadas anteriormente. Nota-se que, no ano de 1999, 74% das entidades destacaram as provisões em seus Balanços, passando para 82% em 2000 e 81% em 2002.

c) o uso de quadros complementares é recomendado para informações que não puderam ser apresentadas no Balanço e incluem, por exemplo, cronograma de desembolsos, taxas de juros, valores provisionados e baixados etc. Tal forma de divulgação foi amplamente utilizada, atingindo um percentual de 97%.

d) no Relatório da Administração, recomenda-se que seja feita uma exposição sobre a situação financeira da empresa, sendo que, daquelas estudadas, encontraram-se informações sobre o passivo em 35% dos casos em 1999, 27% em 2000 e 25% no ano de 2001.

e) ao se observar o parecer de auditoria, notaram-se algumas referências sobre as obrigações em 4 empresas no ano de 1999, o que representa 13% do total, em 3 delas em 2000 (9%) e em 2 outras em 2001 (6%). Para uma melhor compreensão, vejam-se alguns trechos de dois pareceres:

[...] a situação atual é de concordata preventiva, com faturamento declinante e deficiência de capital de giro, fatores estes que geram

dúvidas quanto a possibilidade de continuar em operação. Para manutenção de suas atividades, a entidade depende [...] do ingresso de recursos novos por meio de aporte de capital de seus sócios ou de terceiros para financiar sua atividade e liquidar os passivos [...] (ADUBOS TREVO S/A, parecer dos auditores independentes, integrante às demonstrações contábeis da companhia referentes ao exercício de 1999, grifo nosso).

Ressalte-se que tal fato foi mencionado no Relatório da Administração, indicando que a empresa passaria por um processo de reestruturação envolvendo a mudança de controle acionário, a capitalização da dívida junto aos principais credores (bancos) e o aporte de capital pelo novo controlador, o que de fato aconteceu no ano seguinte.

Um outro tipo de observação, encontrada nos pareceres, referia-se à não constituição de provisões contingentes, como mostra o texto abaixo:

[...] As demonstrações financeiras da companhia e suas controladas não incluem provisão para fazer face a eventuais efeitos decorrentes de desfecho desfavorável da ação rescisória da contribuição social [...] (TRIKEM S/A, parecer dos auditores independentes, integrante às demonstrações contábeis da companhia referentes ao exercício de 2001, grifo nosso).

A posição dos auditores talvez tenha sido motivada pelo fato de a empresa não ter deixado claro sobre a probabilidade de ganho ou perda da causa em questão, conforme se pode perceber na nota apresentada a seguir:

[...] mesmo que venha eventualmente a ocorrer decisão final desfavorável à companhia, a contribuição apenas poderá vir a ser exigida a partir da data da publicação do acórdão rescindendo transitado em julgado, motivo pelo qual não foi registrada qualquer provisão a título da CSL [...] (TRIKEM S/A, nota explicativa nº 19 Contingências, integrante às demonstrações contábeis da companhia referentes ao exercício de 2001, grifo nosso).

O trecho sublinhado conduz à idéia de que o fato gerador da obrigação será a decisão judicial, quando na verdade ocorreu nas atividades outrora desenvolvidas pela companhia e, portanto, se a perda tivesse sido julgada provável, uma provisão já deveria ter sido reconhecida, independente da definição da data em que a dívida seria exigida.

Outro caso semelhante, envolvendo a não constituição da provisão para contingência, foi encontrado no Parecer de Auditoria da Empresa Deten Química S/A no exercício de 2000.

f) As notas explicativas foram utilizadas em 100% dos casos durante os três anos pesquisados.

4.2.3. *Análise das informações nas notas explicativas*

Viu-se, anteriormente, que houve pelo menos uma nota explicativa sobre o passivo em todas as Demonstrações Contábeis estudadas. Será visto, agora, o grau de divulgação, investigando se as notas que deveriam ter sido elaboradas o foram. Para tal, consideram-se as principais categorias exigidas, as quais estão apresentadas na tabela 6.

Tabela 6 - Análise das informações nas notas explicativas sobre o passivo

Categorias a serem consideradas na análise.	1999			2000			2001		
	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%
01) Os principais critérios de avaliação dos passivos.	31	30	97	33	31	94	36	34	94
02) Provisões para encargos e riscos.	31	24	77	33	27	82	36	26	72
03) Garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.	5	5	100	14	14	100	12	12	100
04) Taxa de juros incidentes.	31	29	94	33	28	85	36	32	89
05) Cronograma de desembolso das obrigações de longo prazo.	31	21	68	33	24	73	35	25	71
06) Garantias das obrigações de longo prazo.	24	24	100	20	20	100	27	27	100
07) Benefícios a empregados	15	11	73	16	12	75	17	15	88
08) Dividendos Propostos	15	14	93	16	14	88	17	15	88
09) Debêntures	3	3	100	2	2	100	3	3	100
10) IR/CSLL	15	11	73	16	12	75	17	12	71
11) Instrumentos Financeiros	15	15	100	16	16	100	17	16	94
12) REFIS	0	0	0	1	1	100	1	1	100
TOTAL	216	187	87	233	201	86	254	218	86

Premissas, esclarecimentos e análises sobre cada categoria

01) Quanto ao critério de mensuração, considerou-se que todas as empresas deveriam observá-lo. Os dados mostram que o grau de divulgação está elevado, situando-se entre 97% em 1999 e 94% nos demais exercícios.

Entretanto, observou-se que o critério de avaliação é demonstrado por meio de expressões bastante genéricas, tais como, “os passivos circulante e exigível no longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas...”.

Viu-se que para o reconhecimento de algumas obrigações é necessário fazer uso de estimativas, as quais precisam ser confiáveis e devidamente esclarecidas em notas explicativas, por isso não é possível dizer por meio de “expressões genéricas” todos os conceitos utilizados para itens de natureza diferente.

02) As provisões para encargos e riscos foram feitas por 77% das 31 empresas pesquisadas em 1999, 82% das 33 em 2000 e 72% das 36 em 2001.

03) Para as garantias prestadas a terceiros adotou-se a premissa de que todas as companhias que as concederam, divulgaram o fato nas notas, assim, o número de organizações que deveriam divulgar é igual ao daquelas que o fizeram. Os dados mostram um crescimento nesse item passando de 5 empresas em 1999 para 12 em 2001.

04) A exigência de apresentação das taxas de juros foi cumprida pela maioria, situando-se em 94% em 1999 e 89% no ano de 2001. Vale ressaltar que todas as empresas utilizaram, no triênio, os passivos de financiamento sobre os quais incidem os juros, o que significa que algumas organizações que deveriam ter mostrado as taxas deixaram de fazê-lo.

05) O cronograma de desembolso das obrigações de longo prazo foi divulgado por 68% das empresas em 1999, 73% em 2000 e 71% em 2001, ano em que uma das companhias (Petroquímica Triunfo) tinha, no longo prazo, apenas provisão para contingência, por isso, na coluna “empresas que deveriam divulgar”, aparecem 35 delas.

06) Nas garantias prestadas a terceiros decorrentes das obrigações de longo prazo, considerou-se que todas as que concederam tais garantias as declararam em notas explicativas, por isso a relação percentual é de 100%.

Observou-se que, em 1999, de 31 empresas 24 tiveram que usar tal expediente para suas dividas; no ano de 2000, das 33 organizações, 20 prestaram garantias e, em 2001, o número chegou a 27 de um total de 36 companhias. As garantias prestadas referem-se aos passivos de financiamento.

Atenção, nas categorias de número 07 a 12, considerou-se como “empresas que deveriam divulgar” todas as sociedades anônimas de capital aberto, exceto nos itens 09 (debêntures) e 12 (Refis) para os quais partiu-se da premissa de que aquelas organizações obrigadas a divulgar o fizeram, razão pela qual o percentual que aparece é 100%.

07) Sobre os benefícios a empregados, observou-se um aumento das empresas sociedades anônimas de capital aberto que passaram a divulgá-los passando de 73% em 1999 para 88% em 2001.

08) A política de distribuição de dividendos foi divulgada por 93% das empresas em 1999 e 88% nos dois anos seguintes.

09) Conforme alertado anteriormente, considerou-se que todas as empresas que tinham operações com títulos em debêntures elaboraram notas explicativas a elas referentes, tendo sido 3 em 1999, 2 em 2000 e 3 em 2001.

10) As exigências quanto ao Imposto de Renda e Contribuição Social foram cumpridas por 73% das companhias em 1999, 75% em 2000 e 71% em 2001.

11) Os instrumentos financeiros foram divulgados por todas as empresas de capital aberto nos exercícios de 1999 e 2000 e por 94% (16 de um total de 17) delas no ano de 2001.

12) Notas Explicativas sobre o Refis apareceram em apenas uma empresa em 2000 e outra em 2001.

4.2.4. Análise do passivo contingente

Neste tópico serão desenvolvidas as seguintes análises:

a) o número de empresas que reconheceram obrigações contingentes em seus balanços e quais os tipos declarados (Tabela 7);

b) a relação proporcional das exigibilidades contingentes com as obrigações totais de cada empresa, para saber a relevância das mesmas, em termos individual e setorial (Tabela 8);

c) a participação das provisões no passivo total, classificando-as em duas contas: as não contingenciais e as contingenciais. Serão, também, demonstradas quantas empresas divulgaram-nas, explicitamente, no balanço (tabela 9).

d) o conteúdo das notas explicativas relativas às contingências reconhecidas, para identificar os aspectos que foram cumpridos e os que não foram, a luz das normas nacionais e internacionais sobre o assunto (Tabela 10).

Na tabela seguinte, a coluna denominada total de empresas, refere-se àquelas que reconheceram em seus balanços as contingências: 20 em 1999 (de um total de 31 empresas), 26 em 2000 (de um total de 33) e 23 em 2001 (de um total de 36); a coluna do “sim” vai mostrar o número de ocorrência por natureza. O percentual é obtido dividindo-se o número da coluna “sim” pelo número da coluna “total de empresas”, em cada linha, multiplicando-se por cem.

Tabela 7 - Empresas que reconheceram e os tipos de passivos contingentes

Natureza das contingências divulgadas	1999			2000			2001		
	Total de empresa	Sim	%	Total de empresa	Sim	%	Total de empresa	Sim	%
Trabalhistas	20	13	65	26	19	73	23	19	83
Cíveis	20	4	20	26	9	35	23	7	30
Ambientais	20	2	10	26	1	4	23	3	13
Tributárias	20	13	65	26	16	62	23	20	87
Não identificadas	20	4	20	26	6	23	23	3	13

Pode-se perceber que as contingências encontradas são de natureza: trabalhista, cível, ambiental, tributária e algumas não foram identificadas, mas podem estar entre elas. Alerta-se que na mesma empresa foram encontrados vários tipos.

Observou-se uma maior ocorrência daquelas de origem trabalhista e tributária ao longo dos 3 anos. Aquelas estiveram presentes em 65% dos casos em 1999, 73% em 2000 e 83% em 2001; estas apareceram, em 65% dos registros em 1999, 62% em 2000 e 87% no ano de 2001.

Em seguida estão as cíveis que em 1999, 2000 e 2001 ocorreram em 20%, 35% e 30% respectivamente. Depois, com 20% em 1999, 6% em 2000 e 13% em 2001

aparecem aquelas cuja natureza não foi divulgada pelas empresas. Os dados mostram, também, que é baixo o percentual de contingências ambientais.

Não há evidência no triênio que tenha havido um aumento significativo de uma natureza em detrimento da outra, o que está evidente é o crescimento das trabalhistas que saltaram de 65% em 1999 para 83% em 2001. O mesmo aconteceu com as tributárias que começaram com 65% em 1999 e terminaram com 87% em 2001.

Tabela 8 - Participação do passivo contingente em relação ao exigível total

Empresas	1999 (R\$ em milhares)						2000 (R\$ em milhares)						2001 (R\$ em milhares)								
	Passivo		Passivo Contingente				Passivo		Passivo Contingente				P		Passivo Contingente						
			Divulgado em conta		Valor total					Divulgado em conta		Valor total				Valor	%	Divulgado em conta		Valor total	
			própria	outras						própria	outras							própria	outras		
Valor	%				%	Valor	%				%	Valor	%				%				
01. Petrobrás	38.656.219	99	0	266.006	266.006	1	41.754.696	99	0	500.929	500.929	1	45.670.789	98	0	734.111	734.111	2			
02. Copene	1.407.539	100	0	0	0	0	1.433.138	100	0	0	0	0	3.163.451	100	0	0	0	0			
03. Basf	0	0	0	0	0	0	1.579.402	95	0	86.442	86.442	5	1.931.749	97	0	53.260	53.260	3			
04. Copesul	1.665.880	100	3.758		3.758	0	1.887.612	100	4.034	0	4.034	0	1.781.388	100	2.031	0	2.031	0			
05. Bunge	0	0	0	0	0	0	2.168.282	92	175.971	0	175.971	8	2.508.316	93	178.511	0	178.511	7			
06. OPP	905.047	100	0	0	0	0	4.017.184	95	0	229.085	229.085	5	3.590.986	100	0	0	0	0			
07. P. União	412.410	97	11.672	0	11.672	3	420.107	98	6.816	0	6.816	2	426.756	98	7.677	0	7.677	2			
08. Bayer	61.972	99	796	0	796	1	82.114	100	0	0	0	0	774.272	100	0	0	0	0			
11. Trikem	1.269.503	100	0	0	0	0	1.316.010	98	0	20.234	20.234	2	1.348.074	100	0	0	0	0			
12. Dupont	767.218	100	0	0	0	0	847.010	100	0	0	0	0	1.131.328	99	7.929	0	7.929	1			
13. IPQ	1.626.136	100	628	0	628	0	1.809.179	100	2.157	0	2.157	0	2.038.334	100	1.502	0	1.502	0			
15. Dow Q.	548.606	92	45.876	0	45.876	8	616.034	94	36.901	0	36.901	6	1.091.101	100	0	0	0	0			
18. Manguinho	101.613	99	1.006	0	1.006	1	72.386	100	6	0	6	0	136.080	96	5.823	0	5.823	4			
19. Clariant	380.964	84	0	72.748	72.748	16	341.034	89	0	40.975	40.975	11	301.453	76	0	93.473	93.473	24			
20. Cia Marlin	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.462.697	100	0	0	0	0			
24. Polibrasil	219.004	96	8.728	0	8.728	4	233.216	97	7.724	0	7.724	3	347.838	98	6.533	0	6.533	2			
25. Politeno	256.616	100	0	0	0	0	262.086	100	0	0	0	0	438.849	100	0	0	0	0			
26. R. Ipiranga	1.796.862	100	0	0	0	0	1.885.319	100	2.459	0	2.459	0	2.177.384	100	1.690	0	1.690	0			
27. Ultrafétil	157.343	88	22.066	0	22.066	12	282.544	90	29.718	0	29.718	10	238.690	87	37.155	0	37.155	13			
29. Alunorte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.222.681	100	0	0	0	0			
30. Solvay	193.437	100	0	0	0	0	208.588	100	0	0	0	0	273.540	100	0	0	0	0			
31. Oxiten NE	261.139	100	0	0	0	0	261.139	98	6.043	0	6.043	2	201.112	100	0	0	0	0			
32. Milenia	462.759	99	5.231	0	5.231	1	617.517	99	4.984	0	4.984	1	707.872	100	0	0	0	0			
33. Cargill Fert.	348.330	95	16.923		16.923	5	416.236	94	26.359	0	26.359	6	676.725	92	55.959	0	55.959	8			
35. Ad. Trevo	330.338	86	55.934	0	55.934	14	204.949	90	22.441	0	22.441	10	137.166	82	30.095	0	30.095	18			
38. Fosfétil	768.832	94	48.701	0	48.701	6	858.706	93	60.997	0	60.997	7	806.446	93	62.974	0	62.974	7			
39. Detém Q.	71.130	95	3.810	0	3.810	5	89.065	95	4.970	0	4.970	5	118.392	87	17.087	0	17.087	13			
40. Carbocloro	70.510	80	0	17.144	17.144	20	77.698	84	0	14.971	14.971	16	102.281	85	0	18.057	18.057	15			
41. Renner Say...	53.235	100	227	0	227	0	67.183	98	1.166	0	1.166	2	153.929	98	2.972	0	2.972	2			
42. Innova	179.190	100	0	0	0	0	330.844	100	0	0	0	0	401.780	100	0	0	0	0			
43. Pet. Triunfo	35.335	88	0	4.789	4.789	12	79.061	89	10.157	0	10.157	11	33.783	72	13.100	0	13.100	28			
44. Oxiten	398.343	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	267.769	96	0	10.529	10.529	4			
47. Polialden	0	0	0	0	0	0	369.199	100	0	0	0	0	133.877	100	0	0	0	0			
48. Ipiranga Q.	1.766.051	100	0	0	0	0	1.841.678	100	2.157	0	2.157	0	2.075.500	100	1.552	0	1.552	0			
49. Millennium	110.659	98	2.189	0	2.189	2	131.413	98	2.019	0	2.019	2	100.352	98	2.516	0	2.516	2			
50. Renner Dup	138.913	88	18.246	0	18.246	12	168.162	96	7.069	0	7.069	4	206.518	94	14.038	0	14.038	6			
TOTAL	55.421.133	99	245.791	360.687	606.478	1	66.728.791	98	414.148	892.636	1.306.784	2	79.179.258	98	449.144	909.430	1.358.574	2			
RESUMO DOS TOTAIS DO PERÍODO																					
Ano de 1999													55.421.133	99%	-	-	606.478	1			
Ano de 2000													66.728.791	98%	-	-	1.306.784	2			
Ano de 2001													79.179.258	98%	-	-	1.358.574	2			
TOTAL DO PERÍODO													201.329.182	98%	-	-	3.271.836	2			

Na tabela 8, os dados foram apresentados a partir de duas preocupações básicas. A primeira foi descobrir qual o percentual que as contingências representavam, em relação ao valor total das obrigações; a segunda diz respeito a identificar se elas foram divulgadas em contas de provisões para contingências ou em outras contas.

Chegou-se à conclusão que o percentual do setor é pouco expressivo, tendo iniciado com 1% no ano de 1999 e encerrado o triênio em 2%. Houve um sensível crescimento ao longo dos três anos, o que pode ser percebido em termos absolutos, nos valores a seguir apresentados:

Ano de 1999 = R\$ 606.478 (em milhares)

Ano de 2000 = R\$ 1.306.784 (em milhares)

Ano de 2001 = R\$ 1.358.574 (em milhares)

Não é possível afirmar que as empresas reconheceram a maioria dos passivos contingentes ou que tenham deixado muitos de fora. As informações contidas nas notas explicativas são pouco esclarecedoras quanto aos critérios de reconhecimento, conforme mostra o texto a seguir: “[...] na opinião da administração e de seus assessores legais a decisão será favorável à companhia [...]”, ou, “[...] a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas prováveis [...]”. Esse tipo de nota foi encontrado na maioria das demonstrações contábeis.

Os números mostram que, em 1999, 20 empresas (16 em conta própria – provisão para contingência) reconheceram tais obrigações em seus balanços, no ano seguinte, o montante foi de 25 (19 em conta própria) e no ano de 2001, 23 companhias o fizeram (18 em conta própria).

Apresenta-se o comportamento que esses dados evidenciam, porque a quantidade de balanços analisados foi diferente de um ano para o outro, a saber:⁵⁹

Ano	Total de empresas	Parcela que reconheceu	%	Que reconheceu em conta própria	%
1999	31	20	65	16	52
2000	33	25	76	19	58
2001	36	23	64	18	50

⁵⁹ Cálculo dos percentuais: 1) parcela que reconheceu, [20/31=65%]; 2) conta própria, [16/31=52%].

No ano de 2000, uma quantidade maior de empresas reconheceu o elemento em análise e, em 2001, houve queda, atingindo os patamares do ano de 1999.

Durante o triênio, de 36 empresas analisadas, 29 reconheceram as contingências, em pelo menos um dos anos, das quais, se destacam sete que tiveram a provisão para contingência igual ou superior a 10% do passivo total, são elas: Clariant (24% em 2001); Ultrafértil (13% em 2001); Adubos Trevo (18% em 2001); Detém Química (13% em 2001); Carbocloro (20% em 1999); Petroquímica Triunfo (28% em 2001); e, Renner Dupont (12% em 1999).

Com esses percentuais, é possível afirmar que o elemento foi bastante representativo no contexto das exigibilidades totais, assim como, também, na apuração do resultado das referidas empresas. Mostra-se, por meio da análise de conteúdo (tabela 10), se a divulgação complementar em nota explicativa está no grau de detalhamento exigido.

Os elementos que envolvem estimativas precisam ser, cuidadosamente, estudados para que seus valores não comprometam a qualidade da informação contábil, entre elas a confiabilidade. Por isso, eles devem ser destacados em grupo à parte no balanço e esclarecidos em notas específicas que demonstrem seus efeitos em termos econômicos, bem como o tempo esperado para as conseqüências financeiras.

As obrigações estimadas são reconhecidas pela Contabilidade por meio das provisões. Na tabela 8, foram mostradas as provisões para contingências, cujo grau de incerteza costuma ser elevado e pressupõe estudos criteriosos que indiquem a probabilidade de ocorrência e o momento em que elas devem ser reconhecidas, desde que sejam mensuráveis e relevantes.

Outras provisões não são contingentes, porque não há dúvidas sobre o seu fato gerador: trata-se de obrigações decorrentes do reconhecimento de despesas ou perdas que estão ocorrendo no transcurso do tempo e que devem ser alocadas, por meio de estimativas, em períodos contábeis específicos. Exemplo, provisão para férias e provisão para décimo terceiro salário.

Tabela 9 - Participação das provisões em relação ao passivo total

Empresas	1999 (R\$ em milhares)						2000 (R\$ em milhares)						2001 (R\$ em milhares)					
	Passivo		Provisões				Passivo		Provisões				Passivo		Provisões			
			Não Contingenciais	Contingenciais	%										Não Contingenciais	Contingenciais	%	
	Valor	%					Valor	%					Valor	%				
01. Petrobrás	38.656.219	77	8.371.510	500.929	23		41.754.696	71	11.754.468	500.929	29		45.670.789	79	8.920.923	734.111	21	
02. Copene	1.407.539	100	0	0	0		1.433.138	100	0	0	0		3.163.451	100	0	0	0	
03. Basf	0	0	0	86.442	0		1.579.402	83	188.150	86.442	17		1.931.749	89	161.678	53.260	11	
04. Copesul	1.665.880	98	26.197	4.034	2		1.887.612	98	39.540	4.034	2		1.781.388	96	64.668	2.031	4	
05. Bunge	0	0	0	175.971	0		2.168.282	89	66.335	175.971	11		2.508.316	90	66.840	178.511	10	
06. OPP	905.047	75	0	229.085	25		4.017.184	94	15.006	229.085	6		3.590.986	100	0	0	0	
07. P. União	412.410	95	12.000	6.816	5		420.107	75	100.090	6.816	25		426.756	91	31.701	7.677	9	
08. Bayer	61.972	100	0	0	0		82.114	100	0	0	0		774.272	72	214.634	0	28	
11. Trikem	1.269.503	98	0	20.234	2		1.316.010	98	0	20.234	2		1.348.074	100	0	0	0	
12. Dupont	767.218	100	1.121	0	0		847.010	100	412	0	0		1.131.328	98	12.605	7.929	2	
13. IPQ	1.626.136	99	11.573	2.157	1		1.809.179	100	0	2.157	0		2.038.334	99	16.276	1.502	1	
15. Dow Q.	548.606	84	53.427	36.901	16		616.034	81	78.091	36.901	19		1.091.101	87	146.741	0	13	
18. Manguinho	101.613	98	2.054	6	2		72.386	97	2.308	6	3		136.080	94	3.008	5.823	6	
19. Clariant	380.964	81	31.382	40.975	19		341.034	68	68.660	40.975	32		301.453	66	9.546	93.473	34	
20. Cia Marlin	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		2.462.697	100	0	0	0	
24. Polibrasil	219.004	96	0	7.724	4		233.216	97	0	7.724	3		347.838	98	0	6.533	2	
25. Politen	256.616	100	0	0	0		262.086	100	0	0	0		438.849	100	0	0	0	
26. R. Ipiranga	1.796.862	99	8.151	2.459	1		1.885.319	100	0	2.459	0		2.177.384	96	81.361	1.690	4	
27. Ultrafértil	157.343	59	35.409	29.718	41		282.544	76	38.700	29.718	24		238.690	63	50.748	37.155	37	
29. Alunorte	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0		1.222.681	96	46.943	0	4	
30. Solvay	193.437	84	30.931	0	16		208.588	87	26.513	0	13		273.540	90	27.415	0	10	
31. Oxiteno NE	261.139	91	17.679	6.043	9		261.139	93	11.636	6.043	7		201.112	100	441	0	0	
32. Milenia	462.759	97	10.805	4.984	3		617.517	97	14.520	4.984	3		707.872	92	56.009	0	8	
33. Cargill Fert.	348.330	87	17.290	26.359	13		416.236	90	13.287	26.359	10		676.725	90	10.093	55.959	10	
35. Ad. Trevo	330.338	90	10.755	22.441	10		204.949	82	15.173	22.441	18		137.166	66	16.063	30.095	34	
38. Fosfértil	768.832	84	59.538	60.997	16		858.706	88	40.963	60.997	12		806.446	86	53.286	62.974	14	
39. Detém Q.	71.130	82	7.593	4.970	18		89.065	94	0	4.970	6		118.392	64	26.061	17.087	36	
40. Carbocloro	70.510	79	0	14.971	21		77.698	79	1.037	14.971	21		102.281	81	1.824	18.057	19	
41. Renner Say.	53.235	92	2.955	1.166	8		67.183	98	0	1.166	2		153.929	96	2.803	2.972	4	
42. Innova	179.190	100	0	0	0		330.844	100	0	0	0		401.780	100	0	0	0	
43. Pet. Triunfo	35.335	71	0	10.157	29		79.061	87	0	10.157	13		33.783	49	4.072	13.100	51	
44. Oxiteno	398.343	85	61.519	0	15		0	0	0	0	0		267.769	93	7.537	10.529	7	
47. Polialden	0	0	0	0	0		369.199	100	0	0	0		133.877	100	0	0	0	
48. Ipiranga Q.	1.766.051	100	0	2.157	0		1.841.678	100	0	2.157	0		2.075.500	98	31.083	1.552	2	
49. Millennium	110.659	98	0	2.019	2		131.413	98	0	2.019	2		100.352	97	0	2.516	3	
50. Renner Dup	138.913	93	2.717	7.069	7		168.162	95	1.071	7.069	5		206.518	93	713	14.038	7	
TOTAL	55.421.133	82	8.774.606	1.306.784	18		66.728.791	79	12.475.960	1.306.784	21		79.179.258	86	10.065.072	1.358.574	14	
RESUMO DOS TOTAIS DO PERÍODO																		
Ano de 1999													55.421.133	85	10.081.390		15	
Ano de 2000													66.728.791	83	13.782.744		17	
Ano de 2001													79.179.258	87	11.423.646		13	
TOTAL DO PERÍODO													201.329.182	85	35.287.780		15	

Em primeiro lugar, é possível afirmar, com relativa certeza, que é difícil não haver alguma provisão durante um ano, muito menos ainda em três anos, em empresas, que possuem muitos empregados, e com inúmeras transações que requerem alguma apropriação, tais como benefícios a funcionários, juros e impostos incorridos, etc.

Ocorre que algumas empresas não divulgaram em conta própria as suas provisões o que impediu que elas fossem segregadas das demais obrigações. Elas foram classificadas em dois grupos: a) aquelas para as quais não foi possível identificar as provisões em nenhum dos exercícios (num total de cinco); b) aquelas cuja identificação ocorreu parcialmente, ou seja, em algum exercício estava explícito em outros não.

a) As cinco empresas são: Copene, Companhia Marlin, Politen, Innova e Polialden;

b) No grupo b estão: a OPP que não segregou no ano de 2001; a Bayer que não especificou nos anos de 1999 e 2000.

Apesar dos casos de não identificação, os dados mostram que as provisões (contingenciais e não contingenciais) representam 15% das exigibilidades totais do setor, tendo chegado a 17% no ano de 2000.

Há casos de percentuais bem acima da média, tais como: a Clariant (34% em 2001), a Ultrafértil (41% em 1999), Aduos Trevo (34% em 2001), Detém Química (36% em 2001) e a Petroquímica Triunfo (51% em 2001). Como as provisões são estimadas, números tão altos devem conter a melhor estimativa possível, para não distorcer o resultado, as obrigações e o patrimônio líquido da entidade.

Por outro lado, existem algumas empresas em que o percentual estava bastante abaixo da média, as principais são: Copesul (2% em 1999), Trikem (2% em 1999), a IPQ (1% em 1999, 0% em 2000 e 1% em 2001), a Polibrasil (3% no ano de 2000), a Milenia que passou de 3% em 1999 para 8% no ano de 2001, etc. Além daquelas que não divulgaram, explicitamente, nenhuma provisão.

A grande variação, em termos percentuais de um ano para outro na mesma, ou entre várias empresas, parece indicar a ausência de critérios uniformes de classificação e divulgação das provisões, o que pode comprometer a interpretação dos dados e confundir o usuário que queira obter informações com algum caráter preditivo.

4.2.5. *Análise do conteúdo das notas explicativas sobre contingências*

As categorias que serão consideradas são as seguintes: a) presença de notas explicativas; b) descrição dos critérios de avaliação; c) a natureza das contingências; d) a probabilidade de ocorrência; e) a descrição do valor contábil no início e no final do período; f) as provisões adicionais feitas no período mostrando o saldo das já existentes; g) montantes baixados durante o período; e h) valores revertidos no exercício.

Trata-se das principais exigências feitas pela Lei 6.404/76, pela CVM e pelas Normas Internacionais de Contabilidade, já mencionadas e discutidas em tópicos anteriores. Depois de definidas as principais categorias, tentou-se identificá-las nas demonstrações contábeis das empresas. Os resultados são apresentados a seguir:

Tabela 10 - Conteúdo das notas explicativas sobre passivos contingentes

Categorias a serem consideradas na análise	1999			2000			2001		
	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%	Empresas que deveriam divulgar	Sim	%
a) Notas Explicativas	20	16	80	26	22	85	23	21	91
b) Os critérios de avaliação.	20	-	-	26	3	12	23	2	9
c) Natureza das contingências	20	16	80	26	20	77	23	20	87
d) Chance de ocorrência	20	3	15	26	6	23	23	10	44
e) O valor contábil no início e no final do período.	20	10	50	26	8	31	23	18	78
f) Provisões feitas no período, mostrando o saldo das provisões existentes.	20	11	55	26	6	23	23	9	39
g) Valor baixado no período	20	-	-	26	1	4	23	-	-
h) Reversões no período	20	-	-	26	2	8	23	4	17
TOTAL	160	56	35	208	68	33	184	84	46

Inicialmente, deve-se resgatar o fato de que, quando uma contingência é registrada, se torna obrigatória a sua divulgação em nota explicativa, a qual deve

conter no mínimo os elementos mencionados na primeira coluna da tabela 10. Por isso, o número de “empresas que deveriam divulgar” inclui todas aquelas que reconheceram o passivo contingente.

O percentual é apurado dividindo-se o número de empresas que atenderam à exigência pelo total daquelas que deveriam elaborá-las, sempre apurado por companhia.

Os índices constantes na linha do total e coluna dos percentuais representam o grau de divulgação das exigibilidades contingentes, que está bem abaixo daquele exigido, isto é, em 1999 situou-se em um nível de 35%, caindo para 33% em 2000 e subindo para 46% em 2001. Tal acréscimo ainda é insuficiente, não representa nem a metade daquilo que deveria ser apresentado.

A presença de notas explicativas é significativa, iniciando o triênio com 80% em 1999, subindo levemente para 85% em 2000 e, em 2001, chegou aos 91% daquelas que as elaboraram. Apesar do índice elevado é importante ressaltar que todas as entidades deveriam tê-las apresentado.

Os próximos itens indicam o conteúdo das notas; o primeiro é o critério de avaliação ou mensuração, o qual apresenta o desempenho mais sofrível, ou seja, em 1999, dos textos estudados, nenhum evidenciou os critérios utilizados, em 2000 12% (3 companhias) evidenciaram e em 2001 o número caiu para 9% (2 empresas).

Quanto à natureza das contingências, ela foi evidenciada em 80% dos casos no ano de 1999, 77% em 2000 e 87% no ano de 2001. Outro aspecto, a chance ou probabilidade de ocorrência foi atendido por apenas 15% das entidades em 1999, 23% em 2000 e 44% em 2001.

No que se refere à demonstração do valor contábil no início e no final do período, a metade o fez em 1999, apenas 31% em 2000 e, refletindo um aumento expressivo no ano de 2001, chegou-se a 78%.

Provisões adicionais feitas no período, mostrando o saldo das já existentes, apareceram em 55% das notas explicativas em 1999, caindo para 23% em 2000, apesar do aumento no número de empresas que deveriam divulgá-las.

A baixa, pelo pagamento, foi declarada por apenas uma companhia no exercício de 2000. Os montantes revertidos durante o período não foram divulgados no exercício de 1999 e apenas duas empresas em 2000 e quatro em 2001 fizeram a divulgação.

Tais fatos, sobre baixa e reversão, estão incompatíveis com os dados mostrados na tabela 8 (relação do passivo contingente com o exigível total) em que está evidenciado que 16 empresas reduziram as quantias das contingências nos balanços, durante o triênio, sem que tenham sido esclarecidas as circunstâncias em que isso aconteceu.

4.3. Resultados obtidos

Os principais resultados obtidos neste estudo serão demonstrados de acordo com as variáveis investigadas e que foram descritas no tópico 4.1., seguindo-se a ordem lá apresentada.

Como primeira constatação, tem-se que o passivo foi maior que o patrimônio líquido em todos os anos analisados, algo em torno de dois terços dos recursos globais, evidenciando uma grande participação do capital de terceiros nos empreendimentos do setor químico e petroquímico no Brasil.

Comparando-se as obrigações circulantes com as de longo prazo, observou-se uma predominância destas, evidenciando, por um lado, um aspecto positivo no que se refere à situação de liquidez, mas que, por outro lado, torna os passivos bastante onerosos, por conta dos encargos incidentes.

Quando o exigível foi classificado em passivo de funcionamento e passivo de financiamento, os dados mostraram que as dívidas de longo prazo são predominantemente oriundas de empréstimos e financiamentos, tal fato também foi

verificado nas exigibilidades circulantes, no ano de 1999, quando os financiamentos representavam 56% do curto prazo.

Foi constatado um alto grau de garantias prestadas a terceiros pela obtenção dos financiamentos, conforme descrito a seguir:

a) Em 1999, das 31 empresas, 24 (77%) prestaram garantias aos seus financiadores;

b) No ano de 2000, a relação foi de 33 para 20 (61%) daquelas que também tiveram que fazê-lo;

c) Finalmente, os números de 2001 chegaram a 27 companhias (75%), de um total de 36 estudadas.

Portanto, é possível afirmar que tais operações foram precedidas de negociações para verificação da capacidade de pagamento das empresas beneficiadas e ainda a exigência de garantias reais pelas instituições de créditos.

Verificando as formas de evidenciação utilizadas para divulgar o passivo (em tabela anteriormente tratada), concluiu-se que as principais foram apresentadas, com destaque para a presença de notas explicativas em 100% dos casos.

Destaca-se a existência de quadro complementar em mais de 90% dos casos, mostrando taxas de juros, cronograma de desembolso, saldos iniciais e finais etc, entretanto, na análise individualizada, algumas formas estão abaixo do grau exigido.

A classificação limitou-se, apenas, a diferenciar as dívidas em circulante e de longo prazo, tendo sido praticada por 100% das companhias. As provisões foram apresentadas em conta específica por 74% em 1999 chegando a 82% em 2000 e 81% no ano seguinte. Considerando o fato de que é pouco provável que não tenha havido algum tipo de obrigação provisionada, o grau deveria ter sido de 100%.

O relatório da administração não demonstrou no nível desejado a situação financeira das empresas, ou seja, a maioria deixou de fazer qualquer menção sobre as exigibilidades existentes e as possibilidades de honrar os compromissos.

Um aspecto positivo, a ser destacado, é a presença de ressalvas ou parágrafo de ênfases nos pareceres de auditoria sobre o passivo, envolvendo a descrição da posição financeira (concordata), o declínio do capital de giro e a não constituição de provisões por algumas empresas, o que demonstra a necessidade de uma melhor divulgação dos fatos.

Analisando as informações contidas nas notas explicativas, detectou-se um grau de divulgação médio de 86%, de acordo com a tabela 6, o que implica dizer que houve dados que ficaram fora dos relatórios contábeis.

Além disso, algumas explicações são meras repetições de trechos de normas específicas e que, portanto, não explicam quase nada. Exemplos disso são os critérios de mensuração utilizados, que são de grande importância, principalmente quando se tratam de valores estimados.

Comparando-se as informações ao longo do triênio, não foi possível encontrar indícios de que essa realidade esteja mudando. Em 1999, mesmo por meio de expressões genéricas, 97% das empresas divulgaram os critérios de avaliação enquanto nos dois anos seguintes o percentual caiu para 94%.

Nas demais categorias estudadas, houve um equilíbrio durante o período de 1999 a 2001. Apenas a divulgação dos benefícios a empregados apresentou um crescimento significativo, passando de 73% no primeiro ano para 88% no último.

Quanto ao passivo contingente, foi possível perceber que houve uma considerável incidência dessas obrigações, principalmente aquelas decorrentes de questões tributárias e trabalhistas. Já as de natureza ambiental não apareceram na grande maioria das empresas.

Na análise da representatividade das exigibilidades contingentes, em relação ao exigível total, obtiveram-se dois resultados, quais sejam: em relação ao

setor elas são pouco representativas, algo em torno de 2%; individualmente falando, em sete empresas analisadas elas são expressivas, ou seja, situam-se entre 10% e 28% das obrigações totais. Não obstante, duas dessas empresas não as registraram em conta específica no balanço, apenas fizeram a segregação em nota explicativa.

Em outras seis empresas, as contingências representavam entre 5% e 9% do passivo total, isto é, se for considerado que se trata de elementos sobre os quais há dúvida, principalmente quanto aos valores que serão exigidos, talvez esses também deveriam ter sido tratados como relevantes e divulgados em contas específicas, seguidas de notas explicativas.

Ampliando o estudo para todos os itens que envolvem estimativas, incluindo-se as provisões não contingenciais, foi percebido que eles representam, em média, entre 14% e 21% das dívidas do setor, chegando a 41% em uma empresa e mais de 50% em outra.

Apesar disso, em cinco empresas não foi possível saber se existiam ou não as provisões, porque elas estavam incluídas junto às obrigações para as quais não é necessário recorrer a valores estimados, o que demonstra que a representatividade das provisões seria ainda maior e que tal procedimento dificulta uma visão mais adequada da composição do exigível.

Ressalte-se que o grau de divulgação em notas explicativas foi insuficiente para esclarecer os aspectos mínimos exigidos pela legislação e normas de Contabilidade, situando-se abaixo de 50% do requerido. Sendo que o mais preocupante é o critério de mensuração que, na maioria das vezes, não foi mencionado e quando isso ocorreu foi por meio de expressões genéricas, já mencionadas anteriormente.

5. CONCLUSÕES

As obrigações de uma entidade com terceiros devem estar entre as principais questões a serem controladas pelos gestores que administram os empreendimentos. A Contabilidade, por sua vez, deverá cumprir um papel destacado na geração e divulgação de informações para os usuários das Demonstrações Contábeis.

Os Órgãos Normativos, têm realizado esforços na orientação dos requisitos mínimos, que deverão ser observados no tratamento contábil das exigibilidades. Em nível internacional, destacam-se as normas do Iasb e ainda as normas do FASB. No Brasil, as mais importantes constam da Lei 6.404/76 e as deliberações da CVM.

Os estudos realizados nas Demonstrações Contábeis publicadas pelo Setor Químico e Petroquímico, no período de 1999 a 2001, indicaram que o passivo foi maior do que o Patrimônio Líquido em todos os anos analisados, algo em torno de 2/3 (dois terços) dos recursos globais utilizados. Isso indica a relevância da participação do capital de terceiros nos empreendimentos do setor.

Outro aspecto a ressaltar é que as obrigações de longo prazo sempre estiveram acima das obrigações circulantes, evidenciando uma situação confortável em termos de liquidez, mas que onera os negócios por meio dos encargos financeiros incidentes. Além disso, as dívidas de longo prazo são majoritariamente oriundas de empréstimos e financiamentos, ou os chamados passivos de financiamento, cuja consequência foi um elevado grau de garantias prestadas aos credores.

As normas recomendam que seja divulgado um cronograma de desembolso das exigibilidades de longo prazo, o que foi cumprido por 90% das empresas pesquisadas, as quais evidenciaram os saldos iniciais, os encargos incidentes e os valores que seriam desembolsados em cada ano, bem como o saldo final, conforme recomendação normativa.

Outros aspectos sobre a divulgação do passivo em geral são: a classificação se limitou apenas em demonstrar o passivo em circulante e de longo prazo; muitas empresas não divulgaram as provisões em conta específica, apenas o fizeram em notas explicativas o que dificultou a identificação do valor das provisões contingentes; no relatório da administração, de muitas empresas, não foi feita nenhuma referência sobre a sua situação financeira e a possibilidade de honrar com os seus compromissos, conforme determinam as normas, o que evidencia a necessidade de um melhor detalhamento das informações divulgadas. Tais fatos foram, inclusive mencionados nos pareceres de auditoria que alertaram sobre a situação de concordata de algumas empresas e a não constituição de provisões por outras.

As empresas estão sujeitas a uma série de exigências decorrentes, principalmente, de legislações fiscais, trabalhistas e ambientais, que demandam atenção permanente no sentido de seu adequado cumprimento, para não onerar os negócios e comprometer a lucratividade e o equilíbrio financeiros das empresas.

Esta pesquisa demonstrou um crescimento expressivo no reconhecimento de passivos contingentes oriundos de questões tributárias, saltando de 13 (treze) empresas em 1999 ou 65% do total daquelas que o fizeram, para 20 (vinte) companhias em 2001, ou 87% do total, um crescimento de 22% no período. Aumento semelhante, inclusive em termos percentuais, ocorreu nas exigibilidades contingentes relacionadas com as questões trabalhistas, as quais passaram de 65% em 1999 para 83% do total das empresas que reconheceram tais contingências.

O maior rigor na legislação ambiental, ainda não se refletiu no reconhecimento das contingências ambientais, tanto é assim, que em 1999 apenas 2 (duas) companhias divulgaram tais obrigações, 10% do total, enquanto no ano

seguinte, o número caiu para apenas 1 (uma), representando 4%. Em 2001, foram 3 (três) empresas ou 13% que as reconheceram em seus Balanços.

Conforme visto na legislação e nas deliberações da CVM, os principais itens que devem constar da divulgação dos passivos em geral, são:

1) exigidos pela Lei 6.404/76: a) os principais critérios de avaliação; b) constituição de provisão para encargos e riscos; c) as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades contingentes; d) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo.

2) pela CVM: a) benefícios a empregados; b) contingências passivas; c) critérios de avaliação; d) debêntures; e) dividendos propostos; f) eventos subsequêntes; g) imposto de renda e contribuição social; h) instrumentos financeiros; i) obrigações de longo prazo; j) ônus, garantias e responsabilidades eventuais e contingentes; e k) Refis.

Para o passivo contingente, a CVM determina que seja divulgado, em nota explicativa, o seguinte: a) a natureza da contingência (trabalhista, tributária, cível, ambiental e outras); b) uma descrição pormenorizada do evento contingente que envolve a companhia; c) qual a chance de ocorrência da contingência (provável, possível ou remota); d) em que instâncias se encontram, em discussão, os passivos contingentes (administrativa, ou judicial, tribunais inferiores ou superiores); e) jurisprudência sobre tais passivos; f) avaliação das conseqüências que as obrigações contingentes poderão ter sobre os negócios da companhia.

Já as Normas Internacionais de Contabilidade recomendam, para as contingências provisionadas, que sejam divulgados, em notas explicativas, os seguintes itens: a) o valor contábil no início e no final do período; b) os valores adicionados aos já existentes ou o valor das novas provisões feitas no período; c) os montantes (incorridos e baixados contra a provisão) durante o exercício; d) as quantias não utilizadas e revertidas no período; e e) o acréscimo, durante o período, no valor descontado proveniente da passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

E, ainda, um relato sobre a natureza da obrigação e um quadro mostrando o cronograma esperado dos desembolsos, a divulgação das incertezas relativas ao valor que será exigido e as premissas adotadas para os eventos futuros (evidencia objetiva suficiente de que eles ocorrerão).

Quando for apenas possível que ocorra uma obrigação, as normas internacionais recomendam que seja divulgada, somente em nota explicativa, a descrição da natureza das contingências e se for praticável, uma estimativa de seu efeito financeiro, os riscos e incertezas e as baixas esperadas de ativos.

Nas situações de disputas, em que a divulgação possa causar prejuízo à entidade, a norma internacional recomenda que seja dispensada a evidenciação de todos os aspectos e que seja feito um relato sobre a natureza geral da disputa e as razões pelas quais não foram informados todos os fatos.

Em seguida, baseado nas exigências e recomendações sobre os itens a serem divulgados para o passivo global e depois para o passivo contingente, verificou-se a existência ou não de tais itens nas Demonstrações Contábeis publicadas pelas 36 empresas pesquisadas. As principais conclusões foram as seguintes:

1) Sobre o passivo global (tabelas 5 e 6)

➤ As principais formas de divulgação, sugeridas na literatura contábil, foram encontradas (as notas explicativas, por exemplo, foram utilizadas em 100% dos casos);

➤ Quanto ao conteúdo das notas explicativas, foi constatada a ausência de algumas informações, das quais se destacam:

- a) o critério de avaliação do passivo foi divulgado por meio de uma nota explicativa, referindo-se a todas as contas do grupo e essa nota não foi encontrada em uma empresa em 1999, duas em 2000 e duas em 2002;

- b) duas empresas em 1999, cinco em 2000 e quatro em 2001, omitiram as taxas de juros incidentes sobre os passivos de longo prazo;
- c) dez empresas em 1999, nove em 2000 e dez em 2001 não divulgaram o cronograma de desembolso das obrigações de longo prazo.

➤ Em termos globais, comparando-se as informações que, por recomendação ou exigência da CVM, deveriam ter sido divulgadas com as que efetivamente o foram, concluiu-se que, aproximadamente, 86% das empresas o fizeram, conforme tabela 6.

2) Sobre o passivo contingente (tabelas 7 a 10), concluiu-se que:

➤ o número de empresas que reconheceram passivos contingentes é bastante expressivo: vinte empresas em 1999, vinte e seis em 2000 e vinte e três em 2001, de um total de 36 empresas;

➤ quando somado o passivo de todas as empresas pesquisadas, verificou-se que os contingentes representam aproximadamente 2% do total (ver tabela 8). Entretanto, em sete empresas a provisão para contingência ficou entre 10% e 28%, sendo, portanto, uma parcela considerável.

➤ tendo em vista a avaliação do grau de divulgação do passivo contingente e conseqüente comprovação ou rejeição da hipótese da pesquisa, foram analisados os conteúdos das notas explicativas, para indicar a existência ou ausência das informações recomendadas, principalmente pelo Iasb e pela CVM do Brasil (conforme tabela 10). Entre as empresas que reconheceram as obrigações contingentes, ou seja, vinte empresas em 1999, vinte e seis em 2000 e, vinte e três em 2001, constatou-se o seguinte:

- a. para o passivo contingente reconhecido, recomenda-se uma nota explicativa correspondente, a qual não foi encontrada em quatro empresas em 1999 e 2000 e duas em 2001;

- b. os critérios de avaliação não foram divulgados por nenhuma das vinte empresas em 1999, por vinte e três das vinte e seis empresas em 2000 e por vinte e uma das vinte e três empresas em 2001;
- c. a natureza das contingências não foi informada, por quatro empresas em 1999, seis em 2000 e três em 2001;
- d. a chance de ocorrência não foi mencionada, por dezessete empresas em 1999, vinte em 2000 e treze em 2001;
- e. o valor contábil no início e no final do período estava indicado em dez empresas em 1999, em apenas oito em 2000 e dezoito em 2001;
- f. as provisões feitas no período, mostrando os saldos daquelas existentes, foram divulgadas por onze empresas em 1999 e por seis e nove em 2000 e 2001, respectivamente;
- g. o valor baixado no período não foi indicado por nenhuma empresa em 1999, por apenas uma em 2000 e nenhuma em 2001;
- h. as reversões no período não foram mencionadas por vinte e três empresas em 1999, por vinte e quatro em 2000 e por dezenove em 2001.

Comparando-se o total de empresas com as que divulgaram as informações recomendadas, obteve-se um grau médio de divulgação de 35% em 1999, 33% em 2000 e 46% em 2001. Tais evidências confirmam a hipótese de que a divulgação do passivo contingente, nas Demonstrações Contábeis pesquisadas, está abaixo do recomendado.

Sintetizando, o objetivo do trabalho era: contribuir com os estudos sobre a divulgação do passivo, com enfoque no passivo contingente, visando o aprimoramento das informações contábeis geradas pelas empresas.

Entende-se que foi cumprido na medida em que foram tratados, nos capítulos 2 e 3, os principais conceitos existentes na literatura e os aspectos previstos em legislações, bem como os recomendados pelos órgãos normativos como a CVM, o Fasn e o Iasn, por meio dos quais diferenciou-se o passivo do patrimônio líquido, identificou-se, as bases conceituais para o reconhecimento, mensuração e divulgação do passivo em geral e do passivo contingente em particular.

Identificou-se nas demonstrações contábeis das empresas pesquisadas, no capítulo 4, a observância dos aspectos exigidos e recomendados pelas normas de Contabilidade, bem como àqueles que não foram atendidos. Em síntese, foi concluído que a divulgação do critério de mensuração é quase inexistente; algumas informações não foram divulgadas, como, por exemplo, as taxas de juros e o cronograma de desembolso das obrigações de longo prazo, entre outras. A maioria das companhias divulgou o passivo contingente, sendo que os mais encontrados foram de natureza trabalhista e tributária. Os problemas mais comuns foram: ausência de nota explicativa, não divulgação dos critérios de mensuração, não identificação da natureza e da probabilidade de ocorrência das contingências, e ainda, a não evidencição dos valores constituídos, baixados e revertidos no período.

Ressalte-se que as conclusões se referem, exclusivamente, às empresas pesquisadas, e mais ainda ao período de 1999 a 2001. As análises feitas sobre o reconhecimento e a mensuração do passivo contingente tiveram como base apenas as informações divulgadas pelas empresas, sendo essa uma limitação da pesquisa.

Finalmente, é preciso dizer que mais pesquisas serão necessárias para esclarecer alguns pontos sobre o passivo contingente e então recomenda-se:

- a) a aplicação desta pesquisa em outros setores da economia;
- b) um estudo sobre as metodologias de mensuração utilizadas pelas empresas por tipo de contingências, trabalhistas, tributárias, cíveis, ambientais, e outras.
- c) um estudo comparativo, durante vários períodos, entre os valores estimados das obrigações e os valores realizados.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSEN, Artur S/C. Contingências e Eventos Subseqüentes. IN: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Temas Contábeis Relevantes**. São Paulo: Atlas, 2000. – (Coleção seminários CRC-SP / IBRACON).

BRASIL, Lei 5.869/1973 – **Código de Processo Civil, artigos 282 a 296. petição inicial, procedimento ordinário e processo de conhecimento**. Disponível em http://www.dji.com.br/processo_civil/peticao_inicial.htm acesso em 24/08/2003.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.627 de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL, **Lei 6.404/1976 – das sociedades por ações** Disponível em <http://www.cvm.gov.br> acesso em 15/07/2003.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRAGA, Roberto e MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa. In: **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP**, São Paulo: FIPECAFI, v. 14, n. 25, p. 6 – 23, janeiro/abril 2001.

CANNING, John Bennett. **Economics of accountancy: a critical analysis of accounting theory**. New York: Ronald, 1929.

CARVALHO, Luis Nelson de & RIBEIRO, Maisa de Souza. **A posição das instituições financeiras frente ao problema das agressões ecológicas**. Trabalho apresentado na IX semana de contabilidade do Banco Central do Brasil, FEA/USP – SP, 9-10/11/2000.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade, Resolução CFC-750/1993. In: **Princípios fundamentais de e normas brasileiras de contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. –Brasília: CFC, 2003.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>> acesso em 15/07/2003.

CRAVO, Domingos José da Silva e CARMO, Cecília Margarita Rendeiro do.

Provisões e Contingências: evolução conceptual. Jornal da APOTEC ed. de julho de 2000. disponível em <http://www.apotec.pt/> acesso em 15/07/2003.

EXAME. **Exame Melhores e Maiores 2002.** Jul. 2002.

FALCÃO, Eduardo. Divulgação em Demonstrações Financeiras de Companhias Abertas. In: **Caderno de Estudos nº 12**, São Paulo, FIPECAFI, Setembro de 1995.

FASB - Financial Accounting Standards Board. **Accounting Standards: Current Text**, Vol. I General Standards Topical Index, John Wiley: New York, edition 2002/2003.

FASB – SFAS 5 Statement of Financial Accounting Standards nº 5. Accounting for Contingencies. Issued: March 1975, IN: **Financial Accounting Standards Board - Original Pronouncements**. John Wiley: New York, edition 2002/2003.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** Diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. – 5. ed rev. E atual. – São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michel F. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IAS 37 - International Accounting Standards n. 37, IN: **International Accounting Standards**. IASB: Londres, 20002.

IASB/IAS 1 – International Accounting Standards nº 1, Apresentação das Demonstrações Contábeis - IN: **Normas Internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001** / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. – São Paulo: IBRACON, 2002.

IASB/IAS 32 – International Accounting Standards nº 32, Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação - IN: **Normas Internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001** / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. – São Paulo: IBRACON, 2002.

IASB/IAS 37 – International Accounting Standards nº 37, Provisões, Passivos e Ativos Contingentes - IN: **Normas Internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001** / Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. – São Paulo: IBRACON, 2002.

IASB/IAS 39 – International Accounting Standards nº 39, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - IN: **Normas Internacionais de Contabilidade 2001: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001** / Instituto dos Auditores

Independentes do Brasil. – São Paulo: IBRACON, 2002.

IASC - International Accounting Standards Committee. **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**. Edições anuais, Londres: 1989.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Princípios Contábeis**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IFAC – **Normas Internacionais de Auditoria 1997**. Tradução de Vera Maria Conti Nogueira e Danilo A. Nogueira. São Paulo: IBRACON, 1998.

IOB – Temática contábil e balanços. Contingências, provisão versus reserva. **Boletim IOB nº 24/2002**, São Paulo: IOB Informações Objetivas e Publicações Jurídicas.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____, **Teoria da Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et all. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 1981.

KERLINGER, Fred Nicos. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais – um tratamento conceitual**. (tradução de Helena Mendes Rotundo) São Paulo, E.P.U – EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Everaldo de Oliveira. **Manual de apropriação contábil**. João Pessoa: a União, 1979.

MARTINS, Gilberto de Andrade, e LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **O sucesso do troféu transparência**. Disponível em http://www.anefac.com.br/eventos/ev_transp002.htm, acesso em 15/07/2003.

MARTINS, Eliseu e RIBEIRO, Maisa de Souza. A informação como instrumento de contribuição da Contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. In: **Revista Interamericana de Contabilidad nº 60, Outubro-Deceiembre**. 1995, p. 31-40

_____, **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. ABRASCA Associação Brasileira das Companhias Abertas, Boletim 415, 28/09/1998, p. 3-4

MOST, Keneth S. **Accounting theory**. Columbus, Ohio: Grid, 1977.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese de Doutorado, FEA/USP, 2002.

ONU – UNCTAD United Nations Conference on Trade and Development. Report of the intergovernmental working group of experts on international standards of accounting and reporting on its fifteenth session. Geneva, 1998. Disponível em <http://www.unctad.org/en/docs/c2isard3.en.pdf>, acesso em 17/02/2004.

RICARDINO, Álvaro. VI prêmio anefac, fipecafi e serasa, IN: **Revista da Anefac** – ano 11 – nº 85 – agosto de 2002, disponível em http://www.anefac.com.br/revista/Edição_85/revista_prêmio.htm acesso em 15/07/2003.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1992.

_____. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**. Tese de Doutorado, FEA/USP, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza & LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo Ambiental**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia/GO, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos & HASHIMOTO Hugo. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. IN: **Revista de Administração/FEA-USP**, v. 38, n. 2 – São Paulo, abril / maio / junho de 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos e NOSSA, Valcemiro. Como foram selecionadas as melhores Demonstrações Contábeis de 2000 para o IV Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa. **Revista da Anefac**, São Paulo, v. 10, nº 77, p. 10-11, 2000.

SFAC-2 Statement of Financial Accounting Concepts nº 2 – Qualitative Characteristics of Accounting Information. Issued: May 1980, IN: **FASB – Financial Accounting Standards Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”**. Illinois: FASB edição 1989/90.

SFAC-5 Statement of Financial Accounting Concepts nº 5 – Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises. Issued: December 1984, IN: **FASB – Financial Accounting Standards Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”**. Illinois: FASB edição 1989/90.

SFAC-6 Statement of Financial Accounting Concepts nº 6 – Elements of Financial Statements. Issued: May 1980, IN: **FASB – Financial Accounting Standards Board. “Accounting Standards – Statements of Financial Accounting Concepts”**. Illinois: FASB edição 1989/90.

SPROUSE, Robert T., MOONITZ, Maurice. **A Tentative set of broad accounting principles for business enterprises.** In: **An Accounting Research Study.** New York, AICPA – n° 3, 1962.

ANEXOS

ANEXO I: Empresas que foram pesquisadas

N.º	EMPRESA		CNPJ
	NOME	RAZÃO SOCIAL	
01	Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01
02	Copene	Copene-Petroquímica do Nordeste S.A.	42.150.391/0001-70
03	Basf	Basf S.A.	48.539.407/0001-18
04	Copesul	Companhia Petroquímica do Sul	88.948.492/0001-92
05	Bunge	Bunge Fertilizantes S.A.	61.082.822/0001-53
06	OPP	OPP Química S.A.	16.313.363/0001-17
07	P. União	Petroquímica União S.A.	61.632.964/0001-47
08	Bayer	Bayer S.A.	14.372.981/0001-02
11	Trikem	Trikem S.A.	13.558.226/0001-54
12	DuPont	DuPont do Brasil S.A.	61.064.929/0001-79
13	IPQ	Ipiranga Petroquímica S.A.	88.939.236/0001-39
15	Dow Q.	Dow Química S.A.	60.435.351/0001-57
18	Manguinho	Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	33.412.081/0001-96
19	Clariant	Clariant S.A.	31.452.113/0001-51
20	Cia. Marlim	Companhia Petrolífera Marlim	02.854.397/0001-04
24	Polibrasil	Polibrasil Resinas S.A.	59.682.583/0001-20
25	Politeno	Politeno Indústria e Comércio S.A.	13.603.683/0001-13
26	R.Ipiranga	Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.	94.845.674/0001-30
27	Ultrafertil	Ultrafertil S.A.	02.476.026/0001-36
29	Alunorte	Alunorte-Alumina do Norte Brasil S.A.	05.848.387/0001-16
30	Solvay	Solvay Indupa do Brasil S.A.	61.460.325/0001-41
31	Oxiten NE	Oxiten Nordeste S.A. - Industria e Comércio	14.109.664/0001-06
32	Milenia	Milenia Agrociências S.A.	74.075.490/0001-21
33	Cargill	Cargill Fertilizantes S.A.	61.156.501/0001-56
35	Ad.Trevo	Adubos Trevo S.A.	92.660.604/0001-82
38	Fosfertil	Fertilizantes Fosfatados S.A. Fosfertil	19.43.985/0001-58
39	Deten Q.	Deten Química S.A.	13.546.106/0001-37
40	Carbocloro	Carbocloro S.A. Indústrias Químicas	31.659.584/0001-35
41	Renner	Renner Sayerlack S.A.	61.142.865/0001-87
42	Innova	Innova S.A.	01.999.166/0001-26
43	P.Triunfo	Petroquímica Triunfo S.A.	Não publicou
44	Oxiten	Oxiten S.A.	62.545.686/0001-53
47	Polialden	Polialden Petroquímica S.A.	13.545.769/0001-37
48	Ipiranga Q.	Ipiranga Comercial Química S.A.	62.227.509/0001-29
49	Millennium	Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.	15.115.504/0001-24
50	Renner	Renner DuPont Tintas Automotivas e Industriais S.A.	00.910.496/0001-30

Fonte: extraído das demonstrações contábeis publicadas.

NOTA: a sequência numérica está de acordo com a classificação feita pela Revista Exame Melhores e Maiores de julho de 2002.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.